Universidade Federal da Paraíba

Centro de Ciências Humanas e Letras

Departamento de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social

Doutorado em Psicologia Social

THALITA LAYS FERNANDES DE ALENCAR

UM MODELO SOCIOCOGNITIVO PARA O AUTOPERDÃO

João Pessoa

2021

THALITA LAYS FERNANDES DE ALENCAR

UM MODELO SOCIOCOGNITIVO PARA O AUTOPERDÃO

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutora em Psicologia Social

Orientador: Prof. Dr. Júlio Rique Neto

João Pessoa

2021

A368m Alencar, Thalita Lays Fernandes de.
Um modelo sociocognitivo para o autoperdão / Thalita Lays Fernandes de Alencar. - João Pessoa, 2021.
152 f. : il.

Orientação: Júlio Rique Neto.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Psicologia do desenvolvimento. 2. Autoperdão. 3. Descentração. 4. Tomada de perspectiva. 5. Modelo sociocognitivo. I. Rique Neto, Júlio. II. Título.

UFPB/BC CDU 159.922(043)

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social

ATA DE DEFESA DE TESE

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, reuniram-se em solenidade pública, via videoconferência pelo Google Meet, os membros da comissão designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social para o exame de Defesa de Tese da discente **THALITA LAYS FERNANDES DE ALENCAR** – matrícula **20171009190** (orientanda, UFPB, CPF: 050.959.983-43. Foram componentes da banca examinadora: Prof. Dr. JULIO RIQUE NETO (UFPB, Orientador, CPF: 293.212.634-20), Prof.ª Dr.ª CLEONICE PEREIRA DOS SANTOS CAMINO (UFPB, Membro interno ao programa, CPF: 040.084.484-20) e Prof.ª Dr.ª ELOÁ LOSANO DE ABREU (UFPB, Membro Externo ao Programa, CPF: 057.883.444-84), Prof.ª Dr.ª LILIAN KELLY DE SOUSA GALVAO (UFCG, Membro externo à instituição, CPF: 035.390.104-08), e Prof. Dr. FELIX FERNANDO MONTEIRO NETO (UNIPORTO, Membro externo à instituição). À cerimônia compareceram, além da examinada, alunos de pós-graduação, representantes dos corpos docente e discente da Universidade Federal da Paraíba e interessados em geral. Dando início aos trabalhos, o presidente da banca, Prof. Dr. JULIO RIQUE NETO, após declarar oobjetivo da reunião, apresentou a examinada **THALITA LAYS FERNANDES DE ALENCAR** e, em seguida, concedeu-lhe a palavra para que apresentasse o conteúdo do trabalho, intitulado: " **UM MODELO SOCIOCOGNITIVO PARA O AUTOPERDÃO**". A seguir, a examinada foi arguida pelos examinadores na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão, em secreto, a proceder a avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe a avaliação de "**APROVADO**" para conclusão do curso de Pós-Graduação em Psicologia Social, nível doutorado. Nada mais havendo a tratar, eu, Carlos Eduardo Pimentel, Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos, assino juntamente com os membros da banca. João Pessoa, 12 de novembro de 2021.

Prof. Dr. JULIO RIQUE NETO

Prof.ª Dr.ª CLEONICE PEREIRA DOS SANTOS CAMINO

Prof.ª Dr.ª ELOÁ LOSANO DE ABREU

Prof.ª Dr.ª LILIAN KELLY DE SOUSA GALVAO

Prof. Dr. FELIX FERNANDO MONTEIRONETO

Prof. Dr. CARLOS EDUARDO PIMENTEL
Vice-coodenador PPGPS

“Em nada me pesa ou em mim dura o escrúpulo da hora presente. Tenho fome da extensão do tempo, e quero ser eu sem condições.”

- Fernando Pessoa

Aos meus pais, por todo o amor e todo o esforço empreendido na minha educação.

À minha amada tia Edileusa (in memoriam), grande líder da família Alencar, por ter feito tanto por todos nós.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta tese carrega muito mais do que os resultados e as reflexões expressas nas suas páginas escritas. Foram quase cinco anos nesta caminhada, sendo os dois últimos atravessados por uma pandemia. E se hoje consigo finalizar esse processo é preciso reconhecer que essa não foi uma tarefa desempenhada sozinha. Longe disso! Afirmo sem medo que seria impossível chegar até aqui sem a colaboração de tantos ao longo desta árdua jornada. A todos vocês, meu sincero agradecimento!

Ao meu orientador, professor **Júlio Rique**. Sua atenção, preocupação e empatia são raridade no meio acadêmico. Cada vez mais reconheço o meu privilégio por tê-lo como orientador e amigo desde o início da graduação. Obrigada pelos ensinamentos e pelas inestimáveis contribuições com esse trabalho, assim como pela escuta generosa e pelo apoio sincero ao longo do caminho.

Aos membros da banca: **Cleonice Camino, Lilian Galvão, Eloá Losano e Félix Neto**. É muito gratificante ter uma banca formada por pessoas por quem nutro grande carinho e admiração. Agradeço o tempo dedicado e todas as contribuições.

Aos membros do **Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sociomoral**, que foi o meu lar na UFPB, espaço de formação e de construção de grandes vínculos. Em especial à **Pollyana, Moisés, Lívia e Natalia**. Obrigada pelas ajudas nas coletas e na vida.

À **Akaenna, Eloá, Isadora, Thayanne e Thallys,** uma verdadeira família que se construiu em João Pessoa. Agradeço todo o apoio, a torcida e a presença, que segue constante, mesmo com os percalços da distância. Vocês são sorte grande.

Um agradecimento especial à **Eloá Losano**¸ por ter sido meu braço direito ao longo desses últimos anos. Obrigada pelo apoio incessante em diversos âmbitos da minha vida e, ainda, pelas contribuições com este trabalho nas coletas, nas análises, nas discussões e no apoio

logístico durante a estadia em Portugal. Sua contribuição foi essencial e sua amizade tem um valor inestimável! Obrigada por tanto.

À **Fernanda, Nathércia, Cristofthe e Marta**, que tornaram minha estadia no Porto mais leve e feliz, e possibilitaram a construção de um lar, mesmo estando tão longe de casa. Serei sempre grata por esse encontro. Os laços ficarão!

Ao meu povo do Cariri, que torna este lugar de "pouso" sempre prazeroso. Não importa a distância do voo, o retorno é sempre feliz, porque aqui tenho vocês.

Aos meus pais, **Cicero e Helieuza**, e à minha irmã, **Thaiane**. Vocês são os amores da minha vida! Nossa família é como uma joia rara, e a melhor parte é que nós sabemos e valorizamos isso. Obrigada por estarem sempre presentes e serem apoio constante. Eu não seria sem vocês.

Ao meu companheiro, **Rodrigo**, com quem divido a vida e os sonhos há 12 anos. Agradeço a partilha, a paciência, o amor e o cuidado. Obrigada por me incentivar a querer sempre mais e a acreditar na minha capacidade. Você amplia minha visão e eu te amo também por isso.

À **Jardenia**, minha prima e grande amiga. Por ser meu porto seguro, em qualquer circunstância. Por celebrar e sofrer comigo de maneira autêntica, e ser a minha companhia que "na vitória é merecida, na derrota necessária!".

Às amigas e aos amigos do Ceará, vínculos fortes e duradouros, especialmente representados por **Ilana, Aline e Jessami**. É um privilégio ser grande amiga das minhas amigas de infância. Sei que seguiremos construindo grandes histórias por muitos anos!

À minha família por todo o apoio e suporte emocional. Em especial à minha avó, **Eliete**, à minha comadre **Andréa** e à minha afilhada, **Lays**. Amo muito vocês!

Às **minhas tias** que contribuíram diretamente com este trabalho, abrindo as portas do Colégio IECE para sua execução. Um especial agradecimento à tia **Edileusa**, que foi diretora

do IECE e da nossa família, e esteve sempre disposta a ajudar a todos. A saudade é imensa! Obrigada por sempre acreditar em mim e se orgulhar das minhas conquistas.

A todas as **instituições de ensino** que abriram as portas para nossa pesquisa e confiaram em nosso trabalho.

Aos **participantes** que gentilmente aceitaram colaborar e tornaram possível a realização deste estudo.

À **CAPES** pelo financiamento deste trabalho e ao programa **CAPES-PrInt** pela bolsa de estágio no exterior.

Aos Programas de Pós-Graduação em Psicologia da **UFPB** e da **Universidade do Porto** pelo suporte acadêmico.

A **Deus** e ao **universo**, pelo fortalecimento e pela orientação, e por sempre me proporcionar os melhores caminhos e encontros.

RESUMO

Alencar, T. L. F. (2021). *Um modelo sociocognitivo para o autoperdão*. Tese de Doutorado, Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB

Essa tese propõe um modelo de pensamentos sobre o autoperdão, e uma análise da relação do nível de descentração com os tipos de pensamentos. O objetivo central deste estudo é testar empiricamente esta tipologia, verificando: (1) a organização fatorial das justificativas apresentadas para o autoperdão e (2) a relação dessas justificativas com a habilidade de descentração e a idade. Para atender a esses objetivos, primeiramente é apresentada a fundamentação teórica para a tipologia proposta. Em seguida, dois estudos empíricos são descritos em dois artigos. O primeiro artigo foi um estudo transcultural com o objetivo de validar uma Escala de Raciocínios sobre o Autoperdão (ERA), um instrumento construído para representar os tipos de autoperdão. O estudo contou com a participação de estudantes universitários brasileiros (n = 309) e portugueses (n = 363). A validade fatorial da escala foi testada em dois estudos nas amostras de cada país. As análises fatoriais exploratórias (estudo 1) indicaram que o instrumento possui uma organização bifatorial que explica cerca de 60% da variância total (α = 0,72 / 0,73). As análises confirmatórias (estudo 2) corroboraram uma organização bifatorial com dois tipos de autoperdão: egocêntrico e descentrado. Os resultados mostraram que o instrumento apresenta boas propriedades psicométricas e é apropriado para avaliar o que se destina. Também foram verificadas correlações significativas entre os tipos de autoperdão e duas dimensões da empatia (consideração empática e tomada de perspectiva), variáveis que representaram a aplicação da habilidade de descentração em um domínio interpessoal. O segundo artigo apresenta os resultados de um estudo que buscou verificar as diferenças por idade no tipo de autoperdão. Participaram 151 estudantes organizados em três grupos de idades: G1 (7-9 anos), G2 (12-14 anos) e G3 (17-19 anos). Os instrumentos utilizados foram: a ERA para avaliar o tipo de autoperdão e a prova piagetiana das Três Montanhas para avaliar a tomada de perspectiva espacial, uma variável que representa a aplicação da descentração em um domínio impessoal e, por isso, a representou neste estudo. Corroborou-se a existência de correlação entre essas variáveis, conforme proposto na tipologia apresentada. O efeito da relação com a idade também recebeu suporte empírico uma vez que os resultados mais robustos das análises de variância seguiram as suposições teóricas e demonstraram uma diminuição significativa de pensamentos egocêntricos ao longo do desenvolvimento. Finalmente, nas considerações finais, foi apresentada uma discussão geral dos resultados obtidos nos dois artigos relatados, assim como reflexões sobre estudos futuros. Considera-se que os estudos apresentados atenderam aos objetivos estabelecidos e corroboraram uma organização de tipos de pensamento para o autoperdão.

Palavras-chave: autoperdão; descentração; tomada de perspectiva; modelo sociocognitivo; desenvolvimento.

ABSTRACT

Alencar, T. L. F. (2021). *A self-forgiveness sociocognitive model*. Doctoral thesis, Graduate Program in Social Psychology, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB.

This thesis proposes a sociocognitive model about self-forgiveness, and an analysis of the relationship between the decentering ability and the types of self-forgiveness. The main objective of this study is to empirically test this typology, verifying: (1) the factorial organization of the justifications presented for self-forgiveness and (2) the relationship of these justifications with the decentering ability and age. To meet these objectives, the theoretical foundation for the proposed typology is first presented. Then, two empirical studies are described in two articles. The first article was a cross-cultural study with the aim of validating the Self-Forgiveness Reasoning Scale (ERA), an instrument built to represent the types of self-forgiveness. Brazilian (n = 309) and Portuguese (n = 363) college students participated in the studies. The factorial validity of the scale was tested in two studies with samples from each country. Exploratory factor analyzes (study 1) indicated that the instrument has a bifactorial organization that explains about 60% of the total variance (α = 0.72 / 0.73). Confirmatory analyzes (study 2) corroborated a bifactorial organization with two types of self-forgiveness: egocentric and decentered. The results showed that the instrument has good psychometric properties and is suitable for assessing its intended purpose. In addition, significant correlations were found between types of self-forgiveness and two dimensions of empathy (empathic concern and perspective-taking), variables that represented an application of the decentering ability in an interpersonal domain. The second article sought to verify the differences by age in the type of self-forgiveness. A total of 151 students were organized in three age groups: G1 (7-9 years), G2 (12-14 years) and G3 (17-19 years). The instruments used were: the ERA to assess the type of self-forgiveness and the Piaget's Mountain Task to assess the spatial perspective taking, a variable that represented an application of the decentering ability in an impersonal domain and, therefore, represented it in this study. The existence of correlation between these variables was corroborated, as proposed in the typology presented. The age-related effect also received empirical support as the more robust results of the analysis of variance followed theoretical assumptions and demonstrated a significant decrease in egocentric reasoning throughout development. Finally, in the final considerations, a general discussion of the results obtained in the two reported articles was presented, as well as reflections on future studies. It is considered that the studies presented met the established objectives and corroborated an organization of types of reasoning about self-forgiveness.

Keywords: self-forgiveness; decentering; perspective taking; sociocognitive model; development.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1. Estágios da justiça de Kohlberg e estágios do perdão de Enright..... 21

ARTIGO 1

Table 1. Self-Forgiveness Sociocognitive Typology..... 65

Table 2. Results of the EFA conducted on 8 items of the Self-Forgiveness Reasoning Scale (Portuguese Sample) 71

Table 3. Results of the EFA conducted on 8 items of the Self-Forgiveness Reasoning Scale (Brazilian Sample) 73

Table 4. Fit Indices of the CFA Models 75

ARTIGO 2

Tabela 1. Porcentagens das frequências de respostas na Prova das Três Montanhas.....102

Tabela 2. Frequências dos escores totais na Prova das Três Montanhas.....102

LISTA DE FIGURAS

ARTIGO 1

Figure 1. CFA Model of Self-Forgiveness Reasoning Scale Items (Portuguese Sample)……..... 74

Figure 2. CFA Model of Self-Forgiveness Reasoning Scale Items (Brazilian Sample)……..... 75

ARTIGO 2

Figura 1. Esquema da posição das montanhas na prova..... 99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **14**
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA **18**
Compreendendo o Autoperdão: Elementos do processo 23
Reconhecimento do erro e aceitação da responsabilidade 27
Comportamentos conciliatórios 31
Mudanças de comportamento e de atitudes 36
Elementos cognitivos: egocentrismo e descentração 41
Proposição de um modelo sociocognitivo para o autoperdão 54
ARTIGO 1 ..... **58**
Introduction **61**
Why to study the quality of sociocognitive reasoning about self-forgiveness? 62
A Self-Forgiveness Sociocognitive Typology 64
Objectives of the Study 66
Method **67**
Participants 67
Measures 67
S*elf-Forgiveness Reasoning Scale* 67
Self-Forgiveness Questionnaire 68
Interpersonal Reactivity Index 68
Procedures 69
Data collection 69
Ethical procedure 69
Analysis procedures 69
Results **70**
Study 1 70
Portuguese Sample 70
Brazilian Sample 71
Study 2 73
Correlations 76
Discussion **76**
Limitations 79
References **80**
ARTIGO 2 ..... **88**
Introdução **92**

Elementos intrapessoais....92
Elementos interpessoais....93
Elementos cognitivos....94
Autoperdão Egocêntrico....96
Autoperdão Descentrado....96
Objetivos do estudo....97
Metodologia....98
Participantes....98
Instrumentos....98
Escala de Raciocínios sobre o Autoperdão....98
Provas das Três Montanhas....99
Procedimentos Éticos....100
Procedimentos de Coleta....101
Procedimentos de Análise....101
Resultados....101
Discussão....105
Considerações Finais....108
Referências....109
CONSIDERAÇÕES FINAIS....114
Limitações e sugestões para estudos futuros....121
REFERÊNCIAS....123
ANEXOS....136
Anexo A: Questionário do Autoperdão....137
Anexo B: Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal....138
Anexo C: Dilema de João....139
Anexo D: Escala de Raciocínios sobre o Autoperdão....140
APÊNDICES....141
Apêndice A: Consentimento Informado - Portugal (Artigo 1)....142
Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Brasil (Artigo 1)....144
Apêndice C: Protocolo - Prova das Três Montanhas....146
Apêndice D: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Artigo 2)....147
Apêndice E: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Responsáveis (Artigo 2)....149
Apêndice F: Termo de Assentimento (Artigo 2)....151

INTRODUÇÃO

A presente tese se dedica ao estudo do autoperdão, uma dimensão do perdão que se refere aos ofensores que, após reconhecerem um erro, sentem-se culpados, e têm a necessidade de reduzir os sentimentos negativos, mudar comportamentos desadaptativos, restaurar sentimentos positivos e, possivelmente, restaurar as relações sociais, sem negar a ofensa cometida (Woodyatt & Wenzel, 2020). Alguns questionamentos fomentaram a ideia central deste trabalho, a saber: seria o autoperdão uma atitude no nível intrapessoal, com benefícios apenas para o próprio ofensor, ou esta dimensão do perdão atinge o nível interpessoal? É possível relacionar a qualidade moral dos raciocínios sobre o autoperdão ao nível de desenvolvimento sociocognitivo dos ofensores? E, ainda, seria o desenvolvimento da tomada de perspectiva, no caminho de uma maior descentração, uma condição facilitadora para que seja alcançado um autoperdão moralmente mais avançado?

Neste estudo investigamos essas suposições e buscamos compreender: os pensamentos utilizados pelos ofensores no processo de perdoar a si mesmos, e as relações que podem ser estabelecidas para justificar ou explicar os diferentes critérios adotados para a decisão de se perdoar. Partimos da percepção de que, embora a literatura apresente modelos psicológicos sobre o processo do autoperdão (Cornish & Wade, 2015; Enright et al., 1996; Griffin et al., 2015, 2016; Wenzel et al., 2012; Woodyatt & Wenzel, 2013a; Woodyatt, Wenzel & Ferber, 2017), seu aspecto sociocognitivo ainda é pouco estudado, havendo uma necessidade de investigações que provenham maiores informações sobre essa questão. Enquanto os modelos psicológicos discutem as etapas idealmente necessárias para um processo de autoperdão genuíno, com certos elementos que garantem sua qualidade moral, nós nos debruçamos sobre as diferentes formas de "resolver" o mal-estar ocasionado pela ofensa, por entender que nem sempre as pessoas incluem todos os elementos idealmente estabelecidos nos seus processos.

Assim, um modelo sociocognitivo para o autoperdão é proposto e testado empiricamente nesta tese. O modelo apresenta cinco tipos de pensamento sobre o autoperdão,

organizados de acordo com a habilidade de descentração necessária para alcançá-los. Quatro elementos destacados nos estudos sobre o processo do autoperdão foram utilizados para classificar a organização dos pensamentos em uma tipologia: (1) o reconhecimento do erro, (2) a aceitação da responsabilidade, (3) a assunção de comportamentos conciliatórios, e (4) a mudança de comportamentos e de atitudes. A proposta do modelo é a de que esses elementos demandam progressivos níveis de descentração, de maneira que a inserção deles nos critérios para a tomada de decisão sobre o autoperdão estaria relacionada ao nível de desenvolvimento sociocognitivo do ofensor. Além disso, os elementos descritos também podem representar avanços em uma perspectiva moral, pois os elementos considerados na elaboração do modelo são apontados na literatura como responsáveis por garantir um maior comprometimento moral do ofensor em um processo ideal de autoperdão (Cornish & Wade, 2015; Holmgren, 1998; Woodyatt et al., 2017; Woodyatt, Wenzel & Ferber, 2017). Sendo assim, quanto mais elementos forem incluídos no processo de pensar sobre o autoperdão, mais complexa e moralmente avançada a decisão para se perdoar será. O modelo se organiza desde o ponto em que nenhum dos elementos está presente (tipo 0), e progride com a inclusão de cada um deles, até chegar ao tipo mais avançado em que todos os elementos estão presentes (tipo 4).

Nesta tese, buscamos testar as seguintes hipóteses: 1) existe uma relação significativa entre o tipo de pensamento, que inclui os elementos do processo de autoperdão, e a habilidade de descentração dos participantes; 2) as relações propostas são válidas em diferentes culturas; e 3) os tipos de autoperdão variam em função da idade, com diminuição do egocentrismo e aumento da descentração.

Faz-se necessário, antes de prosseguir para testagem empírica, apresentar a fundamentação teórica do modelo proposto neste estudo, ou seja, as discussões da literatura da área que contribuíram para a sua construção. Em seguida, os estudos empíricos realizados para testar nossas hipóteses são apresentados em dois artigos.

O primeiro artigo apresenta evidências de validade e confiabilidade da Escala de Raciocínios sobre o Autoperdão (ERA). Esse instrumento foi elaborado a partir de uma revisão da literatura para verificar se existe uma organização nos tipos de autoperdão, e nos permitiu também analisar as relações propostas. Essa escala foi construída a partir dos cinco tipos de justificativas apresentadas para o autoperdão. Considerando a escassez de informações a respeito de variações interculturais na experiência do autoperdão (Woodyatt et al., 2017), esse estudo contribui verificando a validade do instrumento em duas culturas lusófonas, contando com a participação de estudantes universitários brasileiros e portugueses. Nesse artigo são apresentados em dois estudos os resultados de análises fatoriais exploratórias (estudo 1) e confirmatórias (estudo 2), que foram realizadas com os dados de cada país separadamente. Também são relatados os resultados de testes de correlação realizados para avaliar a validade de constructo e a relação com a descentração, representada pela empatia e pela tomada de perspectiva neste estudo.

No segundo artigo apresentamos análises relativas ao desenvolvimento, verificando o efeito da idade nos tipos de autoperdão e na tomada de perspectiva espacial, uma variável que demanda a habilidade de descentração e, por isso, a representou neste estudo. As coletas de dados foram individuais e os participantes foram organizados em três grupos de idade: 7-9 anos, 12-14 anos e 17-19 anos. Neste estudo são apresentados os resultados das correlações de Pearson efetuadas entre as variáveis mensuradas, e ainda das comparações de médias por grupos de idade realizadas através de uma análise multivariada de variância (MANOVA).

Por fim, nas Considerações Finais, apresentamos uma discussão geral a respeito dos estudos realizados, buscando integrar os resultados obtidos. Refletimos, também, sobre as limitações dos nossos estudos e suas implicações para estudos futuros.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sabemos que as relações humanas são permeadas por conflitos de diversas naturezas. Desde o início da humanidade, por exemplo, grupos e nações têm vivenciado conflitos devido aos seus distintos interesses, objetivos, valores e/ou crenças. Essa característica também se aplica às relações interpessoais cotidianas. O encontro de diferentes subjetividades tende a gerar situações de divergência ou de injustiça, de forma que os conflitos e as situações de ofensas são inerentes aos relacionamentos. Para que haja um contexto de desenvolvimento saudável, e sejam mantidas e preservadas as relações, é importante buscar formas apropriadas para solucioná-los.

No âmbito das relações interpessoais, o perdão se apresenta como uma importante alternativa de solução que pode, ainda, auxiliar no suporte ao bem-estar das vítimas e dos ofensores (Enright & Fitzgibbons, 2015; Woodyatt & Wenzel, 2020). Esse estudo adota a teoria de Robert Enright, que compreende o perdão como uma atitude moral composta por três dimensões considerando todas as partes envolvidas em uma ofensa (Enright et al., 1996). Uma dimensão cabe às vítimas, que devem decidir se oferecem ou não o perdão ao(s) seu(s) ofensor(es). Enquanto os ofensores, quando reconhecem seus erros e desejam o perdão, trilham esse caminho em outras duas dimensões: buscando receber o perdão de suas vítimas e perdoar a si mesmos.

O perdão tem sido objeto de estudo da psicologia do desenvolvimento em suas diferentes dimensões, sendo evidentes seus contributos para a saúde e o bem-estar das pessoas envolvidas em uma situação de injustiça (Alencar & Abreu, 2019; Davis et al., 2015; Lee & Enright, 2019), com significativos trabalhos de intervenção na área clínica (Akhtar & Barlow, 2018; Wade et al., 2014) e na educacional (Alencar & Rique, 2021; Holter et al., 2008; Enright et al, 2007; Magnuson et al, 2009; Park et al., 2013). Nesta tese propomos uma análise do autoperdão no campo das cognições sociais, área da psicologia que busca entender como os

processos psicológicos internos, influenciados por crenças, valores e normas, organizam e motivam as atitudes e os comportamentos dos indivíduos (Pereira, 2011).

As cognições sociais do perdão na perspectiva das vítimas já foram objeto de estudo, por exemplo, nos trabalhos de Robert Enright. Influenciados pela teoria de Kohlberg sobre julgamentos de justiça, Enright et al. (1989) propuseram e validaram uma tipologia sociocognitiva do perdão relacionadas a idade, em que buscaram compreender as condições que facilitavam a atitude de perdoar. Enright apresentou seis diferentes tipos de julgamentos envolvidos no processo de perdoar, em que o nível de complexidade no entendimento sobre o perdão tem relação moderadamente significativa com a idade. Os dois primeiros tipos de julgamentos do modelo podem ser classificados como pseudo-perdão, pois não há perdão de fato, a pessoa confunde justiça por perdão e julga por retribuição no primeiro e restituição no segundo. Os dois tipos de julgamentos seguintes apresentam uma concepção heterônoma do perdão, sendo o mesmo possibilitado por condições externas ao indivíduo, a saber, as pressões sociais e as "regras" religiosas, respectivamente. E, por fim, os dois últimos tipos de julgamentos do modelo representam concepções autônomas, em que as condições que possibilitam o perdão estão acomodadas na consciência do próprio individuo, seja para manter a harmonia social e reduzir conflitos (5º tipo), seja como demonstração de compaixão e amor incondicional ao próximo (6º tipo). A tipologia apresenta uma organização paralela aos estágios de julgamentos da justiça propostos por Kohlberg, como é possível observar no Quadro 1.

Quadro 1.

Estágios da justiça de Kohlberg e estágios do perdão de Enright.

	Estágios de justiça	Estágios de perdão
Estágio 1	Orientação à punição e obediência. Eu acredito que a justiça deve ser decidida pela autoridade, por aquele que pode punir.	Perdão como vingança. Eu posso perdoar a pessoa que me magoou apenas se eu conseguir puni-la em um grau similar a minha própria dor.
Estágio 2	Justiça relativa. Eu tenho um senso de reciprocidade que define a justiça para mim. Se você me ajuda, eu devo te ajudar.	Perdão como restituição ou compensação. Eu posso perdoar se eu conseguir de volta o que foi tirado de mim. Ou, caso me sinta culpado por não perdoar, posso perdoar para aliviar minha culpa.
Estágio 3	Justiça do bom garoto/boa garota. Aqui eu argumento que o consenso do grupo deve decidir o que é certo e errado. Eu acompanho para que os outros gostem de mim.	Perdão como expectativa social. Eu posso perdoar se outras pessoas me pressionarem para perdoar. É mais fácil perdoar quando outras pessoas esperam isso.
Estágio 4	Justiça da lei e da ordem. As leis da sociedade são meu guia para justiça. Defendo as leis para ter uma sociedade ordenada.	Perdão como expectativa legal. Eu perdoo quando minha religião exige isso. Observe que esse não é o Estágio 2 em que eu perdoo para aliviar minha própria culpa por não perdoar.

Estágio 5	Orientação ao contrato social. Eu ainda estou interessado naquilo que mantém a ordem social, mas também percebo que leis injustas existem. Portanto, eu acho justo trabalhar para a mudança no sistema.	Perdão para a harmonia social. Eu perdoo quando isso restaura a harmonia ou as boas relações em sociedade. O perdão diminui os atritos e conflitos em sociedade. Note que o perdão é uma maneira de controlar a sociedade; uma maneira de manter relações pacíficas.
Estágio 6	Orientação para o princípio ético universal. Meu senso de justiça é baseado na manutenção dos direitos individuais de todas as pessoas. Ao invés das leis e das normas, é a consciência que determina o que aceitarei quando houver reinvindicações concorrentes.	Perdão como amor. Eu perdoo incondicionalmente porque isso promove um verdadeiro senso de amor. Porque eu devo me importar verdadeiramente com cada pessoa, um ato prejudicial de sua parte não altera essa sensação de amor. Esse tipo de relacionamento mantém aberta a possibilidade de reconciliação e fecha a porta para a vingança. No que o perdão não depende mais do contexto social, como no estágio 5. Aquele que perdoa não controla o outro com o perdão, ele o libera.

Nota: Tradução nossa da Tabela 1 de Enright et al. (1989, p. 96).

Para testar a relação com a idade no modelo proposto, os autores realizaram dois estudos com os participantes organizados em cinco grupos de idade que variaram de 9 a 36 anos (9, 12, 15, 20 e 36 anos). Com seu estudo, Enright et al. (1989) mostraram que os participantes

apresentavam um tipo de pensamento dominante, que indicava as condições facilitadoras mais utilizadas para atender ao objetivo de perdoar. Os autores também indicaram uma correlação entre idade e tipo de pensamento sobre o perdão, de modo que quanto maior a idade, mais avançados foram os pensamentos dominantes do perdão. Posteriormente, Enright et al. (1992) argumentaram, ainda, uma possível relação entre os tipos de raciocínio sobre o perdão propostos neste modelo e a tomada de perspectiva social, que pode ser definida como a habilidade de "se colocar no lugar do outro e ver o mundo através dos seus olhos" (Selman e Byrne, 1974, p. 803). De acordo com Enright et al. (1992), a organização da tipologia apresenta uma perspectiva do desenvolvimento porque a concordância com cada tipo de pensamento exige um nível adequado de tomada de perspectiva social.

A elaboração da tipologia sociocognitiva associada ao desenvolvimento por idade foi marcante para o campo do estudo do perdão porque delimitou aspectos significativos na compreensão dos processos de pensamento sobre o perdão. No entanto, Enright se refere aos pensamentos de vítimas de uma injustiça, ou seja, apenas uma das perspectivas do processo de perdoar. É importante que os estudos sobre o perdão se interessem também pelos pensamentos dos ofensores, pois entende-se que, após uma ofensa, não somente a vítima passa pelo árduo processo de perdoar seu ofensor, mas também este último enfrenta seus próprios desafios para receber o perdão da vítima e perdoar a si mesmo, caso reconheça a ofensa cometida e sua responsabilidade sobre ela. Sendo assim, é importante compreender o pensamento utilizado pelos ofensores nas suas decisões sobre o perdão. Dessa reflexão resulta o interesse do presente estudo no processo do autoperdão.

Compreendendo o Autoperdão: Elementos do processo

O autoperdão tem sido apontado como a dimensão do perdão que tradicionalmente recebeu menor atenção, uma vez que o desenvolvimento de estudos sobre esta temática ocorreu de forma mais lenta, quando comparado com o interesse no perdão da perspectiva das vítimas

(Hall & Fincham, 2005; Woodyatt et al., 2017; Woodyatt & Wenzel, 2020). São diversos os motivos que podem explicar esse fato, mas de acordo com Webb et al. (2017) as principais barreiras estariam associadas à dificuldade de estabelecer uma definição e formas de medidas adequadas para o autoperdão, assim como à falta de clareza na relação entre o autoperdão e marcadores de saúde física e mental.

No que se refere aos marcadores de saúde física e mental, o crescente número de estudos sobre o autoperdão auxilia no esclarecimento dessa relação, evidenciando cada vez mais seus efeitos benéficos após a ocorrência de uma ofensa. Davis et al. (2015) realizaram uma meta-análise avaliando estudos sobre o autoperdão que incluíam pelo menos um correlato de saúde física e/ou mental. Os resultados mostraram que o autoperdão se relaciona com benefícios para a saúde física do ofensor, dado esse que também foi corroborado em estudos posteriores (da Silva et al., 2017). O papel positivo do autoperdão para a saúde mental do ofensor também foi evidenciado na meta-análise realizada por Davis et al. (2015) com resultados ainda mais robustos, e que receberam suporte em estudos mais recentes (Alencar & Rique, 2021; Peterson et al., 2017).

De forma mais específica, é possível pontuar, entre outras, as relações negativas do autoperdão com depressão (Carpenter et al., 2020; Gençoğlu et al., 2018; Hirsch et al., 2011; Law & Chapman, 2015; Levi-Belz & Gilo, 2020; Nsamenang et al., 2013; Toussaint et al., 2008), ansiedade (Fisher & Exline, 2006; Gençoğlu et al., 2018; Krause, 2015; Macaskill, 2012) e ideação e/ou comportamento suicida (Carpenter et al., 2020; Cheavens et al., 2016; Cleare et al. 2019; Hirsch et al., 2011, 2012; ; Levi-Belz & Gilo, 2020; Nsamenang et al., 2013), e a relação positiva com a satisfação com a vida (Fisher & Exline, 2006; Krause, 2015; Macaskill, 2012; Woodyatt & Wenzel, 2013) e com a autoestima e o bem-estar subjetivo do ofensor (Yao et al., 2017). Também já foram documentadas as contribuições do autoperdão para o tratamento de doenças como alcoolismo (Davis & Thangal, 2021; Ianni et al., 2010; Vatansever & Ozgur-Ilhan, 2021; Webb et al., 2013; Webb & Toussaint, 2017, 2018) e desordem alimentar

(Feibelman & Turner, 2015; Peterson et al., 2017), e para a melhoria da saúde das pessoas que vivem com HIV e AIDS (Nkomo & Kufankomwe, 2020).

Além dos benefícios para a saúde do ofensor, os estudos também mostram que o autoperdão tem potencial para contribuir em aspectos relacionais. Foram evidenciadas correlações positivas com a diminuição da atitude de evitar a vítima, o que favorece o relacionamento vítima-ofensor, assim como o favorecimento da empatia e do desejo de reconciliação (Cornish & Wade, 2015; Day et al., 2008; Fisher & Exline, 2006, 2010; Woodyatt & Wenzel, 2013, 2014).

Assim, percebe-se que tem sido corroborada a importância do autoperdão e os seus potenciais benefícios para ofensores e vítimas. Entretanto, alguns questionamentos permanecem: o que é, de fato, o autoperdão? Como pode ser definido? Qual é o seu processo? Qual é o caminho percorrido para alcançá-lo? Como explicitado em revisões da literatura anteriormente realizadas (Alencar & Abreu, 2019; Webb et al., 2017) ainda não há consenso na literatura acerca dessas respostas, sendo constatada uma variedade de definições e abordagens para o autoperdão (eg. Cornish & Wade, 2015; Enright et al., 1996; Hall & Fincham, 2005; Wohl, DeShea & Wahkinney, 2008).

O tipo de abordagem utilizada tem implicação direta na forma como os pesquisadores desenvolvem suas investigações e analisam o autoperdão. Eles podem, por exemplo, estudar o autoperdão como atitude moral ou como traço de personalidade, se interessar pelas respostas a situações específicas ou pela disposição geral para o autoperdão, entre outros aspectos que definem os múltiplos caminhos que podem ser adotados. Mas apesar de haver muitos aspectos em que se distinguem na forma de conceber o autoperdão, as revisões realizadas constataram um ponto comum que vem sendo destacado nos estudos: a importância de distinguir o autoperdão verdadeiro do falso, que é comumente denominado de pseudo-autoperdão (Alencar & Abreu, 2019; Webb et al., 2017). Essa distinção é importante pois, como nos informa Holmgren (1998), “o autoperdão genuíno é sempre apropriado e desejável do ponto de vista

moral, mas nem todo autoperdão é genuíno" (p. 76). Assim, os estudos têm buscado estabelecer quais são os elementos-chave de um processo de autoperdão genuíno, que seja moralmente comprometido, e não se paute em atitudes meramente egoístas, que buscam exclusivamente a satisfação pessoal do ofensor.

Uma revisão realizada por Webb et al. (2017) tinha como objetivo principal analisar os componentes de definição do autoperdão recorrentes na literatura, para a partir disso propor uma definição mais concisa e abrangente, que desse conta de diferenciá-lo do pseudo-autoperdão. Nesse sentido, os autores elaboraram a seguinte definição:

> "O perdão de si ocorre ao longo do tempo e é um processo deliberado e voluntário, iniciado em resposta aos sentimentos negativos oriundos do reconhecimento do erro cometido, que resulta em disposição para assumir a responsabilidade pelo erro e em uma mudança construtiva e fundamental no relacionamento consigo mesmo, na reconciliação consigo mesmo e na aceitação do si, através da conexão humana e do compromisso com a mudança." (p. 221, tradução nossa)

A definição citada traz elementos comuns às demais dimensões do perdão, como o seu caráter voluntário e processual, que necessita de tempo para acontecer, que parte de sentimentos negativos e pressupõe mudanças em afetos, comportamentos e cognições. Mas são também destacados elementos conceituais específicos do autoperdão genuíno, considerados necessários para distingui-lo do pseudo-autoperdão, a saber, a necessidade de: reconhecimento do erro, assunção de responsabilidade, reconciliação consigo mesmo, aceitação de si mesmo, conexão humana (ou seja, o reconhecimento da condição humana, passível ao erro) e esforço genuíno para mudar no futuro. Esses são alguns dos elementos que vêm sendo destacados na literatura da área como fatores que garantem a genuinidade do autoperdão. A seguir, apresentaremos com mais detalhes os quatro elementos conceituais que forneceram as bases para a elaboração da proposta deste estudo.

Reconhecimento do erro e aceitação da responsabilidade

No contexto da importância da identificação de um autoperdão genuíno, ganham relevância na literatura o reconhecimento do erro e a aceitação da responsabilidade. Esses são considerados como elementos-chave do verdadeiro autoperdão, que o diferenciam do pseudo-autoperdão que, por sua vez, se baseia no alívio ou evitação dos sentimentos negativos pelo uso de mecanismos de defesa como a negação, a tentativa de justificar ou minimizar erro, ou, até mesmo, o esquecimento (Fisher & Exline, 2006; Hall & Fincham, 2005; Wenzel et al., 2012; Woodyatt et al., 2017).

Desde as primeiras definições desta dimensão do perdão a centralidade desses elementos tem sido destacada. A primeira conceituação psicológica apresentada por Enright et al. (1996) apresenta o autoperdão como "uma orientação para abandonar a culpa e o remorso após o reconhecimento do erro, favorecendo a compaixão, generosidade e amor direcionados ao self" (p. 116, tradução nossa)". Nesta visão, o reconhecimento do erro é apontado como um elemento essencial, mesmo porque não há o que perdoar se o erro não for reconhecido e se a pessoa não se sentir responsável por ele (Hall & Fincham, 2005; Wenzel et al., 2012; Woodyatt & Wenzel, 2020). Enright (2001) assinala, ainda, que o perdão pode ser mais difícil para ofensores do que para vítimas, justamente porque presume admitir um erro, o que pode ser um processo muito doloroso.

Ao propor seu modelo em que prescrevem um processo a ser vivenciado na busca do autoperdão, Enright et al. (1996) o organizam em quatro fases: Reconhecimento, Decisão, Resolução e Aprofundamento. Assim, antes de passar pelo processo que envolve decidir se comprometer com o autoperdão e trabalhar a ofensa na busca dele, é importante que o ofensor vivencie essa primeira fase, denominada de Reconhecimento, que se caracteriza pela reflexão e conscientização a respeito do ato cometido. Nesta fase, o ofensor irá encarar suas próprias ações, superando possíveis mecanismos de defesa, como negações ou justificativas, de maneira

a reconhecer a ofensa e a sua responsabilidade sobre ela. É um momento que pode ser difícil para o ofensor, pois o reconhecimento e a responsabilização originam sentimentos negativos, que devem ser vivenciados ao longo desta fase e que terão um importante papel para que se engaje em um processo genuíno de busca do autoperdão (Enright et al. 1996; Enright, 2001).

Em concordância com essa abordagem, Holmgren (1998) ressalta esses dois elementos nas suas discussões sobre como o autoperdão pode ser considerado uma virtude moralmente desejável, se for obtido através de um processo genuíno em que o ofensor trabalha o erro cometido, sem se eximir de suas responsabilidades. Esta autora discute que o autoperdão genuíno deve partir do respeito pela vítima, por si mesmo e por suas obrigações morais, havendo nesse processo algumas etapas necessárias para o ofensor. Dentre os pontos destacados, temos a importância de o ofensor admitir a ofensa e se reconhecer como responsável por ela. Uma falha em relação a estes elementos demonstraria um desrespeito triplo: para com a vítima, por não reconhecer seu sofrimento; para com sua moralidade, por não reconhecer que agiu de maneira contrária ao que deveria; e para consigo mesmo, pois ao negar sua responsabilidade o ofensor está também se enganando e se desrespeitando como agente moral responsável pelos próprios atos não justificados.

Assim, Holmgren (1998) nos informa que, para alcançar um autoperdão genuíno e moralmente desejado, é importante que a pessoa parta desses elementos e se permita vivenciar os sentimentos negativos que se originam do reconhecimento do erro e da aceitação da responsabilidade, pois esses sentimentos “servem para conectá-la com a realidade do que ela fez, com o valor da vítima e com a importância de suas obrigações morais” (p. 77).

Estudos mais recentes seguiram a tendência de salientar esses dois elementos. O modelo terapêutico para o autoperdão proposto por Cornish e Wade (2015), por exemplo, aponta um caminho para trabalhar o autoperdão através de quatro componentes, que os autores denominaram de “Os Quatros R’s do Autoperdão Genuíno”. Nesta concepção, essa dimensão do perdão é entendida como:

> "um processo em que a pessoa (a) aceita a Responsabilidade por ter magoado outra pessoa; (b) expressa Remorso enquanto reduz a vergonha; (c) busca Restauração através de comportamentos de reparação e da reafirmação de valores; e (d) então consegue uma Renovação do respeito, da compaixão e da aceitação em relação a si mesmo" (p. 97, tradução nossa)

Assim, os autores indicam a assunção de responsabilidade e a vivência dos sentimentos negativos oriundos dela como os dois primeiros componentes (ou etapas) para alcançar o autoperdão de forma genuína, mantendo um comprometimento moral do ofensor.

Woodyatt e Wenzel (2020) também destacam o reconhecimento na sua definição, ao conceber o autoperdão como "um processo em que a pessoa reconhece e trabalha a sua responsabilidade pela transgressão percebida, mas, em seguida, se libera da autocondenação com suas consequências emocionais, cognitivas e comportamentais associadas" (p. 23, tradução nossa). Nesta definição, os autores salientam essa dimensão cognitiva do autoperdão, que diz respeito a assumir o erro e a responsabilidade sobre o acontecimento, que uma vez reconhecido, precisa ser trabalhado em um processo.

A preocupação com esses elementos também se manifestou em relação à medição do autoperdão. Fisher e Exline (2006) defenderam que medidas de responsabilidade deveriam ser incluídas em todos os estudos sobre o autoperdão, para evitar que ele seja confundido com atitudes de pseudo-autoperdão que também geram resultados positivos para o bem-estar do ofensor, como arrumar desculpas, minimizar ou ignorar a ofensa. Já Woodyatt and Wenzel (2013a) criticaram as medidas existentes por focarem apenas no estado final do autoperdão, e elaboraram um instrumento denominado "Escala do Processo Diferenciado do Autoperdão" (Differentiated Process Scale of Self-Forgiveness) com o objetivo de distinguir o autoperdão genuíno do pseudo-autoperdão. Esse instrumento contém três subescalas: autoperdão genuíno, pseudo-autoperdão e autopunição. Na medida do autoperdão, os autores focaram na aceitação

da responsabilidade, pois tinham como foco o processo e não somente o seu estado final, e entenderam que esse aspecto seria um diferencial do autoperdão genuíno.

No contexto do destaque desses elementos, as emoções negativas têm um importante papel. Como apontado por Woodyatt et al. (2017), atitudes voltadas simplesmente para o alívio da culpa e para o desejo de se sentir melhor não podem ser consideradas como um autoperdão genuíno, pois esse se origina da assunção de responsabilidade e da vivência dos sentimentos negativos oriundos dela. Se refletirmos sobre a gênese da questão, chegaremos à conclusão de que sem o reconhecimento do erro e sem a assunção de responsabilidade, o ofensor não se sentirá mal pelo ato cometido e provavelmente não sentirá necessidade de vivenciar um processo de autoperdão, tal como descrito nas definições anteriormente apresentadas. O uso de mecanismos de defesa, por exemplo, leva ao reestabelecimento do bem-estar do ofensor, mas por uma espécie de atalho, que viola a concepção do autoperdão enquanto atitude moral. Holmgren (1998) destaca que o reconhecimento do erro e da própria responsabilidade, e o entendimento de que é preciso trabalhar suas más ações através de um processo, são aspectos que tornam o autoperdão genuíno e, dessa maneira, retiram o perigo de que ele seja uma violação moral, uma mera desculpa para as próprias ações.

As emoções têm, desse modo, um papel paradoxal no processo do autoperdão, pois se por um lado elas podem ter efeitos danosos a longo prazo, impedindo o ofensor de alcançar um autoperdão que em seu estado final se relaciona com uma diminuição dessas emoções negativas, por outro lado elas têm um papel crucial no início do processo. De acordo com Woodyatt et al. (2017) são elas que "inicialmente fortalecem o processo de autoperdão, motivando a reparação de rupturas nas relações interpessoais e catalisando o crescimento pessoal após a perpetração de uma ofensa" (p. 7). Focar apenas na diminuição dessas emoções negativas demonstra uma concepção hedonista a respeito do autoperdão, que se caracteriza pelo egoísmo e pela falta de comprometimento moral (Woodyatt, Wenzel & Ferber, 2017). Um questionamento importante no estudo e na prática do autoperdão é justamente como manter o comprometimento moral na

sua busca, garantindo que o ofensor consiga voltar a se sentir bem consigo mesmo e a ter uma visão positiva de si, mas sem deixar de reconhecer seu erro e sua responsabilidade. Assim, estudiosos têm discutido que elementos podem auxiliar nesta transição ao longo do processo.

Comportamentos conciliatórios

À medida que foi se tornando clara a necessidade de diferenciar o pseudo-autoperdão do autoperdão genuíno, os estudos passaram a atribuir maior ênfase às características processuais do autoperdão. A compreensão é de que somente analisando o processo seria possível identificar os seus elementos centrais, já que o foco no resultado poderia induzir ao erro por não permitir a diferenciação entre essas atitudes (Cornish & Wade, 2015; Kim & Enright, 2014; Wenzel et al., 2012; Woodyatt & Wenzel, 2013a, 2014). Uma revisão realizada por Alencar e Abreu (2019) apontou, inclusive, que a compreensão do processo foi o objetivo da maioria dos estudos mais recentes que tinham como foco o autoperdão, o que mostra a centralidade da temática.

Partindo da concepção de que o reconhecimento do erro e a aceitação de responsabilidade são elementos imprescindíveis ao processo, os pesquisadores se interessaram por compreender como conseguimos transitar destes pontos de partida para alcançar o autoperdão. Como discutido anteriormente, esses elementos são essenciais para garantir a genuinidade do processo, mas também levam diretamente a sentimentos negativos, que são grandes obstáculos para conseguir perdoar a si mesmo. Percebemos que há, dessa maneira, duas etapas fundamentais: a de se responsabilizar pelos próprios atos e a de superar a autocondenação, posteriormente, voltando a se sentir bem consigo mesmo. Os estudos buscaram, então, estabelecer aspectos necessários ou facilitadores no caminho para alcançar o autoperdão mantendo o comprometimento moral, e os comportamentos conciliatórios voltados para a vítima, como confissão, expressão de arrependimento sincero, pedido de desculpas e tentativas de reparação, têm sido apontados como importantes elementos para um autoperdão

genuíno (Cornish & Wade, 2015; Fisher & Exline, 2010; Holmgren, 1998; Wenzel et al., 2012; Woodyatt et al., 2017; Woodyatt & Wenzel, 2013a, 2014, 2020).

Cornish e Wade (2015) fizeram, inclusive, uma crítica a definições anteriores (Enright et al., 1996; Hall & Fincham, 2005) que cumprem o requisito de destacar o papel da responsabilidade, mas não incluem a vítima no processo do autoperdão, que fica muito restrito ao próprio ofensor, com foco nas suas emoções, motivações e comportamentos. Os autores defendem que para tratar do processo de forma mais completa é preciso incluir componentes voltados para o outro, e destacam a importância da reparação da vítima e da mudança através da reafirmação de valores como elementos que favorecem a genuinidade do autoperdão. O modelo de intervenção terapêutica proposto por Cornish e Wade (2015) inclui quatro componentes: aceitação da responsabilidade, vivência do remorso, restauração dos valores e renovação da autoaceitação. O terceiro componente apresentado para alcançar o autoperdão genuíno, chamado de Restauração, é de caráter interpessoal e voltado para a ação, que tem como uma das suas importantes etapas a tentativa de reparar a vítima, utilizando comportamentos conciliatórios nesta busca.

Wenzel et al. (2012) apontam uma explicação que nos ajuda a compreender a relação entre os comportamentos conciliatórios e o autoperdão. Considerando que todo modelo de autoperdão genuíno deveria incluir a aceitação de responsabilidade, os autores ressaltaram a importância do esclarecimento do processo para compreender como é possível atenuar a relação negativa entre a aceitação de responsabilidade e a autoestima positiva. Assim, realizaram dois estudos em que se propõem a investigar o papel dos comportamentos conciliatórios e da reafirmação de valores como facilitadores desse processo. No primeiro estudo utilizaram uma técnica de *role-play* com situações de ofensa hipotéticas, e o segundo estudo baseou-se no autorrelato de ofensas reais em um delineamento longitudinal. A partir de suas análises, os autores apontaram que os comportamentos conciliatórios voltados para a vítima são elementos importantes para o processo, porque permitem que o ofensor reafirme valores que foram

violados pelos erros cometidos, o que, por sua vez, atenua a relação negativa entre a aceitação da responsabilidade pela ofensa e o amor-próprio, facilitando, assim, o autoperdão genuíno. Essa explicação foi corroborada por Woodyatt e Wenzel (2014) que argumentaram que os comportamentos conciliatórios e a reafirmação dos valores permitem que o ofensor atenda às suas necessidades em relação a sua identidade moral que foi violada pela ofensa. Esses autores destacaram que esses são elementos facilitadores não somente para o autoperdão genuíno, como também para o aumento da confiança em si mesmo e do desejo de reconciliação com a vítima.

Também destacando o papel dos comportamentos conciliatórios, Woodyatt e Wenzel (2013a) ressaltaram a importância de o autoperdão não ser considerado apenas um meio para restauração interna do ofensor, mas também como um meio para mudanças com impacto interpessoal, ou seja, mudanças relacionadas à vítima, às atitudes ofensivas e até mesmo à sociedade de um modo geral. Nesse estudo os autores categorizaram três tipos de resposta possíveis após a ocorrência de uma ofensa: o pseudo-autoperdão, quando não há o reconhecimento da responsabilidade sobre a ofensa e a pessoa se isenta da culpa; a autopunição, quando há reconhecimento do erro e da responsabilidade, mas a pessoa deixa de valorizar a si mesma em função do erro cometido, porque internaliza a culpa e a vergonha e se estagna nessa posição, desejando apenas punir-se; e o autoperdão genuíno, quando há reconhecimento do erro e da responsabilidade, mas a pessoa se percebe como possuidora de valor, apesar de imperfeita. O fato do autoperdão genuíno partir de uma concepção de que houve um ato errado, mas que isso não define e desvaloriza a pessoa por completo, torna a busca por soluções mais atrativa, possibilitando sair, inclusive, de uma culpa autocentrada, preocupando-se também com a vítima neste processo.

Os autores do estudo verificaram que apenas o autoperdão genuíno, caracterizado pela responsabilidade e pela preocupação com a situação-problema com busca de resolução através dos comportamentos conciliatórios, apresentava uma relação positiva não somente com a autoestima do ofensor, mas também com o seu nível de empatia. Indicaram, assim, que suas

consequências iam além de se sentir bem consigo mesmo e incluíam também o outro no processo. Os demais tipos de resposta não se relacionavam com uma mudança de impacto interpessoal, sendo esse um elemento diferenciador do autoperdão genuíno.

Resultados semelhantes foram obtidos no estudo de Cornish et al. (2018), em que buscaram analisar a interação entre a assunção de responsabilidade e o alívio dos sentimentos negativos nos ofensores para distinguir o autoperdão genuíno de outras formas de resposta, examinando também as diferenças individuais que estariam associadas ao processo. Para tanto, realizaram uma análise de Clusters utilizando três variáveis medidas em instrumentos objetivos: o autoperdão enquanto estado final, a percepção de responsabilidade sobre a ofensa e a autocondenação relacionada a ofensa (sentimentos negativos). Nos dois estudos realizados pelos autores a análise identificou três padrões de resposta após a ocorrência de uma ofensa, semelhantes aos descritos por Woodyatt e Wenzel (2013a): autocondenação, autoexoneração (pseudo-autoperdão) e autoperdão genuíno. Suas análises corroboraram a relação anteriormente apontada entre o autoperdão e os benefícios interpessoais.

Assim, Cornish et al. (2018) verificaram que os participantes pertencentes ao grupo da autocondenação apresentaram médias significativamente mais baixas em variáveis voltadas para o bem-estar do ofensor quando comparados aos demais grupos. Já os participantes que se isentaram da responsabilidade (cluster do pseudo-autoperdão) obtiveram resultados intrapessoais positivos, com médias altas nas variáveis relativas ao bem-estar do ofensor. No entanto, esse foi o grupo com o nível mais baixo de consideração empática, o que indica que esse tipo de resposta não se relaciona com benefícios interpessoais para o ofensor. Os resultados indicaram que apenas o autoperdão genuíno se relacionou com benefícios intrapessoais, contribuindo com o bem-estar do ofensor, e com benefícios interpessoais, pois os participantes desse grupo apresentaram o nível mais baixo de vulnerabilidade narcísica, um traço de personalidade que se relaciona com comportamento vingativo e respostas agressivas em situações de rejeição interpessoal. Dessa maneira, os autores argumentaram que o autoperdão

genuíno se coloca como uma resposta mais completa, adaptativa e positiva para as relações, e indicam, inclusive, que pessoas que perdoam a si mesmas de forma genuína "podem ser mais resilientes e manter relacionamentos mais saudáveis ao longo do tempo, dado o conjunto de resultados que mostra que o autoperdão foi o padrão de resposta mais consistentemente associado ao funcionamento intrapessoal e interpessoal" (Cornish et al., 2018, p. 51)

Seguindo essa linha de análise sobre o impacto interpessoal do autoperdão, o estudo de Woodyatt, Wenzel e Ferber (2017) organiza a sua apresentação a partir de dois caminhos ou dois tipos de processos possíveis para alcançá-lo. Um processo denominado de Hedonista, que é focado na autocompaixão como um meio para aumentar os sentimentos positivos e diminuir os sentimentos negativos em relação a si mesmo. O outro processo, por sua vez, é o da Eudaimonia. Trata-se de um modelo alternativo proposto pelos autores que foca na reafirmação de valores violados pela ofensa como meio para alcançar o autoperdão. Esse caminho vai em um sentido oposto ao hedonismo por se basear em um difícil processo de aceitação da responsabilidade, que gera sentimentos negativos. Nesse processo, o ofensor trabalha sua transgressão buscando reafirmar seus valores e sua identidade moral, que foi ameaçada pela ofensa. De acordo com os autores, ambos os caminhos levam ao estado final do autoperdão, no sentido de favorecer o bem-estar do ofensor, de ajudá-lo a se sentir melhor após a ofensa. Porém, o processo da Eudaimonia teria maior chance de atender as necessidades não somente do ofensor, mas também da vítima, gerando resultados mais significativos na diminuição das defesas e no aumento do desejo de reconciliação e de reparação da vítima.

Apesar de destacarmos os comportamentos conciliatórios como um quesito moral importante no caminho do ofensor, é válido ressaltar que concordamos com Holmgren (1998) ao afirmar que essas atitudes não são tomadas para condicionar o autoperdão à decisão da vítima de perdoar seu ofensor. Sendo o ofensor um agente moral autônomo, é importante separar suas atitudes das atitudes da vítima, para que assim possa se responsabilizar por suas decisões em relação às etapas que irá seguir para trabalhar suas transgressões, sem simplesmente transferir

essa responsabilidade para a vítima, baseando-se nas atitudes dela. Há, evidentemente, um efeito catártico e facilitador no perdão da vítima, mas essa não pode ser considerada uma condição necessária para o autoperdão, pois dessa maneira a virtude seria proveniente de uma fonte externa (a vítima), e não de um processo interno vivenciado pelo próprio ofensor e relacionado a sua moralidade. Assim, tratamos dos comportamentos conciliatórios como elementos que podem auxiliar no processo vivenciado pelo ofensor de sentir-se digno do autoperdão, ainda que a vítima não tenha decidido perdoá-lo.

Mudanças de comportamento e de atitudes

Os aspectos interpessoais têm sido cada vez mais destacados como critérios de diferenciação do autoperdão genuíno e como elementos-chave para transpor os sentimentos negativos. Partindo do entendimento de que o autoperdão, enquanto atitude moral genuína, é mais do que simplesmente aliviar sentimentos negativos, e buscando compreender o processo para garante a sua qualidade moral, outro elemento que ganha destaque na literatura é a necessidade de mudanças de atitudes e de comportamentos do ofensor, que tem sido relacionada com a reafirmação de valores violados do ofensor e com a sua reconciliação consigo mesmo (Cornish & Wade, 2015; Enright et al., 1996; Griffin et al., 2015, 2016; Holmgren, 1998; Kim & Enright, 2014).

Como explanado anteriormente, existem muitos aspectos comuns às três dimensões do perdão. Mas um ponto em que claramente observamos divergências nos processos vivenciados por vítimas e ofensores diz respeito à reconciliação. Os estudos sobre o perdão na perspectiva da vítima demonstram preocupação em distinguir perdão e reconciliação, para deixar claro que o fato de a vítima perdoar o seu ofensor, não implica necessariamente em uma reconciliação ou no reestabelecimento da relação (Enright, 1991, 1996; Enright & Fitzgibbons, 2015). Oferecer o perdão é um processo vivenciado pela vítima, que se pauta no desejo de diminuir os sentimentos, pensamentos e comportamentos negativos oriundos da ofensa, o que proporciona

libertação. Os autores discutem que condicionar o perdão às atitudes do ofensor seria atribuir a ele muito poder em um processo que pertence à vítima, e não deveria depender dele. A atitude de reconciliar, por outro lado, estaria mais condicionada ao ofensor, pois a reconciliação exige mudanças comportamentais que demonstrem à vítima que vale a pena voltar a confiar no ofensor. Assim, no caso de ofensas em relacionamentos íntimos, por exemplo, a vítima poderia perdoar seu ofensor e seguir sua vida sem mágoas, e ainda assim, não voltar a ter a relação de confiança que estabelecia anteriormente, caso não tenha motivos para isso.

Porém, no que se refere ao autoperdão, a relação com a reconciliação é bem diferente, pois neste caso não é possível separá-lo da reconciliação (Enright et al., 1996; Hall & Fincham, 2005; Kim & Enright, 2014). Conforme argumentado por Kim e Enright (2014), "o autoperdão em sua essência abrange tanto oferecer perdão para si mesmo, quanto receber perdão de si mesmo, tornando a reconciliação implícita no processo" (p. 265/266). Esses autores apontam que a reconciliação é necessária, pois para alcançar o autoperdão o ofensor precisa voltar a se aceitar e a confiar em si mesmo, apesar do erro cometido, até porque não existe a possibilidade de não manter uma relação neste caso.

Considera-se, portanto, que esses são processos que estão relacionados, e isso nos aponta um caminho explicativo para o papel das mudanças como um elemento necessário para o autoperdão genuíno. O processo intrapsíquico vivenciado pelo ofensor na reconciliação consigo mesmo seguiria um caminho semelhante ao descrito anteriormente em relação às vítimas: as mudanças geram a confiança de que reconciliação pode ser estabelecida. Assim, a reconciliação consigo mesmo se torna possível através do comprometimento com um esforço para efetivamente modificar o comportamento ofensivo e não cometer erros semelhantes no futuro, conforme já havia sido discutido em estudos anteriores (Enright et al., 1996; Holmgren, 1998).

Kim e Enright (2014) argumentaram, ainda, sobre a importância de o autoperdão ser praticado em associação com outras virtudes morais, como a justiça e a compaixão, para

garantir sua qualidade moral. Neste sentido, o compromisso com a mudança em aspectos que foram moralmente violados demonstraria também um esforço em relação à restauração da justiça. Essa relação com os valores morais também foi destacada por Holmgren (1998), que definiu a mudança como um compromisso moral do ofensor que teria um papel fundamental para a genuinidade do autoperdão.

Em suas discussões, Holmgren (1998) abordou o fato de que o autoperdão pressupõe uma autoaceitação, uma compreensão de si mesmo com alguém que possui valor, apesar do erro cometido. Porém, destacou que o autoperdão, quando genuíno, demanda respeito por si mesmo, pela vítima e por suas obrigações morais. Dessa maneira, uma autoaceitação e autovalorização não significa se aceitar exatamente como é, mantendo todos os padrões de comportamentos intactos, até mesmo os ofensivos. Na verdade, Holmgren nos adverte que para atender às obrigações morais, e assim garantir a genuinidade do autoperdão, é preciso trabalhar a mudança de atitudes e comportamentos que vão contra o que é considerado moralmente correto. Nesse sentido, o compromisso com o crescimento moral é apresentado como uma condição primordial, sendo as mudanças e os aprendizados tarefas necessárias ao ofensor para alcançar o autoperdão de forma genuína.

Essa teórica aponta que não atender a essa condição seria deixar passar uma oportunidade de avançar moralmente, e manter grandes chances de cometes os mesmos erros no futuro. Para demonstrar respeito consigo mesmo, com a vítima e com suas obrigações morais, Holmgren (1998) defende que é importante que o ofensor avalie suas atitudes e se esforce para identificar os elementos do seu comportamento que o levaram ao erro, e que se comprometa a trabalhar para modificá-los, gerando aprendizados. Isso garante que o autoperdão esteja alinhado com o respeito pela moralidade, e evidencia sua diferença em relação ao esquecimento, uma vez que a ofensa cometida deve ser lembrada e servir como um alerta para que a pessoa esteja atenta para não cometer os mesmos erros novamente.

Enright et al. (1996) afirmaram, inclusive, que o autoperdão enquanto atitude genuína pode ser a chave para uma verdadeira mudança positiva no ofensor, uma vez que se baseia no reconhecimento do erro e da responsabilidade, que pode gerar uma conscientização sobre a necessidade de mudanças. Ao destacar que o autoperdão e a reconciliação estão sempre vinculados, os autores argumentam que a reconciliação consigo mesmo acontece porque "a pessoa reconhece que fará um esforço genuíno para mudar no futuro" (p. 116, tradução nossa). Conforme citado anteriormente, esses autores propõem um modelo em que apresentam o processo do autoperdão em quatro fases, e o elemento da mudança aparece na última delas.

Assim, após passar pelas fases em que (1) reconhece seus erros e sua responsabilidade e vivencia os sentimentos negativos oriundos dessa reflexão, (2) decide se comprometer com o processo do autoperdão, depois de avaliar as possibilidades e de compreendê-lo como um caminho adequado, e (3) trabalha na resolução da questão, refletindo sobre a situação a partir de novas perspectivas, praticando a conscientização e a compaixão para modificar os sentimentos negativos, o ofensor passaria ainda por uma quarta e última fase, denominada de Aprofundamento. Esta fase é destinada à reflexão sobre os significados de todo o processo que foi vivenciado, e é neste momento que novos aprendizados podem ser gerados, com possíveis mudanças nas atitudes e nos comportamentos do ofensor.

O elemento da mudança de atitudes e comportamentos também aparece em modelos clínicos mais recentes. Quando discutem o terceiro componente de seu modelo, denominado de Restauração, Cornish e Wade (2015) destacam dois aspectos desta etapa interpessoal: a reparação da vítima e a mudança. Considerando que este componente descreve elementos que possibilitam ao ofensor restaurar sua identidade moral, os autores salientam que além dos comportamentos de reparação em relação a vítima, também é importante trabalhar as atitudes e os comportamentos do ofensor que se relacionam com a transgressão, que por sua vez, feriu sua identidade. No caminho da restauração, as mudanças e os aprendizados possibilitam reafirmar os valores que foram violados, ao manter o compromisso moral de evitar cometer os

mesmos erros no futuro. Cornish e Wade (2015) defendem que são esses atos restaurativos em conjunto (reparação e mudança) que possibilitam ao ofensor superar os sentimentos negativos em relação a si mesmo, para assim alcançar a última etapa do autoperdão, a Renovação de uma visão positiva e do respeito em relação a si mesmo.

Essa visão de que o comprometimento com a mudança se relaciona com a reafirmação de valores e constitui um elemento importante para o autoperdão genuíno, também é apresentada no modelo de processo duplo do autoperdão (Griffin et al., 2015; 2016). Nesta concepção, dois processos seriam vividos para alcançar o autoperdão. O primeiro deles se refere à decisão de reafirmar os valores violados, através da aceitação de responsabilidade, da reparação da vítima quando possível e do comprometimento com a mudança pela ofensa. Dessa maneira, os autores discutem a importância de o ofensor passar pelo processo de buscar alinhar seu comportamento futuro com os valores que fazem parte da sua identidade moral. De acordo com eles, a reafirmação de identidade gerada por esse processo possibilitaria a vivência da segunda etapa constituinte do autoperdão, em que o ofensor experiencia o processo de restauração emocional, reestabelecendo sua autoestima e autovalorização.

Os estudos até aqui discutidos nos mostram que existem variadas concepções de autoperdão, e que essas focam, majoritariamente, no processo vivenciado para alcançá-lo. Os elementos acima discutidos são partes do que poderia ser um processo ideal para o autoperdão genuíno. No entanto, neste estudo, propomos uma análise que parte de outra perspectiva e foca nas diferentes formas de pensar sobre o autoperdão, por compreender que nem sempre seu estado final, ou seja, o restabelecimento do bem-estar do ofensor será alcançado com reflexões que incluam todos os elementos idealmente estabelecidos.

Sendo o autoperdão uma virtude moral, ele não precisa ser perfeito e pode ser praticado em diferentes graus (Kim & Enright, 2021). É possível perceber que existem muitas formas de lidar com os erros cometidos e com a "quebra" da identidade moral. São atitudes que permitem uma reconciliação com o self e possibilitam ao ofensor voltar a se sentir bem consigo mesmo.

Há, portanto, uma pluralidade na maneira de o ofensor refletir sobre sua situação após a ocorrência de uma ofensa, e propomos a consideração de que essas maneiras representam a qualidade moral do pensamento sobre o autoperdão.

Com base nas discussões da literatura sobre autoperdão genuíno apresentadas anteriormente, percebemos que os diferentes elementos destacados poderiam ser relacionados ao desenvolvimento cognitivo do ofensor, de maneira mais específica, a dois conceitos piagetianos que, de acordo com Selman & Byrne (1974) estão diretamente ligados à cognição social: o egocentrismo e a descentração. A partir dessa articulação foi proposta a tipologia analisada neste estudo.

Elementos cognitivos: egocentrismo e descentração

Jean Piaget foi um dos maiores pensadores do século XX e um dos teóricos mais influentes na psicologia do desenvolvimento cognitivo. Seu principal objeto de interesse foi o desenvolvimento da inteligência, e para isso se dedicou ao estudo do processo de construção progressiva das estruturas cognitivas, evidenciando a existência de diferenças quantitativas e qualitativas entre o pensamento da criança e do adulto. Piaget (1964/2010) entendia que o desenvolvimento psíquico se orienta em direção a uma maior adaptação, seguindo um processo de "equilibração progressiva, uma passagem contínua de um estado de menor equilíbrio para um estado de equilíbrio superior" (p. 13). Sendo assim, a teoria por ele denominada de Epistemologia Genética buscou explicar como se constroem as estruturas psíquicas em nível cognitivo, afetivo e moral, e como elas evoluem de formas mais simples para formas mais complexas, havendo sempre um paralelismo ao longo dessas evoluções (Piaget, 1932/1994; 1953/2014; 1964/2010).

Contrariando perspectivas epistemológicas que ora atribuem todo o conhecimento às experiências, sendo uma cópia do meio (empirismo), ora o consideram oriundo de estruturas

inatas pré-formadas que aguardam a maturação (inatismo), Piaget (1970/1978) defendeu que o conhecimento é construído ativamente pelo sujeito e é resultado do seu processo de interação com o meio, sendo por isso considerado um construtivista e interacionista. É na interação que surgirão as demandas que motivarão a construção das estruturas cognitivas, e o constante contato com novas exigências externas provoca os desequilíbrios que geram a necessidade de novas adaptações.

De acordo com este teórico, interagimos como o mundo assimilando suas informações, ou seja, interpretando-o a partir das estruturas cognitivas que dispomos. Em dadas situações, nos deparamos com demandas desequilibradoras, uma vez que as ferramentas que possuímos não são suficientemente adequadas para lidar com elas, e faz-se necessário acomodar-se às necessidades do meio, melhorando as estruturas para que elas deem conta das novas requisições. Assim, o sujeito está continuamente reorganizando as estruturas da inteligência ou construindo novas estruturas, formando e modificando esquemas cognitivos através dos processos de assimilação e acomodação, que são responsáveis por garantir o equilíbrio entre fatores internos e externos. É nesse processo que seguimos em contínuo desenvolvimento ao longo da vida, de maneira que as funções de assimilação e acomodação jamais cessam.

Apesar de partir dessa compreensão do desenvolvimento como dialético, os estudos de Piaget se concentraram nas grandes mudanças que ocorrem durante a infância e a adolescência, organizando o desenvolvimento em quatro estágios sucessivos: sensório-motor (aproximadamente até 2 anos), pré-operatório (2 – 7 anos), operatório concreto (7 – 11 anos) e operatório formal (12 anos em diante). Os ganhos e as limitações de cada estágio de desenvolvimento nos permitem entender como avançamos de estruturas mais elementares de raciocínio até chegar ao pensamento lógico-racional típico do adulto. E nos estudos deste teórico os conceitos de egocentrismo e descentração aparecem desempenhando um papel fundamental, pois a superação da centração é apresentada como uma condição necessária para avançar no âmbito cognitivo, afetivo e moral (Piaget, 1932/1994; 1953/2014; 1964/2010).

O egocentrismo pode ser compreendido como a inabilidade ou dificuldade de sair do próprio ponto de vista, e de considerar a existência de outras perspectivas ou aspectos em uma mesma situação. O desenvolvimento da descentração cognitiva e socioafetiva, por sua vez, é o que auxilia o indivíduo a diferenciar-se da realidade externa e das demais pessoas, desenvolvendo a percepção e o entendimento de diferentes perspectivas, e a capacidade de articulá-las em seu raciocínio e nas suas tomadas de decisões.

Mas é importante destacar, entretanto, que a transição do egocentrismo para a descentração não é um processo linear, com um estado final de ausência de egocentrismo e completa descentração. O que se observa é que há uma crescente possibilidade de desenvolvimento da habilidade de descentração ao longo da vida, cujo ritmo será estabelecido pelas interações sociais, que podem ou não favorecer esse desenvolvimento. O ganho na habilidade de descentração tornará o raciocínio do indivíduo mais complexo, e possibilitará o enriquecimento de suas habilidades cognitivas, sociais e morais. Mas isso não significa o fim do egocentrismo, posto que o sujeito voltará a momentos de centração em si mesmo em determinados períodos, como por exemplo, em situações de crises.

Piaget (1953/2014; 1964/2010) nos aponta, inclusive, que sempre retornamos a um estado egocêntrico para lidar com os desequilíbrios típicos de cada nova aquisição, já que inicialmente buscamos assimilar a realidade de forma egocêntrica, tentando adequá-la às estruturas que já possuímos. É necessário atingir certo nível de descentração para perceber as inadequações dessas tentativas e obter os ganhos necessários à nova equilibração, nos acomodando a realidade, que não mais será submetida ao nosso psiquismo. Assim, em cada estágio de desenvolvimento passamos por fases de egocentrismo e descentração. A descrição das características e etapas do desenvolvimento torna perceptível a importância dessa dinâmica para os ganhos cognitivos, sem deixar de perceber que as fases egocêntricas e descentradas são qualitativamente diferentes ao longo do desenvolvimento, de maneira que o egocentrismo

evidenciado no bebê não é o mesmo apresentado pelo adulto, por exemplo. Analisemos a manifestação do egocentrismo e da descentração em cada etapa para demonstrar essa afirmação.

Em suas obras, Piaget (1964/2010; 1970/1978) nos aponta que no início do desenvolvimento, no período sensório-motor, há uma completa indiferenciação entre o bebê e o mundo, em uma etapa que descreveu como egocentrismo radical. Trata-se de um egocentrismo inconsciente e integral, que se manifesta em nível cognitivo e afetivo, e que acontece inicialmente de forma automática, pois a criança se coloca como centro da realidade, mas sem ter ainda construído uma consciência sobre si e sobre o mundo, e sem nem mesmo se reconhecer como a fonte de suas ações. A inteligência, que neste estágio anterior à linguagem se manifesta de forma puramente motora, centra-se no corpo da própria criança devido ao seu estado de indiferenciação, o que faz com que não haja coordenação nas ações.

O avanço da inteligência sensória-motora permite à criança construir um universo exterior objetivo e uma consciência de si, ao se entender como parte desse universo, em que existem outros objetos além do próprio sujeito. A evolução da descentração no plano material das ações se relaciona diretamente com os ganhos que marcam esta etapa do desenvolvimento, a saber: a construção da noção de permanência do objeto, a coordenação de meios e fins, a mudança no investimento afetivo que pode se desvincular da própria atividade e ser atribuído ao mundo exterior (pessoas e situações), e o desenvolvimento da função semiótica e da representação. A diminuição do egocentrismo ao longo do período sensório-motor viabiliza a ocorrência do que Piaget (1970/1978) denominou de revolução copernicana na criança, que consiste em:

> "...descentralizar as ações em relação ao próprio corpo, em considerar este como objeto entre os demais num espaço que a todos contém e em associar as ações dos objetos sob o efeito das coordenações de um sujeito que começa a se conhecer como fonte ou mesmo senhor de seus movimentos" (p. 8).

O estágio seguinte, denominado de pré-operatório, tem como principal aquisição o desenvolvimento da função simbólica, que traz grandes mudanças intelectuais e afetivas para a criança. A função simbólica se refere a capacidade de representação que permite que a criança vincule significados e significantes. Dentre suas diversas manifestações estão o jogo simbólico, a imitação, as imagens mentais, os desenhos e a linguagem. Assim, com o desenvolvimento da função simbólica, a criança consegue interiorizar as ações e as interações através de representações mentais, e pode ir além do seu campo perceptivo presente. Esses avanços na capacidade representativa trazem mudanças para o pensamento e proporcionam o início de uma socialização com o desenvolvimento da habilidade comunicativa. No entanto, mesmo com a construção de uma noção de mundo e de uma função simbólica, a criança na primeira infância ainda apresenta um egocentrismo muito similar ao observado no estágio anterior, mas que se manifesta de maneira diferente, em novos campos, considerando suas aquisições precedentes.

Assim, Piaget (1964/2010) nos esclarece que o período pré-operatório, como o nome informa, é uma etapa preparatória para o pensamento operacional e para a verdadeira socialização. Em relação à socialização, ressalta que apesar de já dispor da linguagem, a criança pré-operatória permanece marcada pelo egocentrismo em relação ao grupo social, com dificuldade de diferenciar e de coordenar perspectivas. Nas palavras dele:

> "...é fácil constatar como as conversações entre as crianças são rudimentares e ligadas à ação material propriamente dita. Aproximadamente até os sete anos, as crianças não sabem discutir entre elas e se limitam a apresentar suas afirmações contrárias. Quando se procura dar explicações, umas às outras, conseguem com dificuldade se colocar do ponto de vista daquele que ignora do que se trata, falando como que para si mesmas. E sobretudo acontece-lhes, trabalhando em um mesmo quarto ou em uma mesma mesa, de falar cada uma por si, acreditando que se escutam e se compreendem umas às outras" (Piaget, 1964/2010, p. 26)

Afirma que há, portanto, uma espécie de prolongamento do egocentrismo típico do período sensório-motor, pois a criança permanece com uma centração em si e com dificuldade de se diferenciar da realidade exterior. O fato de a criança ainda não ter grande habilidade de diferenciar pontos de vista nos ajuda a entender por que ela não sente a necessidade de se fazer compreender em uma comunicação: ela não ajusta seu discurso às necessidades do interlocutor, porque apesar de reconhecê-lo como um outro, não o diferencia completamente da sua própria subjetividade.

No que diz respeito ao pensamento, a criança nesta fase do desenvolvimento apresenta grandes avanços, uma vez que a manifestação de inteligência não está mais presa ao plano das ações práticas, nem ao momento presente e observável, pois a função simbólica amplia as possibilidades de reflexões. Porém, como dito anteriormente, neste estágio a criança se encontra em uma etapa intermediária de transição entre um pensamento predominantemente egocêntrico e o pensamento lógico. Assim, características típicas do período pré-operatório, como o jogo simbólico, o animismo e o finalismo demonstram a permanência da centração no eu e da submissão da realidade a este "eu". É importante destacar, no entanto, que esse egocentrismo não está ainda baseado em uma escolha consciente de si, mas sim na continuação da dificuldade de se dissociar do mundo e dos outros.

Assim, o raciocínio nesta fase é marcado por contradições, pois a criança não se baseia em uma objetividade lógica, e consegue facilmente ajustar a realidade às suas necessidades, graças a indiferenciação ainda presente. Apresenta, portanto, um pensamento marcado pela rigidez e irreversibilidade, devido à reduzida habilidade de descentração, que mantém o sujeito preso a ações simples, e estados únicos e estáticos, o que torna difícil a concepção de modificações, conservações e reversibilidades. Isso se reflete no plano cognitivo com a ausência do pensamento lógico reversível (Piaget, 1964/2010).

É somente com o avanço da descentração que o pensamento se torna móvel e reversível. No período operatório concreto a criança supera a confusão entre a sua realidade psíquica e o

mundo externo, já percebe a existência de diferentes pontos de vista e aspectos de uma situação, e torna-se apta a cooperar e a coordenar perspectivas (Piaget, 1953/2014). Na medida em que se diferencia dos outros, reduz a linguagem egocêntrica, pois entende a importância de ajustar o seu discurso para ser compreendida. E conforme constrói um pensamento lógico, se preocupa em desempenhar ações refletidas, pois com a diminuição do egocentrismo torna-se capaz de ponderar diferentes elementos na sua reflexão e de buscar explicações racionais descentradas de si. As estruturas organizam-se agora em totalidades operatórias, e não mais em simples coleções de objetos, e é isto que possibilita a mobilidade, a conservação e a reversibilidade do pensamento nesta etapa do desenvolvimento, pois "quando a criança se liberta de seu ponto de vista imediato para 'agrupar' as relações, o espírito atinge um estado de coerência e de não-contradição, paralelo a cooperação no plano social, que subordina o eu às leis de reciprocidade" (Piaget, 1964/2010, p. 52/53).

A construção do pensamento lógico se inicia na segunda infância, mas só se consolida de fato no início da adolescência, com o período denominado de operatório formal. É nesta etapa que o progresso da descentração viabiliza que o pensamento se desprenda da realidade concreta e observável, e passe a funcionar também em nível puramente abstrato e hipotético, no plano das ideias e do discurso (Piaget, 1970/1978; 1964/2010). Esse avanço na descentração torna as análises dos adolescentes mais amplas e complexas, pois são agora capazes de considerar e coordenar diferentes perspectivas e elementos em suas reflexões. Consideram, inclusive, elementos hipotéticos, como por exemplo, as possíveis consequências futuras de suas ações, de maneira que suas tomadas de decisões podem ir além do contexto imediato (Piaget, 1953/2014). No domínio socioafetivo e moral, esse avanço na descentração se reflete na maior abrangência do investimento afetivo e dos valores morais. O adolescente não mais se limita às suas relações interpessoais e à realidade por ele vivenciada, e consegue, agora, adentrar no âmbito de questões e problemas sociais com os quais pode, inclusive, nunca ter entrado em contato pessoalmente (Piaget, 1932/1994).

Mas, como dito anteriormente, o avanço na habilidade de descentração não implica na completa ausência do pensamento egocêntrico, pois como informa Piaget, sempre voltamos a este estado em momentos de crises e mudanças, a exemplo do início de um processo de desenvolvimento que demanda novas aquisições. No caso do adolescente, o egocentrismo se manifesta no protagonismo que atribui a si mesmo e a sua capacidade de reflexão. Assim, de maneira similar à criança em etapas anteriores, busca submeter a realidade à sua reflexão, acreditando poder reconstruir a realidade de acordo com a sua vontade, e transformar o mundo a partir do seu pensamento. Novamente o processo de descentração será necessário para superar esta etapa egocêntrica da adolescência, desenvolvendo uma relação mais adaptativa em que o adolescente compreende que não cabe ao raciocínio se impor a realidade, mas sim buscar interpretá-la e se adiantar a ela. Entende, ainda, que é preciso realizar as mudanças desejadas, de acordo com as possibilidades práticas, e não apenas atuar no nível reflexivo, visualizando a realidade a partir de suas crenças egocêntricas e megalomaníacas. Com isso, o conhecimento do adolescente "ultrapassa o próprio real para inserir-se no possível, e para relacionar diretamente o possível ao necessário, sem a mediação indispensável do concreto" (Piaget, 1970/1978, p. 27).

Percebemos, desta forma, que ao longo do desenvolvimento o sujeito passa por contínuos processos de centração em si mesmo e descentração, e que esses processos progridem em manifestações qualitativamente diferentes, pois trazem consigo os ganhos obtidos em etapas anteriores. Assim, partimos de períodos de completa indiferenciação entre o eu e a realidade exterior, em que o egocentrismo se manifesta como o reflexo de uma limitação cognitiva natural, até a construção de um pensamento operatório, que é resultado do progressivo desenvolvimento da descentração. No pensamento adulto, as limitações do egocentrismo infantil são superadas, e temos outros tipos de manifestações egocêntricas, agora com uma consciência de si, e uma habilidade de descentração que segue marcada por paulatinos avanços. O processo de desenvolvimento cognitivo pressupõe uma redução gradual do egocentrismo e

uma progressiva descentração do raciocínio, mas o nível e a predominância do pensamento egocêntrico no adulto serão determinados pelo processo de desenvolvimento e de socialização do sujeito. De acordo com o exercício desempenhado nas interações sociais e possibilitado por elas, considerando o quanto tal habilidade foi estimulada e promovida, poderemos analisar as diferenças relativas ao desenvolvimento da habilidade de descentração nos adultos.

Estudos têm demonstrado que os conceitos piagetianos de egocentrismo e descentração têm aplicações tanto no domínio impessoal, uma vez que se manifestam em raciocínios matemáticos, físico-espaciais, e geográficos, como no domínio interpessoal, pois se refletem em raciocínios utilizados no campo afetivo e social (Selman & Byrne, 1974). No que diz respeito a aplicação no domínio impessoal, o assunto é bem explorado no livro "A representação do espaço na criança", em que Piaget e Inhelder (1948/1993) apresentam os resultados de suas pesquisas sobre o desenvolvimento da noção de espaço e da sua representação. Os autores expõem de forma detalhada as características da evolução do pensamento de relações espaciais mais simples (topológicas) para mais complexas (projetivas e euclidianas), como resultado do progresso do pensamento da criança, e consequentemente, da sua habilidade de descentração.

As análises espaciais topológicas são características do início do desenvolvimento, muito marcado pelo egocentrismo. Nesta fase a criança realiza análises qualitativas e descritivas das relações espaciais, utilizando conceitos mais simples, como proximidade, separação, ordem, envolvimento e continuidade dos elementos do espaço, e não tem ainda noções de conservação. Isso acontece porque tais elementos são considerados isoladamente, como portadores de características intrínsecas, sem considerar relações em um espaço total que os englobe. Assim, a criança percebe o espaço e o representa de maneira rígida e imutável, a partir de sua própria perspectiva, pois "a atitude cognitiva inicial da criança é precisamente egocêntrica e transforma em um falso absoluto o que, na realidade, permanece relativo à atividade e à percepção próprias" (Piaget & Inhelder, 1948/1993, p.224).

Com o avanço no desenvolvimento, a criança avança na sua habilidade de descentração e os objetos do espaço deixam de ser percebidos como estáticos e independentes, pois constrói o entendimento do espaço como um sistema de conjuntos. Os elementos do espaço passam, então, a ser analisados nas relações que estabelecem entre si, e não mais de forma isolada. Isso permite a criança sair das relações elementares, organizando o espaço em relações projetivas e euclidianas, em que as figuras e os objetos se coordenam entre si, conservando suas propriedades. Assim, as relações euclidianas permitem pensar os elementos do espaço uns em relação aos outros (ex. noções de distância e de grandeza), enquanto nas relações projetivas há coordenações dos objetos a partir de diferentes perspectivas (ex. direita/esquerda, frente/traz, em cima/embaixo, etc.), garantindo as propriedades de conservação e reversibilidade na análise. Especificamente em relação ao espaço projetivo, o sujeito desenvolve a compreensão sobre a multiplicidade de perspectivas existentes, de modo que os objetos e suas representações devem ser considerados a partir do ponto de vista adotado, e não através de uma concepção única e imutável.

A construção de uma representação projetiva sobre o espaço pressupõe a habilidade de diferenciar e coordenar diferentes pontos de vista. Com o objetivo de analisar a construção e o desenvolvimento dessa habilidade, Piaget e Inhelder (1948/1993) realizaram uma série de pesquisas para avaliar a diferenciação de perspectivas em função da posição e dos deslocamentos (vista pela criança ou por outro observador em diferente posição). Os experimentos foram feitos utilizando um único objeto em posições sucessivas (ex. haste reta ou disco) em análises mais simples, e um conjunto de objetos (ex. uma maquete com Três Montanhas) para análises mais complexas em que buscaram acessar a construção da reflexão sobre as relações entre objetos em diferentes perspectivas, e como o sujeito estabelece relações entre seu ponto de vista e outros pontos de vista possíveis. A coordenação de perspectivas, seja em relação a objetos isoladas, seja em relação a um conjunto de objetos, foi organizada em três níveis. O nível I (antes dos 4 anos) se caracteriza pela dificuldade de representar perspectivas,

o que leva a incompreensão das atividades propostas nos estudos. A partir do nível II (de 4 a 7 anos) há entendimento da atividade proposta, mas há uma indiferenciação total (nível II A) ou parcial (nível II B) das possibilidades de perspectivas em relação ao(s) objeto(s) e às suas representações, e a criança permanece centrada em si mesma em suas respostas. É somente no nível III que ocorre uma crescente diferenciação e coordenação de pontos de vista. A criança começa a adquirir essa habilidade, e inicialmente passa por uma etapa de transição, o nível III A (entre 7 e 9 anos), em que realiza diferenciações parciais, admitindo, ainda, alguns erros, até chegar à sistematização exata das perspectivas, em que há diferenciação completa dos pontos de vista do sujeito e de outros observadores (nível III B). Esse caminho descreve, portanto, a diminuição do egocentrismo, que implica em representações rígidas e indiferenciadas centradas no próprio sujeito, em função da construção de uma representação verdadeira, que compreende a relatividade de perspectivas e busca coordená-las, algo que é possibilitado pela descentralização perceptual e representativa.

No que se refere à aplicação desses conceitos piagetianos no domínio interpessoal, destacamos sua relação com a tomada de perspectiva social, um processo sociocognitivo central (Selman, 1975a), que tem "uma longa tradição como conceito teórico de importância básica para a psicologia social e do desenvolvimento" (Selman & Byrne, 1974, p. 803). Selman e Byrne (1974) nos informam que o egocentrismo e a descentração estão diretamente relacionados ao conceito de tomada de perspectiva social, fundamentando sua compreensão, e destacam que o desenvolvimento dessa habilidade tem como condição necessária o avanço no processo de descentração.

Selman (1971) compreende a tomada de perspectiva (role taking) como a habilidade de entender as interações interpessoais assumindo a visão do outro, ou seja, saindo da própria perspectiva. O desenvolvimento dessa habilidade, que transita de uma tomada de perspectiva egocêntrica para uma mais recíproca, implica em uma percepção cada vez mais precisa a respeito do outro, incluindo uma melhora na capacidade de inferir sobre suas capacidades,

julgamentos, expectativas, sentimentos e potenciais reações, e nesse sentido, possibilita uma percepção mais acurada a respeito de como suas ações podem afetar este outro.

Influenciado pelos estudos de Kohlberg e Flavell, Selman (1971) se propôs a verificar a relação entre a habilidade de tomada de perspectiva social e o raciocínio moral, considerando que ambos são processos sociocognitivos com expectativa de desenvolvimento com a idade. Na amostra deste estudo, uma maior habilidade de tomada de perspectiva do outro se associou significativamente (qui-quadrado de associação) com níveis mais avançados de julgamento moral. Esse resultado corroborou as hipóteses de que o desenvolvimento da habilidade de tomada de perspectiva seria uma condição necessária, embora não suficiente, para o desenvolvimento do julgamento moral. No entanto, é importante destacar que esse estudo permitiu estabelecer correlação, mas não relações de causa e efeito, sendo assim, seus resultados dão suporte a essa hipótese, mas não a comprovam.

A habilidade de tomada de perspectiva social é passível de desenvolvimento, considerando as mudanças qualitativas nas estruturas cognitivas que ocorrerem ao longo do amadurecimento. Partindo desta concepção, Selman e Byrne (1974) e Selman (1976) criaram um modelo em que organizam essa habilidade em cinco estágios que seguem uma sequência de desenvolvimento invariável, sendo esperada uma progressão no pensamento com o avanço da idade.

O estágio 0 é denominado de Egocêntrico, pois nesse estágio ainda não há habilidade inferencial necessária para diferenciar perspectivas e compreender a subjetividade do outro. A criança se baseia apenas no seu próprio ponto de vista, que é concebido como uma verdade absoluta. O estágio 1, por sua vez, é denominado Sócio-informacional e se caracteriza pelo fato de a criança já conseguir distinguir pontos de vista diferentes, porém de uma maneira unilateral. Além disso, nesse estágio a criança ainda acredita que apenas uma perspectiva é a correta, e por isso, considera que as diferenças entre pontos de vista se devem ao tipo de informação que cada

pessoa possui e não a diferenças individuais. Outro marco desse estágio é a capacidade de julgar a intencionalidade das ações, passando a avaliar suas razões e causas.

Já no estágio 2, chamado de Autorreflexivo, as diferenças entre perspectivas passam a ser compreendidas como reflexos das diferenças subjetivas individuais. A pessoa já compreende que não há verdades absolutas, sendo predominante no raciocínio desse estágio um pensamento relativista, que admite a existência de conflitos e contradições. Nesse estágio é possível assumir mais de uma perspectiva de forma recíproca, porém de maneira sequencial, e não simultânea. A simultaneidade surge apenas no estágio 3, denominado de Mútuo. Esse estágio é marcado por uma tomada de perspectiva mais complexa, uma vez que a pessoa analisa as situações de forma mais impessoal, se colocando como uma terceira pessoa. Isso permite considerar diferentes perspectivas de forma mútua e as relações entre essas perspectivas. Por fim, o estágio 4, denominado de Societal, se diferencia mais claramente dos demais, pois sai do nível das relações interpessoais, e torna a tomada de perspectiva mais abstrata e abrangente. Nesse estágio o foco está na perspectiva grupal e em sua influência nas perspectivas individuais, ainda que de forma inconsciente.

Outra variável interpessoal que também se relaciona diretamente com a habilidade de descentração é a empatia. Hoffman (2001) define a empatia como uma reação emocional mais apropriada a situação do outro, do que a sua própria situação. Apesar de a principal característica da empatia ser a mobilização afetiva partilhada através da situação do outro, estudiosos como Davis (1983) tem destacado o fato de que essa é uma variável com elementos afetivos e cognitivos, pois é preciso que haja uma interpretação cognitiva da situação e dos sentimentos experienciados pelo outro para que a partilha afetiva seja possível. Sendo assim, a empatia pressupõe a capacidade de compreender e considerar os sentimentos de outras pessoas, e para compreender adequadamente a situação do outro o sujeito precisa sair da sua própria perspectiva, de maneira que a empatia está diretamente ligada à habilidade de descentração cognitiva e afetiva. É o desenvolvimento da descentração e da reciprocidade que permite ao

sujeito se colocar efetivamente no lugar do outro para ser afetado por suas emoções. Essa relação tem sido considerada em estudos que buscam promover empatia, que entre outros aspectos, estimulam o desenvolvimento da habilidade de descentração (Abreu et al., 2017; Dutra et al., 2017).

Os assuntos aqui discutidos destacam como o egocentrismo e a descentração tem impacto no desenvolvimento cognitivo. A habilidade de descentração se relaciona com a capacidade de raciocinar reconhecendo e coordenando diferentes perspectivas, o que tem implicações em contextos impessoais e interpessoais. No âmbito interpessoal, o desenvolvimento moral se relaciona com a capacidade de tomada de decisão nas relações sociais e com resolução de conflitos de forma justa. Sendo o perdão uma atitude moral, relacionada à resolução de conflitos, faz sentido considerar sua relação com o funcionamento sociocognitivo e com a capacidade de descentração, visto que a moralidade tem desenvolvimento posterior ao desenvolvimento cognitivo e da capacidade de tomada de perspectiva do outro (Selman, 1975b; Selman & Byrne, 1974). Assim, é possível inferir que aqueles que não desenvolveram determinadas habilidades cognitivas e de tomada de perspectiva, igualmente não estariam aptos a aplicar níveis de raciocínio mais avançados no domínio da moral, ou no caso do presente estudo, no domínio do perdão. Essas reflexões foram consideradas na elaboração do modelo construído e testado neste estudo.

Proposição de um modelo sociocognitivo para o autoperdão

Muito já tem sido discutido sobre o processo ideal para o autoperdão, apresentando elementos que são considerados como fundamentais para que seja vivenciado de forma genuína e moralmente comprometida, são eles: o reconhecimento do erro, a aceitação da responsabilidade, os comportamentos conciliatórios e as mudanças de atitudes e de comportamentos. Mas sabemos que na prática as pessoas estabelecem diferentes condições para

conseguir recuperar seu bem-estar após cometer uma ofensa, e que não é sempre que todos esses elementos serão incluídos na decisão de se perdoar.

Refletindo sobre o autoperdão e os elementos que o constituem, consideramos que, ao lidar com uma ofensa cometida, o ofensor pode ou não incluir os quatro elementos destacados no seu raciocínio, e que os diferentes critérios para justificar o autoperdão podem estar relacionados ao desenvolvimento sociocognitivo do ofensor. Assim, propomos verificar uma tipologia sociocognitiva para o autoperdão, que se organizaria em cinco tipos de pensamentos, indo desde decisões que não consideram ou demandam nenhum dos elementos destacados, até o tipo de reflexão em todos esses elementos são considerados como critérios necessários para que a pessoa decida se perdoar.

No tipo 0, denominado de Negação, todos os elementos estão ausentes e não há sequer o reconhecimento do erro. A pessoa lida com seu ato ofensivo utilizando o mecanismo de defesa da negação, e assim consegue se sentir bem e evitar sentimentos negativos como culpa e vergonha. O tipo de pensamento seguinte se caracterizaria pela inclusão do primeiro elemento, o reconhecimento do erro. Esse tipo 1 é chamado de Esquecimento ou Racionalização, pois o ofensor segue baseando seu pensamento em mecanismos de defesa, que agora estão focados em evitar os sentimentos negativos oriundos da aceitação da responsabilidade. Assim, não nega a ofensa cometida, mas lida com ela utilizando o esquecimento ou elaborando justificativas para se eximir da culpa. No tipo 2 há a inclusão do segundo elemento, a aceitação da responsabilidade. Esse tipo de pensamento é intitulado Hedonismo, pois apesar de a reflexão contar com o reconhecimento do erro e da própria responsabilidade sobre a ofensa cometida, os critérios considerados na tomada de decisão sobre o autoperdão estão focados apenas no próprio ofensor e na sua necessidade de aliviar seus sentimentos negativos, sem considerar ou se preocupar com outras perspectivas no seu raciocínio. No tipo 3, denominado de Reafirmação de Valores, o elemento comportamentos conciliatórios é incluído no pensamento, que agora se pauta na preocupação com a vítima, e não somente consigo mesmo. Para conseguir se perdoar,

o ofensor sente a necessidade de assumir comportamentos conciliatórios em relação a vítima, por ter consciência dos erros cometidos e se preocupar com o impacto de suas ações para a vítima. Sua reflexão sobre o autoperdão se baseia no quanto conseguiu demonstrar sua preocupação com a vítima e repará-la na medida do possível. Isso possibilita reafirmar valores que foram violados com a ofensa, para assim alcançar o autoperdão. E, por fim, no tipo 4, nomeado Evolução Pessoal, temos a inclusão do quarto elemento, e a mudança de comportamentos torna-se um critério fundamental na tomada de decisão sobre o autoperdão. Esse pensamento se caracteriza pelo fato de a preocupação se expandir para além da relação interpessoal vítima-ofensor. Neste tipo de reflexão, o ofensor preocupa-se em ser digno do autoperdão por ter obtido aprendizados a partir da ofensa cometida, que gerarão mudanças com impactos futuro, não somente na relação com a vítima, mas também nas demais relações, diminuindo sua probabilidade de cometer erros semelhantes.

Partindo da concepção de Enright, o perdão em todas as suas dimensões é uma virtude moral. Embora essa associação com a moral não seja verificada neste estudo, ressaltamos a nossa defesa de que os tipos de pensamentos sobre o autoperdão se relacionam com o desenvolvimento moral do ofensor. Considerando as discussões da literatura sobre o papel desses elementos na garantia da genuinidade do autoperdão, podemos propor que quanto mais elementos forem incluídos no pensamento, mais avançado ele será, porque maior será a preocupação e comprometimento moral demonstrado pelo ofensor. A relação com o desenvolvimento sociocognitivo, por sua vez, é estabelecida ao perceber que os tipos de pensamento considerados demandam progressivos níveis de descentração do ofensor. Propomos, portanto, que cada elemento, e consequentemente, cada tipo de pensamento sobre o autoperdão exige uma melhor habilidade de reconhecimento e de coordenação de perspectivas. E quanto melhor for a habilidade de descentração do ofensor, melhor será sua capacidade de incluir os elementos no seu raciocínio, para refletir sobre o autoperdão.

Assim, partimos de raciocínios mais egocêntricos, em que o ofensor não consegue sequer sair da própria perspectiva para reconhecer que uma ofensa foi cometida e que outra pessoa foi magoada pelos seus atos. Certo avanço na descentração é necessário para perceber que magoou alguém e para ser capaz de analisar os próprios atos, se responsabilizando por eles. Um nível de descentração ainda mais avançado é necessário para sair da própria perspectiva e refletir sobre as necessidades da vítima, buscando repará-la e preocupando-se com ela. E o último tipo de pensamento exigiria uma habilidade de descentração e de coordenação de perspectivas ainda maior, pois o ofensor reflete sobre uma multiplicidade de aspectos e perspectivas ao se preocupar não somente com a ofensa específica, mas com as demais interações que desenvolverá no futuro. Dessa maneira, demonstra um pensamento amplo a respeito da questão, com preocupações que vão além de si mesmo e da vítima, com um nível mais complexo de reflexão.

Neste capítulo, discutimos a fundamentação teórica para a construção de uma tipologia sociocognitiva para o autoperdão. Apresentamos a tipologia e as relações propostas para o entendimento dos diferentes tipos de pensamento sobre o autoperdão. Nesta tese temos o objetivo de verificar empiricamente se os diversos tipos de pensamento se organizam em uma estrutura fatorial que indique uma possibilidade de relação por idade em categorias de descentração. Os resultados dos estudos realizados estão descritos em dois artigos que serão apresentados a seguir.

ARTIGO 1

Self-Forgiveness Reasoning: A Validation Study in Brazil and Portugal

Running head: Self-Forgiveness Reasoning: Validation Study

Author 1: Thalita Fernandes de Alencar *

Doctoral student in Social Psychology at Federal University of Paraiba, João Pessoa, Brazil.

Author 2: Júlio Rique Neto

Professor in the Department of Psychology, Federal University of Paraíba, João Pessoa, Brazil.

Author 3: Félix Neto

Professor in the Department of Psychology, University of Porto, Porto, Portugal.

* Corresponding Author's Contact Address:

Thalita Fernandes de Alencar

104 João Galiza de Andrade Street, 302 apartment, João Pessoa, PB

58051-180, Brazil.

E-mail: thalitaalays.alencar@gmail.com

Funding: This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) - Finance Code 001, that granted a doctoral scholarship to the first author. The authors are also thankful to CAPES for a one-year program abroad scholarship awarded to the first author by PRINT Program.

Abstract

In this paper we aim to present evidences of construct validity and reliability of a measure created to assess conceptions of self-forgiveness. We take the perspective of an offender to organize a conceptual tipology of self-forgiveness reasoning. Data was collected in two countries: Brazil and Portugal. We tested the factorial validity of the instrument in each country using exploratory (study 1) and confirmatory (study 2) factor analyses. Results showed that the instrument has good psychometric properties. The relationship with the decentering ability was also corroborated, through the significant correlations between the type of self-forgiveness and empathic concern and perspective taking.

Keywords: self-forgiveness; perspective taking; scale development; cross-cultural validation; forgiveness.

Introduction

One of the first operational definitions of self-forgiveness is “a willingness to abandon self-resentment in the face of one’s own acknowledged objective wrong, while fostering compassion, generosity, and love toward oneself” (Enright and the Human Development Study Group, 1996, p. 116). As the name suggests, self-forgiveness is a dimension of forgiveness from the offenders’ perspective, that is, those who have committed an unjust action and are left with negative feelings. Webb et al. (2017) analyzed the recurrent components of the self-forgiveness definition in the literature in order to propose a consensual definition, and with that they established some aspects that characterize genuine self-forgiveness: accountability for wrongdoing, acceptance of the self, reconciliation with the self, community connection, and genuine effort to change the behavior in the future. However, the study carried out by Word et al. (2021) showed that the lay view of self-forgiveness is not always similar to what professionals defend in their studies, and in this sense, they raise a warning about the importance of clarifying what self-forgiveness is to prevent it from being reduced to a decrease in negative feelings without accepting responsibility for one´s actions.

The study of self-forgiveness has started to get more attention from researchers (Alencar & Abreu, 2019; Rique & Murta; 2021), which is reflected in the number of measures developed. Regarding the self-forgiveness’ measurement, a literature review (McElroy-Heltzel et al., 2020) found the existence of 13 self-reports measures, that either focus on a specific offense (self-forgiveness state) or a personality dimension (self-forgiveness trait). Nonetheless, empirical studies showed that measures that focus on the end-state of self-forgiveness are unable to differentiate it from its pseudo form, characterized by defensive behaviors, such as denying, minimizing, or justifying the offense (Fisher & Exline, 2006, 2010; Wenzel et al., 2012; Woodyatt & Wenzel, 2013a, 2013b). For this reason, the concern with the evaluation of the self-forgiveness process has gained prominence in studies and measures were developed to

address its process (Woodyatt and Wenzel, 2013a; Griffin et al., 2018). Despite the advances, we realize that a sociocognitive analysis of considerations for self-forgiveness remains under-investigated in this field of study. We aim to offer a conceptual typology of self-forgiveness that takes into consideration levels of cognitive decentration, develop a measure and empirically verify the organization of thinking about self-forgiveness.

Why to study the quality of sociocognitive reasoning about self-forgiveness?

There is an incentive for internal conflicts to be resolved through self-forgiveness that is based on its evidenced positive impact. This attitude showed potential to contribute to the offender's mental health (Davis et al., 2015; Peterson et al., 2017), being positively related to self-esteem (Woodyatt & Wenzel, 2013a; Yao et al., 2017), life satisfaction (Beltrán-Morillas & Expósito, 2021; Fincham & May, 2019; Fisher & Exline, 2006; Krause, 2015; Macaskill, 2012; Woodyatt & Wenzel, 2013a; Yao et al., 2017), personal growth (Beltrán-Morillas & Expósito, 2021; Gilo et al., 2020; Woodyatt et al., 2017), and positive emotions (Martinčeková & Enright, 2020; Uzun et al., 2018; Yao et al., 2017). Self-forgiveness is also associated with the reduction of depression (Carpenter et al., 2020; Fincham & May, 2019, 2020; Gençoğlu et al., 2018; Jung et al., 2019; Levi-Belz & Gilo, 2020; Law & Chapman, 2015; Nsamenang et al., 2013), anxiety (Fisher & Exline, 2006; Gençoğlu et al., 2018; Krause, 2015; Macaskill, 2012), stress (Gençoğlu et al., 2018), and negative emotions (Martinčeková & Enright, 2020; Uzun et al., 2018; Yao et al., 2017).

In addition, several studies showed a stronger relation between self-forgiveness and relational/interpersonal benefits (Cornish & Wade, 2015; Cornish et al., 2018, Dat & Okimoto, 2018; Woodyatt & Wenzel, 2013a; Woodyatt et al., 2017), with self-forgiveness being associated with pro-social responses, such as conciliatory behavior towards the victim (Fisher & Exline, 2006, 2010; Wenzel et al., 2012; Woodyatt & Wenzel, 2013a), increased empathy (Woodyatt & Wenzel, 2013a) and compassion (Beltrán-Morillas & Expósito, 2021; Giovannoni, 2017), less victim avoidance (Woodyatt & Wenzel, 2013a), and a greater desire

for reconciliation (Woodyatt & Wenzel, 2013a, 2014; Woodyatt et al., 2017). It was also reported the relevance of self-forgiveness in helping people to deal with procrastination (Uzun et al., 2018), addictive behavior (Davis & Thangal, 2021; Webb & Toussaint, 2017, 2018; Vatansever & Ozgur-Ilhan, 2021), eating disorder (Feibelman & Turner, 2015; Peterson et al., 2017), and suicidal ideation and/or behavior (Carpenter et al., 2020; Cheavens et al., 2016; Cleare et al. 2019; Gilo et al., 2020; Hirsch et al., 2011, 2012; Levi-Belz & Gilo, 2020; Nsamenang et al., 2013).

Still, it is important to mention that these good consequences are associated with a specific type of self-forgiveness, genuine committed. There are already discussions about the negative impact that attitude can have depending on the type of self-forgiveness we are dealing with (Cornish & Wade, 2015; Vitz & Meade, 2011). When well-being is restored without the offender accepting responsibility for his/her behavior and seeking reparative solutions, we have what has been called pseudo-self-forgiveness (Cornish & Wade, 2015; Kim & Enright, 2014; Woodyatt & Wenzel, 2013a). These attitudes can end up favoring the continuity of the offensive behavior, and although this type of self-forgiveness generates intrapersonal benefits for the offender, who returns to feeling good about himself, no interpersonal benefits are obtained. As discussed by Woodyatt and Wenzel (2013a) and Woodyatt et al. (2017), it is only genuine self-forgiveness, characterized by accountability for the wrongdoing and the pursuit of resolutions, that relates to intrapersonal and interpersonal gains for the offender.

Thus, we understand that there are different ways to restore well-being after an offense has occurred, which we can consider as different types of self-forgiveness, emphasizing that they do not generate the same consequences and are not equally desirable. Therefore, it is crucial that researchers and clinicians can be clear about the type of attitude they are working and can explore their different outcomes. To do this it is important to develop instruments that can distinguish the “types” of self-forgiveness.

In the study of the self-forgiveness process, the literature points out a few elements that characterize this dimension of forgiveness (Webb et al., 2017; Woodyatt & Wenzel, 2020). Some of these elements are identified as essential in ensuring that self-forgiveness is genuine and, therefore, desirable. We can highlight four elements considered fundamental for an ideal process of self-forgiveness: (1) acknowledgement of the wrongdoing, (2) acceptance of responsibility (Enright et al., 1996; Holmgren, 1998; Kim & Enright, 2014; Wohl & McLaughlin, 2014; Wenzel et al., 2012); (3) engagement in victim-oriented conciliatory or reparative behaviors (Cornish & Wade, 2015; Wenzel et al., 2012; Woodyatt, & Wenzel, 2013a, 2014; Woodyatt et al., 2017); and (4) offender´s effort for changes in the offensive behaviors and attitudes (Cornish & Wade, 2015; Enright et al., 1996; Griffin et al., 2015, 2016; Holmgren, 1998).

Although these elements are part of an ideal self-forgiveness process, not all of them will always be included in a person´s decision for self-forgiveness, as people can establish different conditions in their decision-making. In this study, we aim to understand the sociocognitive organization of reasoning under which people forgive themselves.

A Self-Forgiveness Sociocognitive Typology

Four elements are presented as fundamental for an ideal process of self-forgiveness, and we defend that they are related with the decentering ability, which is described by Piaget (1964/2010) as the cognitive ability to step outside one's own point of view, to perceive and understand multiple perspectives, and to articulate them in one's reasoning and decision making. Thus, the typology organizes five types of self-forgiveness (see Table 1), each type should represent the inclusion of one more of the fundamental elements, and that each element might demand progressive levels of decentering ability.

Table 1

Self-Forgiveness Sociocognitive Typology

Types	Definition	Elements
0	Denial	The four elements are absent
1	Forgetfulness or Rationalization	Acknowledgement of the wrongdoing
2	Hedonism	Acceptance of responsibility
3	Reaffirmation of Values	Engagement in conciliatory or reparative behaviors
4	Personal Evolution	Attitudinal and behavioral changes

Type 0 is called *Denial* and represents the most egocentric type of reasoning, in which there is no support for self-forgiveness because all the elements are absent, and the offense is not truly acknowledged. Denial or other defense mechanism may be used to avoid the acknowledgement of the wrongdoing and its consequent guilt. Type 1 is called *Forgetfulness or Rationalization* because reasoning shows acknowledgement of the wrongdoing (first element), but people use defense mechanisms to evade responsibility and restore well-being. They can be vague or much rational to justify the offense for the Self and and reduce guilt. Type 2 shows progressive cognitive decentering expressed through the acknowledgment of the wrongdoing and the willingness to take personal responsibility for the behavior (second element), however the focus is still on the self, which is why it was called *Hedonism*. A person´s thinking about self-forgiveness is self-centered, and the willingness to self-forgiving is focused on relieve negative feelings (Woodyatt et al., 2017).

Type 3 is called *Reaffirmation of Values* because one seeks to restore his/her moral identity in the face of the other (Wenzel et al., 2012; Woodyatt, & Wenzel, 2013, 2014; Woodyatt et al., 2017). The focus is on offender´s justification to feel worthy of self-forgiving,

his/her need to demonstrate recognition of the pain they caused to the victim and willingness to show respect and care about the other person´s feelings, which should lead to personal motivations to engage in conciliatory or reparative behaviors (third element). Decision making is based on concern for the victim and regain of moral identity. Finally, the Type 4 is called *Personal Evolution* because the focus of the justification goes beyond the offense-specific interpersonal interaction and takes a broader social perspective, concerned with personal change. Offenders decide to forgive themselves based on the learning and development gained from the experience that leads to changes in attitudes and behaviors, expressed in moral commitment to avoid similar mistakes in the future (Enright et al., 1996; Holmgren, 1998). Thus, in this last type there is the inclusion of the fourth element of the model.

To test this typology, we developed a Self-Forgiveness Reasoning scale (SFRS) to access the quality of justifications about self-forgiveness, that represents the different types of reasoning described in the self-forgiveness sociocognitive typology. We also analyzed the relationship between the types of self-forgiveness and the offender's level of decentering ability, assessed in this study through empathic concern and perspective. Davis (1983) defines empathic concern and perspective-taking as affective and cognitive dimensions of empathy, respectively. Empathy, in turn, is a variable that requires, among other things, the decentering ability in order to escape from one's own perspective and understand the situation of others (perspective taking) and have appropriate emotional responses to their situation (empathetic consideration). Therefore, we use this variables to represent the decentering ability in this study.

Objectives of the Study

In this study we aim to present evidences of construct validity and reliability of a a Self-Forgiveness Reasoning scale (SFRS). To achieve this, a SFRS was tested in participants from Brazil and Portugal, countries that share the same language, but live different cultural realities.

The data collected was analyzed in two studies: Study 1 reports the exploratory factor analysis aimed to verify internal reliability of a SFRS in each country; Study 2 reports a

confirmatory factor analysis per country. To check the construct validity of the SFRS, it was compared with another valid and reliable measure of Self-Forgiveness (Mullet et al, 2015). Finally, to verify self-forgiveness in relation to a measure that could indicate cognitive decentering, the SFRS was compared with a measure of empathic concern and perspective-taking (Davis, 1983).

Method

Participants

Participants were Portuguese (n = 363) and Brazilians (n = 309) unpaid volunteers college students. The Portuguese (140 males, 218 females and 5 non-reported) age range was from 18 to 36 years (M = 21.03, SD = 3.28) and the Brazilians (81 males, 226 females and 2 non-reported) age range was from 18 to 43 years (M = 21.16, SD = 3.95). Participants' responses were randomly divided into two groups for data analysis purposes. For study 1 (exploratory factor analyses) were used responses of 177 Portuguese students (71 males, 103 females and 3 non-reported) and 149 Brazilians students (41 males, 106 females and 2 non-reported). For study 2 (confirmatory factor analyses) were used responses of 186 Portuguese students (69 males, 115 females and 2 non-reported) and 160 Brazilians students (40 males and 120 females).

Measures

Self-Forgiveness Reasoning Scale

The Self-Forgiveness Reasoning scale (SFRS) is a 9-item self-report measure answered in a 5-point Likert scale (1 = strongly disagree; 5 = strongly agree), that represents the five types of reasoning of the self-forgiveness. This instrument was built using an adapted version of the Heinz's Dilemma used to verify the quality of forgiveness reasoning (Enright et al., 1989). Participants are asked to assume that the pharmacist felt guilty about the death of Heinz's wife. Following this request, it is presented the sentence "To forgive himself, the pharmacist must..." and respondents should mark their degree of agreement for each item, representing the

necessary conditions for the pharmacist to forgive himself. Items were developed based on the description of the types of reasoning of the self-forgiveness sociocognitive model. The items were presented to a group of experts, who discussed them and informed about their agreement and discrepancies verbally. Two items were constructed for each type of self-forgiveness reasoning, except for type 4, which was represented by only one item. Minor adaptations were made in the dilemma to adjust it into Portuguese culture, for example, changes were made in the type of currency (Euro instead of Real) and the name used for cancer disease ("cancro" instead of "câncer").

Self-Forgiveness Questionnaire (Mullet et al, 2015)

The Self-Forgiveness Questionnaire is a 9-item self-report about willingness to forgive the self, defined as a multi-dimensional disposition, composed by three factors with 3-items each: unforgivingness of self (e.g., "I feel unable to forgive myself for the harm done to others even if I have already tried to repair the consequences"), sensitivity to circumstances before forgiving the self (e.g., "I feel it is easier to forgive myself for the harm done to others when I feel good and everything is going well", and conditional self-forgivingness (e.g., "I cannot forgive myself as long as I have not tried to repair the negative consequences of my acts"). Cronbach Alphas reported by the authors were .79 for unforgivingness of self, .71 for sensitivity to circumstances, and .78 for conditional self-forgivingness. Participants answered their degree of agreement with the sentences on an 11-point scale, whose extremes were labeled "Disagree completely" and "Completely agree".

Interpersonal Reactivity Index **(**Davis, 1983; Koller, Camino, & Ribeiro, 2001)

The Interpersonal Reactivity Index of Davis (IRI) is a self-report measure that addresses empathy as a multidimensional variable. It is composed of four independent subscales with 7-items each: Perspective Taking, Empathic Concern, Personal Distress and Fantasy. In this study, only two subscales were used: Perspective-taking (*alpha* = .67), which concerns to the cognitive dimension of empathy, and Empathic Concern (*alpha* = .63), which concerns to the

affective dimension of empathy. The items are answered on a 5-point Likert scale (1 = strongly disagree; 5 = strongly agree).

Procedures

Data collection

College students were recruited through convenience sampling. For the Brazilian sample, participants were verbally invited in classrooms of large public universities. The instruments were administered collectively but answered individually. For the Portuguese sample, students were contacted in public areas of the university (such as libraries and cafeterias) and invited to contribute to the study. They responded to the measures individually. The measures would take about 20 minutes to complete.

Ethical procedure

This research was approved by Institutional Review Boards in both countries. It was approved by the ethics committee of the Faculty of Psychology and Educational Sciences of the University of Porto (Approval number: 2019/12-7) and by the ethics committee of the Health Sciences Center of the Federal University of Paraíba (Approval number: 3.062.509; CAAE: 99576818.0.0000.5188). Participants signed proper consent forms before participation.

Analysis procedures

Exploratory Factor Analyses (EFA) were performed through IBM SPSS software, using principal axis factoring extraction and direct oblimin rotation. Factor loads equal to or greater than |.30| were considered as criteria for maintaining the items. Confirmatory Factor Analyzes (CFA) were performed using the AMOS program, considering the covariance matrix and using the maximum likelihood estimation method. To verify the model's acceptability, the following fit indices were analyzed: chi-square (χ^2), chi square to degrees of freedom ratio (χ^2/df), comparative fit index (CFI), goodness-of-fit index (GFI), adjusted goodness-of-fit index (AGFI), root mean square error of approximation (RMSEA) and standardized root mean square

residual (SRMR). In addition, Pearson's correlation coefficients between variables were estimated.

Results

Study 1

Exploratory Factor Analyses (EFA) were conducted on the data for each country and results will be presented separately.

Portuguese Sample

Prior to conducting an EFA, the factorability of the Self-Forgiveness Reasoning Scale (SFRS) items was tested and was found to be appropriate for analysis (Howell, 2012): the Kaiser-Meyer-Oklin (KMO) was .73 and Bartlett's test of sphericity was significant [χ^2 (28) = 450.97; $p < 0.001$]. To check the number of factors to be retained, the Kaiser-Guttman criterion (eigenvalue > 1) and Cattell's scree plot were used. Both criteria pointed out the existence of two factors. Table 2 shows the factorial loads of eight items, considering that item 6 (Offer Heinz money to feel less guilty) was excluded due to the small factor loading (< .30).

This bi-factor structure explained 60% of the variance. The pattern matrix was examined to interpret the factors. Factor 1 (37% of the variance) was composed by five items that represent the first three types of self-forgiveness reasoning (types 0, 1 and 2), while Factor 2 (23% of the variance) was composed by three items that represent the types of reasoning 3 and 4 of the self-forgiveness sociocognitive typology. Since the concepts present reasoning wiht different levels of complexity, which implies more or less advanced levels of perspective taking, the factors were named: egocentric self-forgiveness and decentered self-forgiveness. In both factors the Cronbach's alphas were acceptable (>.70). Considering that there was a negative correlation between the factors ($r = -.209$; $p = .01$), the items of the "egocentric self-forgiveness" factor were inverted to calculate the internal consistency of the scale ($\alpha = .72$).

Table 2

Results of the EFA conducted on 8 items of the SFRS (Portuguese Sample)

Items	Factors	
	1	2
2. Think that what he did was not so bad	.75	
1. Think that there is nothing wrong with his attitude and that it was not his fault	.70	
3. Forget the matter, since there is nothing that can be done	.63	
4. Think that Heinz's wife would die anyway, since her illness was very serious	.50	
5. Think that it is not good to live with guilt and get over it	.41	
8. Worry about Heinz and try to help him in some way		.80
7. Show his regret to Heinz, apologizing and showing that he understands his suffering		.79
9. Learn from the wrongdoing made and to change his attitude, being less greedy and thinking more about others		.53
Factor mean	2.23	4.26
Factor standard deviation	.75	.80
Cronbach's alpha	.73	.75
Eigenvalue	2.97	1.82
Explained variance (%)	37.19	22.83
Cronbach's alpha (full scale)	.72	
Cumulative variance (%)	60.01	

Brazilian Sample

Following the procedures described in the previous sample, the adequacy of the factorability of the items was verified: the KMO was .70 and Bartlett's test of sphericity reached statistical significance [χ^2 (28) = 328,65, p < 0,001]. Using the same criterions (Kaiser-Guttman

and Cattell), the EFA results corroborated that a two-factor model was appropriate. Once again item 6 did not reach a satisfactory factor load (>.30), which confirmed the need to exclude it. Table 3 shows the loadings from an EFA for a two-factor solution with eight items.

The two-factor solution explained 56.7% of the variance. It is observed that the factors were organized in the same way in both samples: items 1 to 5 composed the egocentric self-forgiveness factor, and items 7 to 9 composed the decentered self-forgiveness factor. Although Item 1 loaded on both factors in this sample, the decision was to keep it due to the difference between the loads being marginally greater than 0.1. However, this result showed that this item deserves attention in future analyzes. The factors also showed a significant negative correlation ($r = -.249$; $p = .01$) and the items of the "egocentric self-forgiveness" factor were inverted to calculate Cronbach's alpha of the scale ($\alpha = .73$). Both factors presented acceptable internal consistency indices. The lower value of the "decentered self-forgiveness" factor ($\alpha = .62$) can be justified by the fact that this test is sensitive to the number of items. Still, it remains at the values recommended by the literature, which is above .60 (Field, 2009). Exploratory factor analysis showed that the proposed scale was consistent with the theoretical proposition of the self-forgiveness sociocognitive typology. We then proceeded to test this factorial structure with a confirmatory approach.

Table 3

Results of the EFA conducted on 8 items of the SFRS (Brazilian Sample)

Items	Factors	
	1	2
3. Forget the matter, since there is nothing that can be done	.73	
5. Think that it is not good to live with guilt and get over it	.69	
2. Think that what he did was not so bad	.60	
1. Think that there is nothing wrong with his attitude and that it was not his fault	.56	-.43
4. Think that Heinz's wife would die anyway, since her illness was very serious	.43	
7. Show his regret to Heinz, apologizing and showing that he understands his suffering		.62
9. Learn from the wrongdoing made and to change his attitude, being less greedy and thinking more about others		.55
8. Worry about Heinz and try to help him in some way		.53
Factor mean	2.12	4.50
Factor standard deviation	0.70	.51
Cronbach's alpha	.75	.62
Eigenvalue	2.93	1.60
Explained variance (%)	36.64	20.06
Cronbach's alpha (full scale)	.73	
Cumulative variance (%)	56.70	

Study 2

Confirmatory Factor Analyzes (CFA) were performed to test the model with eight items distributed in two factors: egocentric self-forgiveness (5 items) and decentered self-forgiveness (3 items). However, in both samples, results did not corroborate the adequacy of the model,

with fit indices outside acceptable standards. Considering that item 1 had loaded both factors in the Brazilian sample, we decided to redo the analyzes excluding this item, that could be a source of error. CFAs were, then, conducted to test the factor structure of the SFRS with seven items composing two factors. The proposed typology was suitable to the data in both samples (see Figures 1 and 2). Items presented satisfactory factorial loads, with standardized estimates ranging from .46 to .89. The fit indices are presented separately for each sample in Table 4, which also shows that the internal consistency of the factors was corroborated through analyses of Cronbach's alpha. It is observed that in these samples, the factors were not strongly correlated.

Figure 1

CFA Types of Self-Forgiveness Reasoning Scale Items (Portuguese Sample)

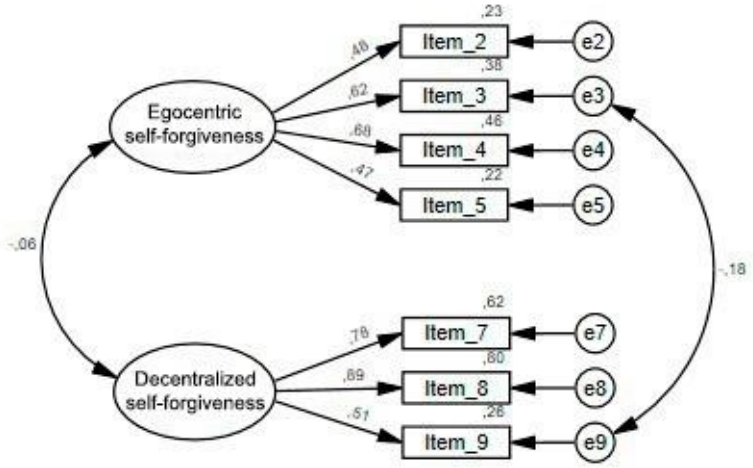


Figure 2

CFA Types of Self-Forgiveness Reasoning Scale Items (Brazilian Sample)

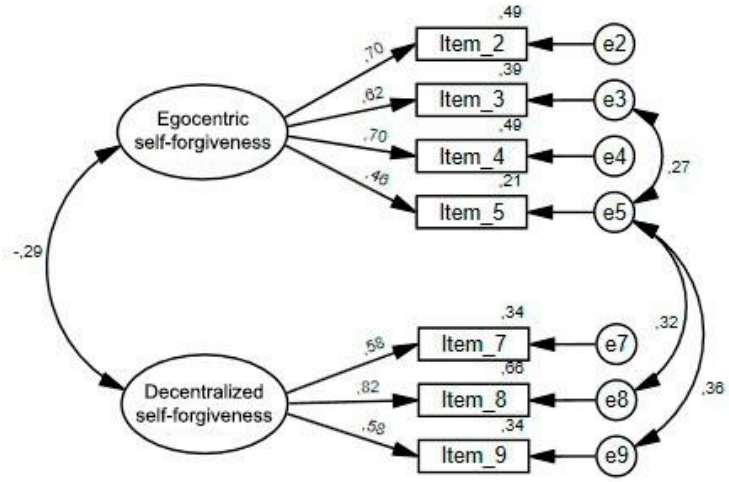


Table 4

Fit Indices of the CFA Models

Fit Indices	Portuguese Sample	Brazilian Sample
Chi-square (χ2)	28.51, *p* = .005	21.43, *p* = .018
χ2/df	2.376	2,143
CFI	.94	.95
GFI	.96	.97
AGFI	.90	.90
RMSEA	.08	.08
SRMR	.08	.06
Cronbach's alpha - Egocentric Self-forgiveness Factor	.66	.72
Cronbach's alpha - Decentered Self-forgiveness Factor	.76	.75

Correlations

Pearson's correlations were calculated with the complete sample from both countries (363 Portuguese and 309 Brazilians). Concerning the convergent validity between the Self-Forgiveness Reasoning Scale – SFRS and the Self-Forgiveness Questionnaire – SFQ (Mullet et al, 2015), the results corroborated theoretical expectations. There was a positive correlation between the SFRS' "Egocentric self-forgiveness " factor and the SFQ's "Sensitivity to Circumstances before Forgiving the Self" factor, in both samples (Portugal: r = .114, p = .030; Brazil: r = .122, p = .032). The SFRS' "Decentered self-forgiveness " factor, in turn, also positively correlated with the "Sensitivity to Circumstances" factor (r = .185, p < .001), however it showed a stronger correlation with the "Conditional Self-Forgiveness" factor (r = .242, p < .001) in the Portuguese sample. In the Brazilian sample, results were in same direction, with "Decentered Reasoning" factor correlating positively with the "Sensitivity to Circumstances" (r = .132 p = .021) and "Conditional Self-Forgiveness" (r = .171, p = .003) factors.

And finally, regarding the relationship between self-forgiveness' reasoning and the decentering ability, findings from the Portuguese sample showed, the "Egocentric self-forgiveness" factor correlated negatively with "Empathic Concern" (r = -.176, p = .001) and with "Perspective Taking" (r = -.111, p = .034), while the "Decentered self-forgiveness" factor correlated positively with "Empathic Concern" (r = .342, p < .001) and with "Perspective Taking" (r = .197, p < .001). In the Brazilian sample, results indicate positive correlation between the "Decentered Reasoning" factor and "Empathic Concern" (r = .234, p < .001).

Discussion

The different types of self-forgiveness have been discussed in the literature, and conceptual elements have been pointed out as differentiating aspects of a genuine self-forgiveness (Holmgren, 1998; Kim & Enright, 2014; Webb et al., 2017; Woodyatt et al., 2017). The proposed typology for self-forgiveness was based on the conception that the different types

of reasoning about self-forgiveness require different levels of decentering ability and would thus be related to socio-cognitive development of the offender or age development. The specific aim of these studies was to validate the Self-Forgiveness Reasoning scale.

The results showed that the instrument has good psychometric properties, providing evidence of validity and reliability. The factorial validity of the instrument was tested using exploratory and confirmatory factor analyses. The items were grouped in two factors following the proposed conceptual organization: the first three types of reasoning were grouped in the first factor and the last two types in the second factor. With regard to the first factor, although progressive decentering levels can be attributed to be into one single factor, as explained in the introduction, the first three types of reasoning about self-forgiveness have in common the fact that the offender aims to reduce the negative feelings associated with the offense. For this reason, it makes sense to consider that factor I represents items with more primitive or egocentric type of reasoning. At types 3 and 4, in turn, the analysis indicate that a person begins to include the other(s), by showing concerns for the victim (type 3), as well as concerns for interpersonal relationships in the future (type 4). Thus, it is apparent that items that compose the second factor represent a more decentered type of reasoning about self-forgiveness. This two-factor organization also provided indication of the adequacy of the theoretical assumption that there would be a relationship between the decentering ability and the type of reasoning about self-forgiveness.

This factor structure was then tested using a confirmatory approach, and initially the model did not show good fit indices. However, after the elimination of an item that loaded both factors in the Brazilian sample, the model presented an acceptable fit to the data and the results of the CFAs showed that the proposed models were satisfactorily adjusted. Although the χ^2 (chi square) of both samples was statistically significant, which would indicate a discrepancy between the data and the models analyzed, it is known that this value can be influenced by the sample size, and for this reason, it is important to consider other indices of goodness-of-fit. The

χ^2/df ratio, for example, demonstrated in both cases that the model is adequate, since 5 is the minimum acceptable value (Byrne, 2010) and values of less than 3 are considered favorable (Kline, 1998). CFI, GFI and AGFI indices are fit indices whose values greater than .90 indicate an acceptable fit (Marsh et al., 2004). In the samples from both countries these values were shown to be adequate, being close to an adjustment considered perfect. Regarding the residual indices, in both cases the fit indices were judged satisfactory. In the RMSEA and the SRMR indices, values of about .08 would indicate a reasonable and acceptable model-data fit (Joreskög & Sörbom, 1989). The results of the samples were within acceptable limits, which suggest that there is little variance not explained by the model

In the four samples that they were tested, the factors presented acceptable internal consistency indices, ranging from .62 to .76, and all items contributed with significant loads to their respective factors. However, it is necessary to consider that to achieve a more adjusted model, re-specifications were made in the model, following the modification indices. Correlations were established between the errors of some items, as shown in Figures 1 and 2. By imposing such correlations, the analyzes become more fragile, which demands further investigations.

Moreover, the hypothesis that decentering ability correlates with the type of reasoning about self-forgiveness was supported by the data. As expected, the egocentric self-forgiveness factor correlated negatively with empathic concern and with perspective taking in the portuguese sample. This result was even more robust in relation to the decentered self-forgiveness factor, which presented positive correlations with the components of empathy in both samples. This result strengthened the relationship proposed between self-forgiveness and decentering ability, as well as corroborated the factors' interpretation presented above.

Regarding the convergent validity, it was tested the correlations between the Self-Forgiveness Reasoning Scale (SFRS) and the Self-Forgiveness Questionnaire (SFQ). However, it is important to highlight that these instruments address different aspects of self-forgiveness.

While the instrument tested in this study address types of reasoning about self-forgiveness, that is, the way people think about self-forgiveness and what they consider when deciding about it, the instrument of Mullet et al. (2015) investigates the disposition for self-forgiveness, that is, the willingness to forgive the self as a trait. People with different dispositions could considerer similar criterions when making the decision about self-forgiveness. Although willingness can make the process easier for some, there is no straight relation with the type reasoning. Being such different aspects of self-forgiveness, strong correlations between these instruments were not expected, but the presence of significant correlations between the factors of the instruments indicates that they deal with a similar construct. Therefore, the correlations can be considered as indicators that both instruments approach self-forgiveness.

Limitations

It can be considered that the portuguese version of the Self-Forgiveness Reasoning Scale has satisfying cross-cultural validity. Nevertheless, it is worth mentioning some limitations of this study. First, there is the fact that the sample consisted only of young college students. This is a specific sample, which limits the power to generalize the findings. It is important to expand these analyzes with different samples, so that more representative data is obtained. Still, there is the question that the reasoning about self-forgiveness was evaluated in relation to a hypothetical situation (the dilemma presented in the instrument), without considering the personal experiences of the participants, which could be intervening in their reasoning. The results may have been influenced, for example, by the fact that someone has lived or is currently experiencing an offense, either as a victim or as an offender. It is relevant that future studies seek to address these issues.

Conclusion

The findings of the current study suggest that the Self-Forgiveness Reasoning Scale is a reliable and valid measure, that with few items can appropriately evaluate the self-forgiveness' reasoning. The good and similar results obtained in the samples of the two

countries support a positive evaluation of this seven-item scale. The construction and validation of this scale is a contribution to future studies, since there are few instruments in this area, especially in a sociocognitive perspective.

References

Alencar, T. F., & Abreu, E. L. (2019). O perdão sob a perspectiva do ofensor: uma revisão da sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 1-17. doi: 10.1590/1982-3703003185662

Beltrán-Morillas, A. M., & Expósito, F. (2021). Crecimiento personal y satisfacción con la vida durante la COVID-19: perdón a uno mismo y compasión como correlatos. *Escritos De Psicología - Psychological Writings*, 14(2), 107-119. doi:10.24310/espsiescpsi.v14i2.13519

Byrne, B. M. (2010). Structural equation modeling with AMOS Basic concepts, applications, and programming (Multivariate Applications Series).

Carpenter, T. P., Pennington, M. L., Seebeck, J., Gomez, D. R., Denman, T. C., Kimbrel, N. A., Cammarata, C. M., Leto, F., Ostiguy, W. J., & Gulliver, S. B. (2020). Dispositional self-forgiveness in firefighters predicts less help-seeking stigma and fewer mental health challenges. *Stigma and Health*, 5(1), 29–37. doi:10.1037/sah0000172

Cheavens, J. S., Cukrowicz, K. C., Hansen, R., & Mitchell, S. M. (2016). Incorporating resilience factors into the interpersonal theory of suicide: The role of hope and self-forgiveness in an older adult sample. *Journal of clinical psychology*, 72(1), 58-69. doi: 10.1002/jclp.22230

Cleare, S., Gumley, A., & O'Connor, R. C. (2019). Self-compassion, self-forgiveness, suicidal ideation, and self-harm: A systematic review. *Clinical psychology & psychotherapy*, 26(5), 511-530. doi: 10.1002/cpp.2372

Cornish, M. A., & Wade, N. G. (2015). A therapeutic model of self-forgiveness with intervention strategies for counselors. *Journal of Counseling & Development*, *93*(1), 96-104. doi: 10.1002/j.1556-6676.2015.00185.x

Cornish, M. A., Woodyatt, L., Morris, G., Conroy, A., & Townsdin, J. (2018). Self-forgiveness, self-exoneration, and self-condemnation: Individual differences associated with three patterns of responding to interpersonal offenses. *Personality and Individual Differences*, *129*, 43-53. doi: 10.1016/j.paid.2018.03.003

Dat, M. C., & Okimoto, T. G. (2018). Exploring new directions in self-forgiveness research: Integrating self and other perspectives on moral repair. *Social Justice Research*, 31(2), 206-217. doi: 10.1007/s11211-018-0308-7

Davis, C. P. R., & Thangal, R. (2021). Influence of rehabilitation on self forgiveness, perceived social support, subjective vitality and personal growth initiation among alcoholics. *International Journal of Management* (IJM), 12(7), 64-75. Doi: 10.34218/IJM.12.7.2021.007

Davis, D. E., Ho, M. Y., Griffin, B. J., Bell, C., Hook, J. N., Van Tongeren, D. R., ... & Westbrook, C. J. (2015). Forgiving the self and physical and mental health correlates: A meta-analytic review. *Journal of counseling psychology*, *62*(2), 329. doi: 10.1037/cou0000063

Davis, M. H. (1983). Measuring individual differences in empathy: Evidence for a multidimensional approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44(1), 113-126. doi: 10.1037/0022-3514.44.1.113

Enright, R. D. & The Human Development Study Group (1996). Counseling within the forgiveness triad: on forgiving, receiving forgiveness, and self-forgiveness. *Counseling and Values*, 40(2), 107-126. doi: 10.1002/j.2161-007X.1996.tb00844.x

Enright, R. D., Santos, M. J. D., & Al-Mabuk, R. (1989). The adolescent as forgiver. *Journal of Adolescence*, 12, 95-110. doi: 10.1016/0140-1971(89)90092-4

Feibelman, J. L., & Turner, L. A. (2015). Relationships between eating disorder symptomology and forgiveness among college students. *Current Psychology*, 34(1), 121-129. doi: 10.1007/s12144-014-9245-2

Field, A. (2009). *Descobrindo a estatística usando o SPSS* (2. ed.); tradução Lorí Viali. Artmed.

Fincham, F. D., & May, R. W. (2019). Self-forgiveness and well-being: Does divine forgiveness matter?. The Journal of Positive Psychology, 14(6), 854-859. doi:10.1080/17439760.2019.1579361

Fincham, F. D., & May, R. W. (2020). Divine, interpersonal and self-forgiveness: Independently related to depressive symptoms?. *The Journal of Positive Psychology*, 15(4), 448-454. doi: 10.1080/17439760.2019.1639798

Fisher, M. L., & Exline, J. J. (2006). Self-forgiveness versus excusing: The roles of remorse, effort, and acceptance of responsibility. Self and Identity, 5 (02), 127-146. doi: 10.1080/15298860600586123

Fisher, M. L., & Exline, J. J. (2010). Moving toward self-forgiveness: Removing barriers related to shame, guilt, and regret. *Social and Personality Psychology Compass*, 4(8), 548-558. doi: 10.1111/j.1751-9004.2010.00276.x

Gençoğlu, C., Şahin, E., & Topkaya, N. (2018). General self-efficacy and forgiveness of self, others and situations as predictors of depression, anxiety and stress in university students. *Educational Sciences: Theory & Practice*, 18, 605–626. doi: 10.12738/estp.2018.3.0128

Gilo, T., Feigelman, W., & Levi-Belz, Y. (2020). Forgive but not forget: From self-forgiveness to posttraumatic growth among suicide-loss survivors. *Death studies*, 1-9. DOI: 10.1080/07481187.2020.1864064

Giovannoni, J. (2017). Perspectives: Compassion for others begins with loving-kindness toward self. *Journal of Research in Nursing*, 22, 173–178. doi:10.1177/1744987116685635

Griffin, B. J., Moloney, J. M., Green, J. D., Worthington, Jr, E. L., Cork, B., Tangney, J. P., ... & Hook, J. N. (2016). Perpetrators' reactions to perceived interpersonal wrongdoing: The associations of guilt and shame with forgiving, punishing, and excusing oneself. *Self and Identity*, 15(6), 650-661. doi: 10.1080/15298868.201 6.1187669

Griffin, B. J., Worthington Jr, E. L., Davis, D. E., Hook, J. N., & Maguen, S. (2018). Development of the Self-Forgiveness Dual-Process Scale. *Journal of Counseling Psychology*, 65(6), 715. doi: 10.1037/cou0000293

Griffin, B. J., Worthington Jr, E. L., Lavelock, C. R., Greer, C. L., Lin, Y., Davis, D. E., & Hook, J. N. (2015). Efficacy of a self-forgiveness workbook: A randomized controlled trial with interpersonal offenders. *Journal of Counseling Psychology*, 62(2), 124. doi: 10.1037/cou0000060

Hirsch, J. K., Webb, J. R., & Jeglic, E. L. (2011). Forgiveness, depression, and suicidal behavior among a diverse sample of college students. *Journal of clinical psychology*, 67(9), 896-906. doi: 10.1002/jclp.20812

Hirsch, J. K., Webb, J. R., & Jeglic, E. L. (2012). Forgiveness as a moderator of the association between anger expression and suicidal behaviour. *Mental health, religion & culture*, 15(3), 279-300. doi: 10.1080/13674676.2011.571666

Holmgren, M. R. (1998). Self-forgiveness and responsible moral agency. *The Journal of Value Inquiry*, 32(1), 75-91.

Howell, D. C. (2012). *Statistical methods for psychology*. Cengage Learning.

Jöreskog, K.G. & Sörbom, D. (1989). *LISREL 7 user's reference guide*. Scientific Software.

Jung, M., Park, Y., Baik, S. Y., Kim, C. L., Kim, H. S., & Lee, S. H. (2019). Self-forgiveness moderates the effects of depression on suicidality. Psychiatry investigation, 16(2), 121-129. doi: 10.30773/pi.2018.11.12.1

Kim, J. J.,& Enright, R. D. (2014). A theological and psychological defense of self-forgiveness: Implications for counseling. *Journal of Psychology & Theology*, 42(3), 260. doi: 10.1177/009164711404200303

Kline, R.B. (1998). *Principles and practice of structural equation modeling*. The Guilford Press.

Koller, S. H., Camino, C., & Ribeiro, J. (2001). Adaptação e validação interna de duas escalas de empatia para uso no Brasil. *Estudos de psicologia (Campinas)*, *18*(3), 43-53. doi: 10.1590/S0103-166X2001000300004

Krause, N. (2015). Assessing the relationships among race, religion, humility, and selfforgiveness: A longitudinal investigation. *Advances in life course research*, 24, 66-74. doi: 10.1016/j.alcr.2015.02.003

Law, K. C., & Chapman, A. L. (2015). Borderline personality features as a potential moderator of the effect of anger and depressive rumination on shame, self-blame, and selfforgiveness. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 46, 27-34. doi: 10.1016/j.jbtep.2014.07.008

Levi-Belz, Y., & Gilo, T. (2020). Emotional distress among suicide survivors: The moderating role of self-forgiveness. *Frontiers in psychiatry*, 11, 341, p 1-8. doi: 10.3389/fpsyt.2020.00341

Macaskill, A. (2012). Differentiating dispositional self-forgiveness from other-forgiveness: associations with mental health and life satisfaction. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 31(1), 28. doi: 10.1521/jscp.2012.31.1.28

Marsh, H. W., Hau, K. T., & Wen, Z. (2004). In search of golden rules: Comment on hypothesis-testing approaches to setting cutoff values for fit indexes and dangers in overgeneralizing Hu and Bentler's (1999) findings. *Structural equation modeling*, *11*(3), 320-341. doi: 10.1207/s15328007sem1103_2

Martinčeková, L., & Enright, R. D. (2020). The effects of self-forgiveness and shame-proneness on procrastination: exploring the mediating role of affect. *Current Psychology*, 39(2), 428-437. doi: 10.1007/s12144-018-9926-3

McElroy-Heltzel, S. E., Davis, D. E., Ordaz, A. C., Griffin, B. J., & Hook, J. N. (2020). Descriptions, psychometric support, and recommendations for research and practice. In. E.L. Worthington & N. Wade (Eds.). *Handbook of Forgiveness*. Second Edition. Routledge.

Mullet, E., Gauché, M., Neto, F., Menezes Fonseca, M. C., & Munoz Sastre, M. T. (2015). Self-forgivingness: Factor structure and relationships with personality, culture, physical symptoms, violent behavior, and sexual abuse during childhood. In E. L. Olsen (Ed.), *Forgiveness: Social significance, health impact and psychological effects*. Nova Science Publishers, Inc.

Nsamenang, S. A., Webb, J. R., Cukrowicz, K. C., & Hirsch, J. K. (2013). Depressive symptoms and interpersonal needs as mediators of forgiveness and suicidal behavior among rural primary care patients. *Journal of affective disorders*, 149(1), 282-290.

Peterson, S. J., Van Tongeren, D. R., Womack, S. D., Hook, J. N., Davis, D. E., & Griffin, B. J. (2017). The benefits of self-forgiveness on mental health: Evidence from correlational and experimental research. *The Journal of Positive Psychology*, *12*(2), 159-168. doi: 10.1080/17439760.2016.1163407

Piaget, J. (2010). *Seis Estudos de Psicologia* (M. A. M. D‟Amorim & P. S. L. Silva, Trans). Rio de Janeiro: Forense Editora Universitária. (Trabalho original publicado em 1964).

Rique Neto, J., & Murta, S. G. (2021). Forgiveness Therapy for Victimized-Offenders: A Systematic Review of Conceptual, Empirical and Clinical Issues [Manuscrito em Preparação]. Departmento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba.

Uzun, B., Ferrari, J. R., & LeBlanc, S. (2018). Put aside procrastination: positive emotional outcomes from self-forgiveness for delays. *North American Journal of Psychology*, 20 (1).

Vatansever, M., & Ozgur-Ilhan, I. (2021). Forgiveness, guilt, and shame in alcohol dependence: A comparative study in a Turkish sample. *The International Journal of Alcohol and Drug Research*, 9(1), 43-49. doi: 10.7895/ijadr.291

Vitz, P. C., & Meade, J. M. (2011). Self-forgiveness in psychology and psychotherapy: A critique. *Journal of Religion and Health*, 50(2), 248-263. doi: 10.1007/s10943-010-9343-x

Webb, J. R., & Toussaint, L. L. (2017). Self-forgiveness as a critical factor in addiction and recovery: A 12-step model perspective. *Alcoholism Treatment Quarterly*, *36*(1), 15-31. doi: 10.1080/07347324.2017.1391057

Webb, J. R., & Toussaint, L. L. (2018). Self-forgiveness as a critical factor in addiction and recovery: A 12-step model perspective. *Alcoholism Treatment Quarterly*, 36(1), 15-31. doi:10.1080/07347324.2017.1391057

Webb, J. R., Bumgarner, D. J., Conway-Williams, E., Dangel, T., & Hall, B. B. (2017). A consensus definition of self-forgiveness: Implications for assessment and treatment. *Spirituality in Clinical Practice*, 4(3), 216–227. doi: 10.1037/scp0000138.

Wenzel, M., Woodyatt, L., & Hedrick, K. (2012). No genuine self-forgiveness without accepting responsibility: Value reaffirmation as a key to maintaining positive self-regard. European *Journal of Social Psychology*, 42(5), 617-627. Doi: 10.1002/ejsp.1873

Wohl, M. J.,& McLaughlin, K. J. (2014). Self-forgiveness: The good, the bad, and the ugly. *Social and Personality Psychology Compass*, 8(8), 422-435. Doi: 10.1111/spc3.12119

Woodyatt, L., & Wenzel, M. (2013a). Self-forgiveness and restoration of an offender following an interpersonal transgression. *Journal of Social and Clinical Psychology*, *32*(2), 225-259. doi: 10.1521/jscp.2013.32.2.225

Woodyatt, L., & Wenzel, M. (2013b). The psychological immune response in the face of transgressions: Pseudo self-forgiveness and threat to belonging. *Journal of Experimental Social Psychology*, 49(6), 951-958. Doi: 10.1016/j.jesp.2013.05.016

Woodyatt, L., & Wenzel, M. (2014). A needs-based perspective on self-forgiveness: Addressing threat to moral identity as a means of encouraging interpersonal and intrapersonal restoration. *Journal of Experimental Social Psychology*, 50, 125-135. doi: 10.1016/j.jesp.2013.09.012

Woodyatt, L., & Wenzel, M. (2020). The psychology of self-forgiveness. In E. L. Worthington & N. G. Wade (Eds.). *Handbook of forgiveness*. Second edition. Routledge.

Woodyatt, L., Wenzel, M., & Ferber, M. (2017). Two pathways to self-forgiveness: A hedonic path via self-compassion and a eudaimonic path via the reaffirmation of violated values. *British Journal of Social Psychology*, *56*(3), 515-536. doi: 10.1111/bjso.12194

Word, M., Cornish, M. A., Coleman, K., & Grey, C. (2021). How does the general public define self-forgiveness? Examination in a college student sample. *Current Psychology*, 1-11. doi: 10.1007/s12144-021-02241-1

Yao, S., Chen, J., Yu, X., & Sang, J. (2017). Mediator roles of interpersonal forgiveness and self-forgiveness between self-esteem and subjective well-being. Current Psychology, 36(3), 585-592. doi: 10.1007/s12144-016-9447

ARTIGO 2

DIFERENÇAS DE IDADE NO TIPO DE AUTOPERDÃO E NA TOMADA DE PERSPECTIVA ESPACIAL

Título abreviado: Tipos de Autoperdão

AGE DIFFERENCES IN THE TYPE OF SELF-FORGIVENESS AND IN A SPATIAL PERSPECTIVE TAKING

Self-Forgiveness Types

Este trabalho foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Resumo

Este estudo verificou diferenças de idade no pensamento sobre o autoperdão e na tomada de perspectiva espacial (TPE). Parte-se de uma tipologia sociocognitiva para o autoperdão, que relaciona o tipo de autoperdão à habilidade de descentração do ofensor, que neste estudo foi avaliada através da TPE. Participaram do estudo 151 estudantes organizados em três grupos de idades: G1 (7-9 anos), G2 (12-14 anos) e G3 (17-19 anos). A Escala de Raciocínios sobre o Autoperdão e a prova piagetiana das Três Montanhas foram aplicadas individualmente. Os resultados evidenciaram a existência de correlação entre os tipos de autoperdão e a TPE. As análises de variância demostraram o efeito da idade evidenciando uma diminuição significativa do egocentrismo em ambas as variáveis ao longo do desenvolvimento.

Palavras-chave: Autoperdão; Egocentrismo; Desenvolvimento.

Abstract

This study verified age differences in reasoning about self-forgiveness and in spatial perspective taking (SPT). The study is based on a self-forgiveness sociocognitive typology, which relates the type of self-forgiveness to the offender's decentring ability, which in this study was evaluated through the TPE. The research included 151 students organized into three age groups: G1 (7-9 years), G2 (12-14 years) and G3 (17-19 years). The Self-Forgiveness Reasoning Scale and the Piaget's Mountain Task were applied individually. The results showed the existence of correlations between the types of self-forgiveness and TPE. Analysis of variance showed the age effect, showing a significant decrease in egocentrism in both variables throughout development.

Keywords: Self-forgiveness; Egocentrism; Development.

Introdução

O autoperdão é concebido nesse estudo como uma atitude moral legítima para auxiliar as pessoas na recuperação dos sentimentos e pensamentos positivos sobre si mesmos, e na diminuição da culpa e da autopunição, após terem cometido injustiças contra outras pessoas e terem reconhecido suas faltas (Enright et al., 1996; Hall & Fincham, 2005; Woodyatt & Wenzel, 2020). Por compreender que nem sempre as pessoas restabelecem seu bem-estar através do comprometimento com um processo genuíno, estudiosos da área têm dedicado esforços para caracterizar os processos implicados no autoperdão (Cornish & Wade, 2015; Enright et al., 1996; Holmgren, 1998; Wenzel et al., 2012; Wohl e McLaughlin, 2014; Woodyatt et al., 2017). Essa análise é importante porque as diferentes formas de alcançar esse bem-estar se relacionam com consequências distintas (Woodyatt & Wenzel, 2013a; Woodyatt et al., 2017), e como afirma Holmgren (1998): "o autoperdão genuíno é sempre apropriado e desejável do ponto de vista moral, mas nem todo autoperdão é genuíno" (p. 76).

Diversos modelos foram construídos buscando explicar o processo do autoperdão (Cornish & Wade, 2015; Enright et al. 1996; Griffin et al., 2015, 2016; Woodyatt et al., 2017). Os autores desse estudo buscaram contribuir propondo uma tipologia para o autoperdão, que analisa os tipos de pensamentos utilizados pelas pessoas no processo de perdoar a si mesmas. A tipologia proposta que foi constituída com base em quatro elementos-chave do processo do autoperdão genuíno que, por sua vez, foram relacionados a habilidade de descentração do ofensor. Neste estudo refletimos sobre o impacto do desenvolvimento na tipologia proposta.

Elementos intrapessoais: (I) reconhecimento do erro e (II) aceitação da responsabilidade

Considerando a importância de identificar e compreender os processos envolvidos no autoperdão genuíno, um aspecto muito destacado na literatura diz respeito a necessidade de diferencia-lo de outros processos que possam obter resultados semelhantes quanto ao bem-estar o ofensor, mas que não atendem aos requisitos sociomorais de um processo genuíno de autoperdão (Cornish & Wade, 2015; Wenzel et al., 2012; Woodyatt & Wenzel, 2013a, 2013b).

Holmgren (1998) destaca que o autoperdão moralmente desejável é aquele obtido através de um processo que garante o comprometimento do ofensor com seus valores, de maneira que trabalhe para superar o erro cometido, sem negar a ofensa ou se eximir da responsabilidade sobre ela.

Os estudiosos alertam que atitudes como negar a ofensa, fugir das responsabilidades e até mesmo buscar esquecer o ato de injustiça podem reduzir o sofrimento psicológico em ofensores, e serem confundidas com o autoperdão genuíno por gerar um sentimento de bem-estar utilitário após a ocorrência da ofensa. Porém, conforme nos advertem Woodyatt e Wenzel (2020), a busca do bem-estar individual não é a razão exclusiva do autoperdão. Há uma clara distinção moral entre atingir um estado de bem-estar como consequência de um processo de tomada de consciência e atingir um bem-estar pela negação e fuga das responsabilidades. Assim, o reconhecimento do erro e a aceitação da responsabilidade são apontados na literatura como elementos essenciais para alcançar o autoperdão de forma genuína (Enright, et al., 1996; Fisher & Exline, 2006; Holmgren, 1998; Kim & Enright, 2014; Wenzel et al., 2012; Wohl & McLaughlin, 2014; Woodyatt & Wenzel, 2013b, 2020).

Elementos interpessoais: (III) comportamentos conciliatórios e (IV) comprometimento com a mudança

Ainda na reflexão sobre o processo do autoperdão genuíno, tem sido cada vez mais ressaltada a necessidade de problematizar suas implicações interpessoais e sociais, para garantir que a qualidade moral dessa atitude. Nesse sentindo, os estudos têm destacado a importância de uma reafirmação de valores nos ofensores após reconhecerem que cometeram uma injustiça que violou seus princípios morais, o que legitimamente deve gerar sentimentos negativos (ex., culpa) e conflitos internos (Cornish & Wade, 2015; Wenzel et al., 2012; Woodyatt et al., 2017). A preocupação com a reafirmação dos valores violados se reflete em dois elementos ressaltados na literatura: na assunção de comportamentos conciliatórios que busquem a reparação da vítima, e no compromisso social com o estabelecimento de aprendizados e mudanças pessoais, que diminuam a chance de repetição do erro.

No que diz respeito aos comportamentos conciliatórios por parte dos ofensores, esses têm sido apontados como importantes facilitadores do processo do autoperdão, seja através do reconhecimento do erro perante os outros(as), do pedido de desculpas ou de qualquer outra ação que tenha como objetivo uma reparação para as vítimas (Cornish & Wade, 2015; Griffin et al., 2018; Wenzel et al., 2012; Woodyatt et al., 2017; Woodyatt & Wenzel, 2013a, 2014, 2020). Os autores discutem que tais comportamentos favorecem o autoperdão, porque a preocupação com a vítima auxilia na reafirmação de valores de identidade pessoal do ofensor, restaurando na pessoa um estado de equilíbrio. Nesse sentido, são elementos importantes na garantia de que o autoperdão seja proveniente de uma reflexão moral, e não da mera busca por satisfação pessoal.

Outros autores defendem, ainda, a necessidade de uma preocupação com o impacto social do ato cometido, de maneira que o processo de autoperdão seja também um momento de reflexão e conscientização sobre os próprios erros, que gere novas perspectivas sociais e o comprometimento com mudanças em comportamentos e atitudes ofensivas (Cornish & Wade, 2015; Enright et al., 1996; Fisher & Exline, 2006; Griffin et al., 2015, 2016; Holmgren, 1998; Kim & Enright, 2014). Nesses estudos é ressaltada a importância de o ofensor se esforçar para eliminar ou mudar as características, atitudes e comportamentos que geraram a ofensa, assumindo, assim, um compromisso moral de evitar cometer o mesmo erro no futuro. Esse compromisso com a mudança é apontado como um aspecto fundamental para garantir a qualidade moral do autoperdão e auxiliar os ofensores em uma reconciliação consigo mesmo, sem justificar os atos ou eximir-se da responsabilidade.

Elementos cognitivos: egocentrismo e descentração

Analisando os quatro elementos anteriormente apresentados, verificou-se que eles poderiam ser teoricamente relacionados a dois conceitos piagetianos que tem um papel fundamental na forma como as pessoas processam informações e compreendem a si próprias e aos outros: o egocentrismo e a descentração (Muss, 2006; Piaget, 1964/2010; Selman & Byrne, 1974). Segundo Piaget (1964/2010), o egocentrismo se caracteriza por uma centração no

próprio eu e manifesta-se em aplicações diversas, tanto em domínios impessoais, como nas cognições matemáticas, geográficas e físico-espaciais (Piaget & Inhelder, 1948/1993), quanto em domínios interpessoais, como no campo afetivo e social (Selman & Byrne, 1974), de maneira que o pensamento egocêntrico, embora possa ser temporário, impede a pessoa de considerar diferentes perspectivas em uma mesma situação.

O egocentrismo se desfaz na medida que uma nova perspectiva é adotada envolvendo processos de descentração. Nas diversas áreas do desenvolvimento cognitivo a descentração é motivada quando a pessoa é levada a adotar outras perspectivas sobre um mesmo problema ou situação. É esperado que ao longo do desenvolvimento crianças e adolescentes aumentem sua capacidade de reconhecer e coordenar diferentes perspectivas (Piaget, 1964/2010; Piaget & Inhelder, 1948/1993), o que por sua vez, permite uma análise mais complexa das situações e dos conflitos sociais e auxilia o processo de mudança individual.

Uma análise dos quatro elementos em destaque na literatura sobre o processo do autoperdão, informa que eles demandam progressivos níveis de descentração: o nível mais básico requer a pessoa conseguir sair da sua própria perspectiva e reconhecer que outra pessoa foi magoada; a capacidade de analisar e de reconhecer a própria responsabilidade em relação a situação do outro exige uma habilidade maior; um nível de tomada de perspectiva ainda maior é necessário para priorizar a situação do outro (da vítima) e se preocupar genuinamente com ele(a); e por fim, um nível mais avançado é necessário para chegar a se preocupar com as implicações da mágoa causada nas demais relações sociais e na necessidade de mudanças comportamentais. Sendo assim, levando em consideração a capacidade de descentração necessária, foram estabelecidos conceitos presentes em tipos de pensamento sobre o autoperdão que se organizaram em duas categorias de autoperdão: autoperdão egocêntrico e autoperdão descentrado (Alencar, Rique Neto & Neto, 2022).

Autoperdão Egocêntrico

É constituído por elementos que indicam baixa capacidade de descentração, por pautarem-se apenas nos interesses do ofensor. Há, evidentemente, diferentes níveis de egocentrismo entre eles. O tipo 0, chamado de Negação, se caracteriza pela ausência de todos os elementos-chave do processo do autoperdão. Não há autoperdão de fato, pois nesse raciocínio não há sequer a descentração necessária para reconhecer o erro e o sofrimento do outro, e o bem-estar é restabelecido através do mecanismo da negação que é utilizado para negar o ato ofensivo e evitar o sentimento de culpa. No tipo 1, denominado de Esquecimento ou Racionalização, há a inclusão de um dos elementos no pensamento – o reconhecimento do erro, porém a pessoa segue utilizando mecanismos de defesa para fugir da responsabilidade e evitar ou diminuir a culpa, através do esquecimento e/ou de racionalização com o intuito de justificar as ações cometidas. Já no tipo 2, há a descentração necessária para reconhecer a ofensa e aceitar a própria responsabilidade, mas o ofensor continua centrado nos próprios interesses e busca o autoperdão apenas para conseguir se sentir melhor, de forma que os sentimentos do outro não são considerados na decisão. Por isso esse tipo de pensamento é denominado de Hedonismo, pois a reflexão sobre o autoperdão está focada nos sentimentos negativos do ofensor, como a culpa e o remorso, e na sua necessidade de aliviá-los.

Autoperdão Descentrado

Essa categoria reúne os tipos de pensamento em que a descentração assume a complexidade necessária para permitir que o ofensor saia da própria perspectiva e passe a incluir o(s) outro(s) na sua reflexão. O critério assumido para alcançar o autoperdão é a necessidade de restabelecer os valores e a identidade moral do ofensor, de maneira que os elementos interpessoais do modelo passam a ser incorporados na reflexão. No tipo 3, denominado de Reafirmação de Valores, o terceiro elemento do modelo é incluído: a assunção de comportamentos conciliatórios. A pessoa baseia sua decisão sobre o autoperdão na reflexão sobre a vítima, e assume comportamentos conciliatórios por reconhecer seu sofrimento e se

preocupar com ela. Contudo, nesse pensamento a análise ainda é limitada pelo foco na ofensa específica e na relação interpessoal. É somente no tipo 4, chamado de Evolução Pessoal, que a análise amplia o foco para além da perspectiva interpessoal específica e assume características de maior descentração por se preocupar com as mudanças e seus impactos para relações futuras. O foco nesta analise está na capacidade de mudar a partir dos aprendizados obtidos com a experiência, que terão implicações não só na relação com a vítima, mas também em situações futuras. A pessoa se perdoa por identificar uma evolução pessoal resultante do processo vivenciado e por entender que o aprendizado gerou mudanças que diminuirão a probabilidade de erros semelhantes serem cometidos novamente, caracterizando a incorporação do quarto elemento do modelo.

Em suma, a tipologia apresentada foi organizada para representar os diferentes tipos de autoperdão, e considera que estes são relacionados à maturidade do pensamento do ofensor e à sua capacidade de descentração.

Objetivos do estudo

Considerando a necessidade de testar empiricamente a tipologia proposta, o presente estudo buscou atender a dois objetivos: 1) investigar a possível relação entre o tipo de autoperdão e a habilidade de descentração; e 2) verificar o efeito da idade nessas variáveis. O tipo de autoperdão foi acessado através da Escala de Raciocínios sobre Autoperdão - ERA, instrumento objetivo, construído e validado pelos autores desse estudo (Alencar et al., 2021). A descentração, por sua vez, foi avaliada através do desempenho na prova das Três Montanhas (Piaget & Inhelder, 1948), uma tarefa que avalia o egocentrismo relacionado à tomada de perspectiva espacial. As análises propostas neste estudo permitiram verificar a tipologia em relação ao desenvolvimento, bem como verificar se as relações preconizadas na teoria são confirmadas pelos dados empíricos.

Metodologia

Participantes

Participaram deste estudo 151 estudantes contatados por conveniência e organizados em três grupos de idades. O grupo 1 (G1) foi formado por 51 crianças, sendo 24 do sexo masculino e 27 do sexo feminino, com 7 anos (*n* = 21), 8 anos (*n* = 25) e 9 anos de idade (*n* = 5). O grupo 2 (G2) foi formado por 50 adolescentes, sendo 23 do sexo masculino e 27 do sexo feminino, com 12 anos (*n* = 15), 13 anos (*n* = 21) e 14 anos de idade (*n* = 14). E por fim, o grupo 3 (G3) foi formado por 50 adolescentes, sendo 24 do sexo masculino e 26 do sexo feminino, com 17 anos (*n = 13*), 18 anos (*n* = 31) e 19 anos de idade (*n* = 6).

Instrumentos

Escala de Raciocínios sobre o Autoperdão – ERA (Alencar, Rique Neto & Neto, 2021)

Esse instrumento foi construído para representar os dois tipos de Autoperdão. O instrumento utiliza o Dilema de João (Anexo C), uma adaptação do Dilema de Heinz para verificar o pensamento sobre o perdão (Enright, et al. 1989; Camino et al.,1996). Nas instruções, a escala pede que o participante suponha que o farmacêutico se sentiu culpado pela morte da esposa de João e indique o quanto concorda que os itens propostos representam condições **necessárias** para que o farmacêutico se perdoe.

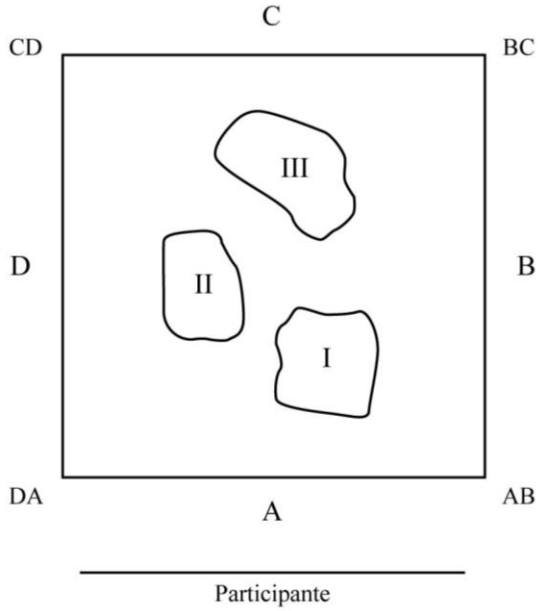
O instrumento é composto por 7 itens objetivos que se organizam em dois fatores independentes. O fator "autoperdão egocêntrico" ($\alpha = 0{,}72$) reúne quatro itens que representam características dos três primeiros tipos de pensamento da tipologia, sendo um item do tipo 0, dois itens do tipo 1 e um item do tipo 2. O fator "autoperdão descentrado" ($\alpha = 0{,}75$), por sua vez, reuniu os três itens que representam os dois tipos de pensamento mais avançados da tipologia, sendo dois itens do tipo 3 e um item do tipo 4. Os participantes reportaram seu grau de concordância em uma escala tipo *Likert* de 5 pontos (0 = discordo totalmente; 4 = concordo totalmente).

Provas das Três Montanhas (Piaget & Inhelder, 1948/1993)

A prova das Três Montanhas avalia o egocentrismo em uma tarefa impessoal de tomada de perspectiva espacial (TPE), que mensura a capacidade do participante de reconhecer e coordenar diferentes pontos de vista, descentrando-se do seu próprio. Nessa prova são utilizados os seguintes materiais: (1) Uma maquete desmontável, composta por uma base de feltro verde, com as posições das montanhas demarcadas, e por três montanhas com características particulares (tamanhos, cores e detalhes diferentes); (2) Dez fotografias que apresentam o conjunto das três montanhas vistas de diferentes pontos de vista: dos quatro lados da maquete (posições A, B, C e D), das quatro quinas (posições AB, BC, CD e DA), e duas fotos vistas de cima (posições E e F); e (3) Um boneco de polipropileno de 3 cm de altura e sem rosto. A figura 1 apresenta o esquema utilizado para aplicação e correção da prova.

Figura 1

Esquema da posição das montanhas na prova



A aplicação da prova foi feita em forma de entrevista, utilizando duas das técnicas descritas por Piaget, que foram aplicadas consecutivamente. Cada técnica foi executada três vezes, ou seja, em três localizações diferentes. Na Técnica I, o boneco de madeira foi colocado

em determinadas posições (D, AB e BC), e o participante foi solicitado a escolher entre as 10 fotografias aquela que o boneco poderia tirar da posição em que está. E na Técnica II, a pesquisadora mostrou as fotografias ao participante (posições CD, C e B) e solicitou que indicasse as posições em que o boneco deveria ser colocado para conseguir tirar a foto apresentada. As respostas dos participantes foram registradas através de gravações de áudio e de anotações no protocolo de aplicação da prova (Apêndice C). Os resultados foram computados considerando cinco tipos de resposta, a exemplo de estudos anteriores (Brodzinsky, 1980; Walker & Gollin, 1977): 4 = resposta correta; 3 = erro adjacente; 2 = erro aleatório (outros); 1 = erro egocêntrico e 0 = erro ilógico. Os erros ilógicos se referem a escolhas de perspectivas impossíveis no esquema da prova, como a escolha das fotografias E e F (maquete vista de cima) na técnica I, ou colocar o boneco no meio das três montanhas na técnica II. Os erros egocêntricos foram aqueles em que o participante escolheu o próprio ponto de vista (A, AB e AC) como resposta. Os erros adjacentes são considerados menos "graves", pois foram aqueles em que a posição escolhida estava próxima à correta (ex: com o boneco na posição C, escolher a fotografia BC ou CD). E os erros aleatórios se referem aos demais tipos de erros, que não cabem nas categorias anteriores, ou seja, não podem ser considerados egocêntricos, adjacentes ou ilógicos. As respostas foram pontuadas de acordo com a "gravidade" do erro, no sentido de uma maior descentração no raciocínio, e a partir dessa pontuação foram calculadas as médias de TPE dos participantes.

Procedimentos Éticos

Este trabalho foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, sendo respeitadas todas as exigências da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Os participantes foram convidados a participar da pesquisa, e aqueles que concordaram assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Para os participantes com menos de 18 anos foram enviados TCLE's para que os pais autorizassem a participação, e os

participantes com idade superior a 12 anos foram solicitados, ainda, a assinar um Termo de Assentimento, após a autorização dos pais (Apêndices D, E e F).

Procedimentos de Coleta

Para minimizar a fadiga dos participantes, os instrumentos foram aplicados separadamente, sendo a coleta realizada em duas etapas. Em ambas as etapas, a aplicação foi feita de forma individual, e foi realizada nas instalações das escolas em um local reservado, livre de interrupções. O tempo de administração dos dois instrumentos variou de 5 a 15 minutos por respondente.

Procedimentos de Análise

Os dados foram analisados pelo software IBM SPSS versão 21. Foi realizada uma análise fatorial exploratória da ERA, utilizando-se o método *Fatoração de Eixo Principal* e rotação *Oblimin Direta*. Foram, ainda, calculadas correlações de Pearson entre as variáveis mensuradas, e efetuadas comparações de médias por grupos de idade através de uma análise multivariada de variância (MANOVA).

Resultados

Em relação à prova das Três Montanhas, a Tabela 1 apresenta as porcentagens dos tipos de respostas por grupo de idade em cada uma das técnicas. Conforme observado em estudos anteriores (Alexandre & Souza, 2011), a Técnica 1 apresentou um grau de dificuldade maior do que a Técnica 2, que gerou uma maior porcentagem de acertos nos três grupos. O resultado foi no sentido esperado, com os participantes mais jovens apresentando uma maior porcentagem de erros. A Tabela 2 mostra a frequência dos escores totais que poderiam variar de 0 a 24. Em relação a quantidade total de acertos, verificou-se que no G1 somente três crianças acertaram todos os itens da tarefa, enquanto no G2 17 participantes acertaram todas as respostas, e no G3 esse número subiu para 32 participantes.

Tabela 1

Porcentagens das frequências de respostas na Prova das Três Montanhas

		Erro ilógico	Erro egocêntrico	Erro aleatório	Erro adjacente	Acerto
Técnica 1	G1	3,9%	28,1%	8,5%	16,3%	43,2%
	G2	0%	8,7%	1,4%	10,6%	79,3%
	G3	0%	2%	0%	12,7%	85,3%
Técnica 2	G1	2%	6,5%	11,2%	13,7%	66,6%
	G2	0%	0%	3,4%	14%	82,6%
	G3	0%	0%	0%	4%	96%

Tabela 2

Frequências dos escores totais na Prova das Três Montanhas

	Entre 12 e 16	Entre 17 e 20	Entre 20 e 23	24 (acertou tudo)
G1	19 participantes	18 participantes	11 participantes	3 participantes
G2	----	10 Participantes	23 participantes	17 participantes
G3	----	1 participantes	17 participantes	32 participantes

No que se refere a ERA, as análises confirmaram a confiabilidade do instrumento, que apresentou índices de consistência interna aceitáveis no fator "autoperdão egocêntrico" (α = 0,72) e no fator "autoperdão descentrado" (α = 0,60). Embora o valor no segundo fator esteja no limite do que é aceito pela literatura, sabe-se que o alfa de Cronbach é um índice muito sensível ao número de itens (Field, 2009). Considerando que este é um fator formado por apenas três itens, esse valor não deve ser considerado como inadequado. A escala formada pelos sete itens apresentou um alfa de Cronbach de 0,64.

Foram calculadas correlações de Pearson entre as variáveis mensuradas, isto é, entre as médias de autoperdão egocêntrico, autoperdão descentrado e habilidade na TPE. Os resultados

evidenciaram que os dois tipos de autoperdão não se correlacionaram entre si. A TPE, por sua vez, apresentou correlações negativas e significativas com o autoperdão egocêntrico (r = - 0,376; p < 0,001) e o autoperdão descentrado (r = - 0,193; p = 0,017). A variável idade também se correlacionou significativamente com todas as variáveis mensuradas, demonstrando correlações moderadas com a TPE (r = 0,62; p < 0,001) e com o autoperdão egocêntrico (r = - 0,59; p < 0,001), ao passo que a correlação com a variável autoperdão descentrado foi fraca (r = - 0,26; p < 0,001). É válido destacar que os valores de correlação associados ao autoperdão descentrado foram menores do |0,30| em ambos os casos, sendo esses valores considerados por alguns autores como correlações desprezíveis (Cohen, 1988; Mukaka, 2012;).

Depois de confirmada a existência de correlações entre as variáveis dependentes (VDs), a MANOVA foi efetuada para verificar se existiam diferenças significativas entre os grupos de idade, considerando as três VDs descritas anteriormente: as médias de autoperdão egocêntrico, autoperdão descentrado e de habilidade de TPE. As quatro estatísticas multivariadas calculadas (lambda de Wilks, traço de Pillai, maior raiz de Roy e traço de Hotelling) apresentaram razões F significativas (p < 0,001), o que indica que existem diferenças entre os grupos de idade com relação às variáveis dependentes [Ex: λ de Wilks = 0,39, F (6, 292) = 28,71, p < 0,001]. O teste de Levene, que verifica a igualdade de variâncias dos erros de cada variável, foi significativo para autoperdão descentrado e TPE, o que indica que nessas variáveis a suposição de homogeneidade de variâncias não foi atendida. Considerando essa violação, a estatística Welch (F de Welch), que é a correção para os casos em que não há homogeneidade, foi utilizada nestes casos.

As análises de variâncias indicaram que as diferenças entre os grupos de idade foram significativas nas três variáveis: autoperdão egocêntrico [F (2, 148) = 43,25, p < 0,001; ηp^2 = 0,369]; autoperdão descentrado [F (2, 92) = 4,93, p = 0,009; ηp^2 = 0,082]; e TPE [F (2, 88) = 43,71, p < 0,001; ηp^2 = 0,432]. O tamanho do efeito pode ser verificado através do valor eta parcial quadrado (ηp^2), que especifica a porcentagem de variação da VD que é explicada

pela variável independente (VI). Com base nesse valor, nota-se que a variável “grupo de idade” explica, aproximadamente, 37% da variância do fator autoperdão egocêntrico e 43% da variância da habilidade de TPE, sendo essas magnitudes de efeito consideradas elevadas. Observa-se, ainda, um tamanho de efeito pequeno para a variável autoperdão descentrado, com a VI explicando apenas 8% da VD.

Para verificar entre quais grupos de idade as diferenças se situavam em cada variável, foram efetuados testes *post hoc* com os métodos de Tukey e de Games Howell que são, respetivamente, os mais utilizados quando as variâncias são ou não são homogêneas. Foram efetuados também cálculos de *d* de Cohen para verificar a força das diferenças existentes em cada pareamento.

No que se refere ao autoperdão egocêntrico, observou-se que diferenças fortes e significativas se situaram entre G1 e G2, com médias maiores no G1 (M_{G1} = 2,31; M_{G2} = 1,23; d = 1,32) e entre G1 e G3, com médias maiores no G1 (M_{G1} = 2,31; M_{G3} = 0,91, d = 1,78). Ou seja, as crianças do grupo 1 apresentaram médias de autoperdão egocêntrico significativamente maiores do que os dois outros grupos de idade que, por sua vez, não diferenciaram entre si. Já em relação ao autoperdão descentrado, verificou-se a existência de uma diferença significativa entre G1 e G3 (M_{G1} = 3,67; M_{G3} = 3,26, d = 0,63), e entre G2 e G3 (M_{G2} = 3,61; M_{G3} = 3,26, d = 0,50) com médias menores no G3. Corroborando os valores do eta parcial quadrado (ηp^2), as forças das diferenças nesta variável foram mais fracas.

No tocante à tomada de perspectiva espacial (TPE), os resultados mostraram diferenças significativas em todos os pareamentos em um sentido congruente à lógica do desenvolvimento cognitivo. As crianças do G1 apresentaram médias significativamente menores do que os participantes do G2 (M_{G1} = 3,01; M_{G2} = 3,70; d = 0,86) e do G3(M_{G1} = 3,01; M_{G3} = 3,89; d = 2,07). Também foram verificadas diferenças significativas entre G2 e G3 (M_{G2} = 3,70; M_{G3} = 3,894; d = 0,70), com os participantes mais velhos apresentando médias mais elevadas.

Discussão

Este estudo buscou verificar o efeito da idade no tipo de pensamento sobre o autoperdão e na habilidade de tomada de perspectiva espacial, bem como a relação existente entre essas duas últimas variáveis. Para execução do estudo foi utilizada uma escala que operacionalizou em itens os tipos de pensamento apresentados em uma tipologia sociocognitiva para o autoperdão. As análises realizadas neste estudo confirmaram os resultados obtidos no estudo de validação da ERA (Alencar et al., 2021), uma vez que ambos os fatores apresentaram níveis aceitáveis de confiabilidade. Esses dados corroboraram a adequação da ERA para avaliar o tipo de autoperdão.

Uma análise descritiva da prova das Três Montanhas (Piaget & Inhelder, 1948/1993) evidenciou diferenças entre os grupos de idades congruentes com as expectativas teóricas, não só em relação a quantidade de erros, mas principalmente em relação a qualidade destes. Há uma clara diferença entre os tipos de erros que são predominantemente cometidos nos três grupos. Observa-se, sobretudo, que os erros mais "graves", ou seja, os mais distantes das respostas corretas, que de acordo com a teoria piagetiana denotam um maior egocentrismo, estão mais presentes nos participantes mais jovens (G1). No grupo dos participantes mais velhos (G3) as respostas foram predominantemente corretas, e os erros, quando presentes, foram em sua maioria adjacentes, ou seja, erros considerados mais leves por estarem próximos da resposta correta. A MANOVA realizada confirmou a significância estatística dessas diferenças, bem como a força delas, com os grupos de idade explicando mais de 40% da variância na habilidade de TPE ($\eta p^2 = 0{,}432$). Todos os grupos de idade diferenciaram-se entre si, em um sentido que confirma as hipóteses teóricas. Verificou-se, ainda, que quanto maiores as diferenças de idades nos pareamentos, mais fortes foram as diferenças encontradas entre os grupos, ou seja, as diferenças entre G1 e G3, foram mais fortes do que as diferenças entre G1 e G2, e entre G2 e G3.

Esse resultado, ainda que seja por uma comparação horizontal por idade, corrobora a expectativa do desenvolvimento cognitivo de Piaget (1964/2010) evidenciando a diminuição da centração do raciocínio ao longo do desenvolvimento. Embora este estudo tenha se detido à análise da tomada de perspectiva espacial, Piaget sustenta que esse aspecto da cognição não pode ser analisado isoladamente. Existe um paralelo entre as operações interpessoais e impessoais, visto que os conceitos de egocentrismo e descentração são aplicados a ambos os domínios. Assim, ao mensurar a capacidade de reconhecimento e de coordenação de diferentes perspectivas no âmbito perceptual, o interesse está na estrutura subjacente a essa manifestação espacial, a capacidade de descentração, que por sua vez terá impacto em outros âmbitos, inclusive no interpessoal.

No que se refere aos cálculos de correlação entre os dois fatores da ERA e a habilidade de TPE avaliada pela prova das Três Montanhas, os resultados fortaleceram a ideia da tipologia proposta, pois corroboraram a existência de relação entre as variáveis tipo de autoperdão e capacidade de descentração. No entanto, considerando que os dois tipos de autoperdão demandam diferentes níveis de descentração, o resultado foi congruente com o esperado em relação ao autoperdão egocêntrico, mas o mesmo não aconteceu com o autoperdão descentrado, visto que ambos os tipos de raciocínio se correlacionaram negativamente com a TPE e com a idade.

No que se refere ao efeito da idade no pensamento sobre o autoperdão, as análises foram em um sentido semelhante. As diferenças na variável autoperdão egocêntrico foram na direção esperada em relação ao desenvolvimento, com as crianças do G1 apresentaram médias significativamente maiores do que os participantes do G2 e do G3. E assim como aconteceu na TPE, as diferenças foram mais fortes entre os grupos de idades mais distantes (G1 e G3). Esse resultado corrobora a expectativa do modelo sociocognitivo que pressupõem que o raciocínio se desenvolve com o avanço da idade, diminuindo o egocentrismo. Por outro lado, foram observadas algumas discrepâncias nos resultados: os adolescentes mais velhos do G3

apresentaram médias significativamente menores do que os participantes do G1 e do G2 no autoperdão descentrado. Considerando que essa variável representa um tipo de raciocínio mais avançado, esperava-se os participantes mais velhos apresentassem médias maiores do que os mais jovens, ou seja, o oposto do encontrado.

Assim, nota-se que a variável autoperdão descentrado foi a única a apresentar resultados incongruentes com o esperado em ambas as análises. Esses podem ser compreendidos ao se considerar as características da amostra deste estudo, em que houve uma tendência de crescimento das médias no tipo de raciocínio mais avançado sobre o autoperdão em todos os grupos de idade. Considera-se a possibilidade de que o uso de uma escala e, consequentemente, a apresentação de itens, tenha oferecido opções de respostas que os participantes mais jovens identificaram como apropriadas, mas que provavelmente não teriam conseguido apresentar sozinhos.

Nos estudos sobre desenvolvimento moral, de uma maneira geral, observa-se que a operacionalização dos raciocínios mais elaborados cria uma atração pelo item, provavelmente motivada pela beleza do argumento, o que pode levar os participantes a concordarem com ele, ainda que não possuam tal habilidade. Além disso, é preciso considerar o possível impacto da tendência a dar respostas consideradas socialmente mais aceitas ou desejáveis na busca de aprovação social, também conhecida como desejabilidade social (Crowne & Marlowe, 1960). Estudos têm demonstrado que a desejabilidade tende a diminuir com o avanço da idade, exercendo maior influência em participantes mais jovens (Costa & Pinho, 2010; Saraiva & Albuquerque, 2015). Os argumentos mais elaborados são mais facilmente reconhecidos como desejáveis socialmente, e essa variável poderia auxiliar na explicação de médias mais elevadas nos participantes mais jovens.

No entanto, merece destaque o fato de que aos resultados significativos obtidos em relação ao autoperdão descentrado apresentaram uma dimensão de efeito muito baixa, porque todos os grupos obtiveram médias similares. Nas análises de variância, enquanto o “grupo de

idade" explicou cerca de 40% da variação no autoperdão egocêntrico e na habilidade de TPE, no que diz respeito ao autoperdão descentrado foi responsável por explicar apenas 8% da variação, ou seja, um tamanho de efeito muito pequeno. As diferenças entre os grupos de idade foram mais expressivas em relação ao autoperdão egocêntrico e a TPE, que além da significância estatística, apresentaram tamanhos de efeito que podem ser considerados elevados ($\eta p^2 > 0{,}25$). Nas análises de correlação, também se verifica uma diferença de força, com uma correlação negativa mais forte entre o autoperdão egocêntrico e a TPE e a idade ($r > 0{,}30$; Cohen, 1988), enquanto as correlações com autoperdão descentrado podem ser consideradas fracas ou, até mesmo, desprezíveis (Mukaka, 2012).

Percebe-se, assim, que não houve clareza no efeito do desenvolvimento em relação a elaboração de um raciocínio descentrado sobre o autoperdão, pois as análises realizadas não produziram resultados fortes e significativos. Por outro lado, o efeito de diminuição do egocentrismo aparece com bastante robustez, tanto no que se refere à TPE quanto em relação ao autoperdão egocêntrico. Assim, constata-se que os resultados mais expressivos foram aqueles que corroboraram as expectativas teóricas e fortaleceram as ideias propostas neste estudo.

Considerações Finais

As análises realizadas neste estudo corroboraram o efeito do desenvolvimento no pensamento sobre o autoperdão e sua relação com a capacidade de descentração do ofensor. Foi possível observar que os resultados mais expressivos e robustos seguiram as suposições teóricas da tipologia proposta, enquanto as relações controversas não tiveram um tamanho de efeito considerado relevante.

Verificou-se, no entanto, que o estudo teve limitações, especialmente no que se refere ao efeito da operacionalização do tipo de pensamento mais avançado (autoperdão descentrado). Pesquisas futuras poderão estender esta investigação e atribuir maior confiança a tipologia aqui apresentada ao utilizar diferentes estratégias metodológicas. É possível que a avaliação de

outras variáveis, ou até mesmo de outros indicadores de tomada de perspectiva, ajude a tornar mais clara relação entre o autoperdão e a descentração, e a ratificar o caminho de desenvolvimento apontado pelos autores desse estudo.

A proposição e testagem dessas ideias representa um avanço no estudo do autoperdão, pois os diversos elementos elencados na literatura como fundamentais para um autoperdão moral e genuíno ainda não haviam sido operacionalizados em uma tipologia única, muito menos relacionadas ao desenvolvimento sociocognitivo do ofensor. Além disso, a relação com a tomada de perspectiva também aponta um caminho importante para o trabalho de promoção do autoperdão, tanto no âmbito clínico, quanto no âmbito educacional. É necessário que estudos futuros aprofundem as análises sobre o papel da tomada de perspectiva e da descentração, para verificar se de fato o desenvolvimento dessa habilidade é uma condição necessária para que níveis mais avançados de autoperdão sejam alcançados.

Referências

Alencar, T. F., & Abreu, E. L. (2019). O perdão sob a perspectiva do ofensor: uma revisão da sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 1-17. Doi: 10.1590/1982-3703003185662

Alencar, T. F., Rique Neto, J., & Neto, F. (2021). The self-forgiveness' reasoning: a cross cultural validation study [Manuscript submitted for publication]. Department of Psychology, Federal University of Paraíba.

Alexandre, J. R., & de Souza, M. T. C. C. (2011). Cognições espaciais sobre perspectiva em contexto concreto e multimídia. *Psicologia: teoria e prática*, 13(3), 41-54.

Brodzinsky, D. M. (1980). Cognitive style differences in children's spatial per perspective taking. *Developmental psychology*, 16 (2), 151-152. doi: 10.1037/0012-1649.16.2.151

Camino, C.P.S., Rique, J., Enright, R.D,; Gouveia, M.L.A., Medeiros, R., & Ribeiro, J. (1996). Dois estudos para o perdão. Relatório de pesquisa entregue ao CNPq, UFPB.

Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Second edition. Erlbaum.

Cornish, M. A., & Wade, N. G. (2015). A therapeutic model of self-forgiveness with intervention strategies for counselors. *Journal of Counseling & Development*, *93*(1), 96-104. doi: 10.1002/j.1556-6676.2015.00185.x

Costa, A., & Pinho, M. (2010). Sugestionabilidade interrogativa em crianças de 8 e 9 anos de idade. *Análise Psicológica*, 28, 193-208. doi: 10.14417/ap.266

Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*, 24(4), 349–354. doi: 10.1037/h0047358

Enright, R. D., Santos, M. J. D., & Al-Mabuk, R. (1989). The adolescent as forgiver. Journal of Adolescence, 12, 95-110. doi: 10.1016/0140-1971(89)90092-4

Enright, R. D. & The Human Development Study Group (1996). Counseling within the forgiveness triad: on forgiving, receiving forgiveness, and self-forgiveness. *Counseling and Values*, 40(2), 107-126. doi: 10.1002/j.2161-007X.1996.tb00844.x

Field, A. (2009). *Descobrindo a estatística usando o SPSS*. 2ª edição. Tradução Lorí Viali. Artmed.

Fisher, M. L., & Exline, J. J. (2006). Self-forgiveness versus excusing: The roles of remorse, effort, and acceptance of responsibility. *Self and Identity*, *5*(02), 127-146. doi: 10.1080/15298860600586123

Griffin, B. J., Worthington Jr, E. L., Lavelock, C. R., Greer, C. L., Lin, Y., Davis, D. E., & Hook, J. N. (2015). Efficacy of a self-forgiveness workbook: A randomized controlled trial with interpersonal offenders. *Journal of Counseling Psychology*, 62(2), 124. doi: 10.1037/cou0000060

Griffin, B. J., Moloney, J. M., Green, J. D., Worthington, Jr, E. L., Cork, B., Tangney, J. P., ... & Hook, J. N. (2016). Perpetrators' reactions to perceived interpersonal wrongdoing: The

associations of guilt and shame with forgiving, punishing, and excusing oneself. *Self and Identity*, 15(6), 650-661. doi: 10.1080/15298868.2016.1187669

Griffin, B. J., Worthington Jr, E. L., Davis, D. E., Hook, J. N., & Maguen, S. (2018). Development of the Self-Forgiveness Dual-Process Scale. *Journal of Counseling Psychology*, 65(6), 715. doi: 10.1037/cou0000293

Hall, J. H., & Fincham, F. D. (2005). Self-forgiveness: The stepchild of forgiveness research. *Journal of social and clinical psychology*, 24(5), 621. doi: 10.1521/jscp.2005.24.5.621

Holmgren, M. (1998). Self-Forgiveness and Responsible Moral Agency. *Journal of Value Inquiry* 32(1), 75–91.

Howell, D. (2002). *Statistical methods for psychology* (5th ed.). Pacifc Grove, CA: Duxbury/Thomson Learning.

Kim, J. J., & Enright, R. D. (2014). A theological and psychological defense of selfforgiveness: Implications for counseling. *Journal of Psychology & Theology*, 42(3), 260. doi: 10.1177/009164711404200303

Mukaka, M. M. (2012). A guide to appropriate use of correlation coefficient in medical research. *Malawi medical journal*, 24(3), 69-71.

Muss, R. E. (2006). Robert Selman's theory of interpersonal understanding. In *Theories of Adolescence* (pp. 210-243). McGraw-Hill.

Piaget, J. (2010). Seis Estudos de Psicologia (M. A. M. D"Amorim & P. S. L. Silva, Trans). Rio de Janeiro: Forense Editora Universitária. (Trabalho original publicado em 1964).

Piaget, J., & Inhelder, B. (1993). *A representação do espaço na criança*. Tradução Bernardina Machado de Albuquerque. Artmed. (Trabalho original publicado em 1948)

Saraiva, M., & Albuquerque, P. B. (2015). Influência da idade, desejabilidade social e memória na sugestionabilidade infantil. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(2), 356-364. doi: 10.1590/1678-7153.201528216

Selman, R.L., & Byrne, D.F. (1974). A structural developmental analysis of levels of role taking in middle childhood. *Child Development, 45,* 803-806. doi: 10.2307/1127850

Walker, L. D., & Gollin, E. S. (1977). Perspective role-taking in young chindren. *Journal of experimental child psychology*¸ 24, 343-357. doi: 10.1016/0022-0965(77)90012-1

Webb, J. R., Bumgarner, D. J., Conway-Williams, E., Dangel, T., & Hall, B. B. (2017). A consensus definition of self-forgiveness: Implications for assessment and treatment. *Spirituality in Clinical Practice*, 4(3), 216–227. doi: 10.1037/scp0000138

Wenzel, M., Woodyatt, L., & Hedrick, K. (2012). No genuine self-forgiveness without accepting responsibility: Value reaffirmation as a key to maintaining positive self-regard. *European Journal of Social Psychology, 42*(5), 617-627. doi: 10.1002/ejsp.1873

Wohl, M. J., & McLaughlin, K. J. (2014). Self-forgiveness: The Good, the Bad, and the Ugly. *Social and Personality Psychology Compass*, 8(8), 422-435. doi: 10.1111/spc3.12119

Woodyatt, L., & Wenzel, M. (2013a). Self-forgiveness and restoration of an ofender following an interpersonal transgression. *Journal of Social and Clinical Psychology, 32*(2), 225-259. doi: 10.1521/jscp.2013.32.2.225

Woodyatt, L., & Wenzel, M. (2013b). The psychological immune response in the face of transgressions: Pseudo self-forgiveness and threat to belonging. *Journal of Experimental Social Psychology*, 49(6), 951-958. doi: 10.1016/j.jesp.2013.05.016

Woodyatt, L., & Wenzel, M. (2014). A needs-based perspective on self-forgiveness: Addressing threat to moral identity as a means of encouraging interpersonal and intrapersonal restoration. *Journal of Experimental Social Psychology*, 50, 125-135. doi: 10.1016/j.jesp.2013.09.012

Woodyatt, L., Wenzel, M. & Ferber, M. (2017). Two pathways to self-forgiveness: A hedonic path via self-compassion and a eudaimonic path via the reaffirmation of violated values. *British Journal of Social Psychology*, 56, 515-536. doi: 10.1111/bjso.12194

Woodyatt, L., & Wenzel, M. (2020). The psychology of self-forgiveness. In E. L. Worthington & N. G. Wade (Eds.). *Handbook of forgiveness*. Second edition. Routledge.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo verificar a adequação empírica de uma tipologia sociocognitiva para o autoperdão. Enquanto os modelos existentes habitualmente discutem o processo do autoperdão (Cornish & Wade, 2015; Enright et al. 1996; Griffin et al., 2015, 2016; Woodyatt, Wenzel & Ferber, 2017), isto é, as etapas vivenciadas pelos ofensores na busca do perdão de si mesmo, voltamos o nosso olhar para os diferentes tipos de reflexões que podem ser adotados ao longo deste caminho. Partimos do entendimento de que, embora as discussões da literatura apontem alguns elementos como necessários para um processo de autoperdão ideal, como o reconhecimento do erro, a assunção de responsabilidade, os comportamentos conciliatórios e as mudanças de comportamentos e de atitudes, não há uma obrigatoriedade na presença desses elementos em todas as decisões. Isto porque concordamos com Webb et al. (2013) ao afirmar que a condição mínima do autoperdão é a redução de respostas negativas em nível afetivo, cognitivo e comportamental, que não necessariamente será obtida através de um processo exemplar, que segue os padrões idealmente estabelecidos. Assim, entendemos que as pessoas podem conseguir se perdoar através de diferentes processos, e que são variados os critérios que podem ser considerados como essenciais na tomada de decisão sobre o autoperdão.

Neste estudo nos baseamos nos elementos elencados como constituintes do processo do autoperdão para construir uma tipologia que apresenta cinco tipos de pensamentos sobre o autoperdão, que representam diferentes formas de refletir para solucionar o mal-estar proveniente de uma ofensa cometida. Propomos que esses pensamentos demandam progressiva habilidade de descentração do ofensor, e partindo deste conjunto de relações buscamos compreender se os critérios de decisão adotados se voltam para o próprio ofensor ou para o(s) outro(s), ou seja, se o autoperdão vivenciado é de natureza exclusivamente intrapessoal, ou se inclui elementos interpessoais que, conforme apontado na literatura (Cornish & Wade, 2015; Holmgren, 1998; Kim & Enright, 2014), garantem a genuinidade desta atitude. Os pensamentos são organizados em dois tipos de autoperdão: egocêntrico e descentrado.

Para atingir o objetivo de verificar a adequação empírica da tipologia realizamos estudos que foram apresentados em dois artigos. No primeiro artigo mostramos evidências da validade e da confiabilidade da Escala de Raciocínios sobre o Autoperdão (ERA), um instrumento elaborado para representar os tipos de autoperdão propostos. Os estudos realizados em dois países (Brasil e Portugal) evidenciaram que a ERA é uma medida com boas propriedades psicométricas, que apresenta uma organização coerente com a estrutura teórica da tipologia sociocognitiva para o autoperdão.

As quatro análises realizadas (análises fatoriais exploratórias e confirmatórias com as amostras brasileiras e portuguesas) confirmaram que o instrumento se organiza em uma estrutura bifatorial. Os itens que representam os pensamentos que são autocentrados e focam apenas no próprio ofensor se reuniram em um fator por nós denominado de "autoperdão egocêntrico". Enquanto os itens que representam os pensamentos pautados em critérios interpessoais, se reuniram no fator "autoperdão descentrado". Podemos, portanto, inferir que os itens se agruparam de acordo com a complexidade de raciocínio necessária para sua utilização.

Além de avaliar o instrumento, os estudos deste primeiro artigo possibilitaram verificar a adequação empírica da tipologia e das relações teoricamente propostas com a capacidade de descentração do ofensor. Neste estudo a tomada de perspectiva e a consideração empática foram as variáveis que representaram a aplicação da descentração em um domínio interpessoal. As análises apresentadas permitiram examinar duas das hipóteses inicialmente estabelecidas.

Com relação a hipótese sobre a existência de relação entre o tipo de pensamento sobre o autoperdão e a habilidade de descentração dos participantes, consideramos que ela foi corroborada neste estudo através das correlações significativas entre os tipos de autoperdão e as variáveis tomada de perspectiva e consideração empática. As relações seguiram as expectativas teóricas, havendo correlações negativas com o autoperdão egocêntrico e correlações positivas com o autoperdão descentrado.

Os resultados obtidos com a amostra brasileira foram modestos, sendo identificada apenas uma correlação positiva entre o autoperdão descentrado e a consideração empática. No entanto, na amostra portuguesa os resultados foram mais claros e robustos: o autoperdão egocêntrico se relacionou negativamente com a tomada de perspectiva e a consideração empática, enquanto o autoperdão descentrado se relacionou positivamente com essas variáveis. As diferenças nos resultados nos alertam sobre a importância de estudos transculturais sobre o autoperdão, que ainda são pouco realizados, o que faz com que as variações e diferenças culturais sejam pouco conhecidas (Woodyatt et al., 2017). Ainda assim, percebemos que os resultados obtidos nos dois países seguem o mesmo sentido e reforçam a pertinência das relações sugeridas em nossa tipologia.

Além disso, o fato de termos obtido resultados semelhantes nas amostras dos dois países, tanto em relação a estrutura fatorial do instrumento e seus índices de ajuste, como em relação às correlações evidenciadas, atribui maior confiança aos resultados obtidos. Com isso, foi possível ratificar a segunda hipótese de que a tipologia e as relações propostas são válidas em amostras de diferentes culturas.

Consideramos que esse estudo contribui com área ao fornecer um instrumento que avalia aspectos sociocognitivos do autoperdão, que ainda não haviam recebido destaque em abordagens mais tradicionais (McElroy-Heltzel et al., 2020). As medidas existentes se dividem entre aquelas que avaliam o autoperdão enquanto *traço*, focando nos seus aspectos disposicionais (Mullet et al, 2015; Thompson et al., 2005), ou enquanto *estado* relacionado a uma ofensa específica, focando no seu estado final (Wohl et al., 2008), ou ainda avaliam focando nos seus aspectos *processuais* (Woodyatt &Wenzel, 2013; Griffin et al., 2018). A escala construída e validada neste estudo nos permite examinar um aspecto pouco explorado do autoperdão e, ainda, fazer isso através de um instrumento parcimonioso, que com sete itens se mostrou adequado para a avaliação que se propõe a fazer. Isso nos auxilia no avanço dos estudos sobre o processo sociocognitivo do autoperdão, fornecendo uma ferramenta de análise

que pode ser utilizada em intervenções clínicas e educacionais, bem como na pesquisa e na produção de conhecimento científico.

A elaboração desse instrumento nos possibilitou, por exemplo, avançar na testagem empírica do modelo para verificar o efeito do desenvolvimento. Assim, no artigo 2 utilizamos esse instrumento para avaliar as diferenças nos tipos de autoperdão em participantes de diferentes grupos de idades. Além de analisar as diferenças relativas à idade, este estudo também nos permitiu testar mais uma vez a relação entre os pensamentos sobre o autoperdão e a capacidade de descentração dos participantes, agora em uma aplicação em um domínio impessoal, representada pela habilidade de tomada de perspectiva espacial que foi avaliada neste estudo através da prova da Três Montanhas (Piaget & Inhelder, 1948/1993). Aproveitamos, ainda, para confirmar a qualidade psicométrica da ERA em uma nova amostra, uma vez que os resultados relativos aos índices de confiabilidade foram semelhantes aos apresentados no artigo 1.

No tocante às análises relativas ao efeito da idade e às correlações entre os tipos de autoperdão e capacidade de tomada de perspectiva espacial, observamos que as expectativas foram parcialmente atendidas. As correlações significativas entres essas variáveis ofereceram suporte à hipótese 1, que afirma a existência de relação entre o pensamento sobre o autoperdão e a habilidade de descentração. Porém, considerando que a capacidade de tomada de perspectiva espacial indica menor egocentrismo e maior descentração no raciocínio, a expectativa era de que haveria correlação negativa com o autoperdão egocêntrico e correlação positiva com o autoperdão descentrado. Foram evidenciadas, contudo, correlações negativas com os dois tipos autoperdão. O mesmo aconteceu nas correlações com a variável idade.

De modo semelhante, resultados contrários à expectativa também se fizeram presentes nas análises de variância por grupo de idade, de maneira que a hipótese 3 foi apenas parcialmente confirmada. Os participantes mais jovens de fato apresentaram pensamentos mais egocêntricos, o que foi evidente tanto em relação à variável autoperdão egocêntrico, quanto em

relação a habilidade de tomada de perspectiva espacial. Mas a expectativa de que o autoperdão descentrado seria mais característico dos participantes mais velhos não foi atendida. Em um sentido oposto ao esperado, esses participantes (G3) obtiveram médias menores do que os mais jovens (G1 e G2) neste tipo de pensamentos sobre o autoperdão.

No entanto, é preciso destacar que os resultados controversos obtidos com a variável autoperdão descentrado embora existentes, não foram expressivos. Tanto na força das correlações, quanto no tamanho do efeito na MANOVA os valores foram baixos, o que demonstra uma menor significância empírica. Isso fica ainda mais evidente quando comparamos com os resultados obtidos nas demais variáveis. O tamanho do efeito obtido na MANOVA em relação ao autoperdão egocêntrico e à tomada de perspectiva espacial foi bem mais elevado, de maneira que o poder explicativo da variável grupo de idade foi cerca de cinco vezes maior nestas variáveis. De modo semelhante, a correlação estabelecida entre elas também foi mais forte e mais significativa.

Entendemos, ainda, que esses resultados também podem ser analisados à luz da reflexão sobre as características típicas do desenvolvimento em cada grupo de idade. As crianças e os participantes mais jovens tendem a apresentar maior desejabilidade (Costa & Pinho, 2010; Saraiva & Albuquerque, 2015) e demonstram reflexões do tipo tudo ou nada, marcando geralmente respostas extremas em instrumentos objetivos (discordo ou concordo totalmente). Por outro lado, os adolescentes mais velhos, com sua maior capacidade de abstração, refletem sobre as questões considerando diversos elementos e variáveis, e analisam seu nível de concordância preocupados com a precisão da resposta, o que faz com que haja uma maior variação individual dentro desse grupo. As relações com o autoperdão descentrado foram mais fracas justamente pelo fato de que todos os grupos apresentaram médias altas nesta variável, ou seja, este tipo de raciocínio não estava ausente no grupo dos adolescentes mais velhos. No entanto, os participantes mais jovens apresentaram médias marginalmente superiores,

provavelmente por esse critério de uma análise menos acurada ao serem apresentados, em um instrumento objetivo, a argumentos que conseguiram identificar como apropriados.

Assim, podemos constatar que enquanto as relações que contradizem a tipologia proposta são fracas e representam pouca expressividade, os resultados condizentes com a tipologia e com as expectativas teóricas apresentaram um tamanho de efeito elevado, demonstrando maior robustez e confiabilidade. E mesmo se não levarmos em consideração essa avaliação sobre o "peso" dos resultados, ainda constatamos uma importante relação que é bastante esclarecedora para a testagem da nossa tipologia: o avanço no desenvolvimento se relaciona com a diminuição do egocentrismo que parece se refletir tanto no pensamento sobre o autoperdão, quanto na capacidade de tomada de perspectiva espacial, e estas variáveis também estão relacionadas entre si.

Ao analisar esses resultados percebemos que as crianças, embora concordem com os argumentos avançados, seguem pontuando alto em argumentos autocentrados característicos do autoperdão egocêntrico, e com médias mais baixas na tomada de perspectiva espacial, o que também denota a permanência do egocentrismo. Os participantes mais velhos, por sua vez, deixam de concordar com argumentos mais básicos e egocêntricos na reflexão sobre o autoperdão, e também demonstram a diminuição do egocentrismo na sua habilidade de tomada de perspectiva espacial, com erros "mais leves" e maiores médias de acertos. Assim, o efeito da diminuição do egocentrismo ao longo do desenvolvimento parece evidente, enquanto a elaboração de uma reflexão descentrada sobre o autoperdão demanda maiores investigações, especialmente em relação às crianças, que são um grupo pouco estudado neste campo, sendo ainda desconhecidos os processos por elas vivenciados na busca do autoperdão (Woodyatt et al., 2017).

Concluímos, portanto, que os estudo realizados corroboraram a proposta teórica da tipologia. A relação com a descentração foi verificada nesta tese em aplicações tanto interpessoais, avaliando a consideração empática e a tomada de perspectiva no artigo 1, quanto

em aplicações impessoais, avaliando a tomada de perspectiva espacial no artigo 2. Em ambos os estudos foi constatada a existência de correlações com os tipos de autoperdão, de modo que os resultados obtidos corroboraram nossas expectativas teóricas. Consideramos, assim, que as pesquisas desenvolvidas contribuíram com o avanço nos estudos sobre os aspectos sociocognitivos do autoperdão, ao fornecer uma tipologia que poderá auxiliar profissionais que desejem trabalhar com o autoperdão em nível investigativo e interventivo. No entanto, é preciso ressaltar que há limitações nesses estudos que poderão ser sanadas em investigações posteriores.

Limitações e sugestões para estudos futuros

O objetivo estabelecido para esta tese foi alcançado, porém identificamos algumas limitações em nossos estudos que nos apontam direcionamentos para o futuro. Seguimos com a proposição de que há um desenvolvimento correlacionado entre o pensamento sobre o autoperdão e a habilidade de descentração do ofensor. Assim, propomos que à medida que a pessoa diminui seu egocentrismo e desenvolve sua habilidade de descentração, desenvolve-se também sua capacidade de refletir sobre o autoperdão de maneira mais avançada, com argumentos mais elaborados, em que inclua e se preocupe com o(s) outro(s). É importante, no entanto, que estudos futuros aprofundem a investigação sobre essa relação, buscando entender sua força e direção. Essa relação tem grandes implicações para profissionais que trabalhem e promovam o autoperdão, assim como para pessoas que vivenciam o processo em que buscam alcançá-lo. Destacamos que houve avanço no estabelecimento da relação, mas nossos estudos foram de natureza correlacional. Estudos futuros podem tratar dessas questões com delineamentos mais explicativos, que busquem identificar, por exemplo, se existe uma relação de necessidade entre o pensamento sobre o autoperdão e a habilidade de descentração do ofensor.

Além disso, embora a relação com a diminuição do egocentrismo pareça clara, maiores esclarecimento são necessários em relação ao tipo de raciocínio descentrado. É importante que

outras metodologias sejam utilizadas para verificar se de fato o autoperdão descentrado se manifesta em participantes mais jovens ou se os resultados obtidos em nosso estudo foram efeito do tipo de pesquisa e de instrumento utilizado. Ressaltamos, por exemplo, a importância de estudos longitudinais e qualitativos no esclarecimento dessas questões. O delineamento longitudinal ajudaria a esclarecer se há realmente um avanço no pensamento ao longo do desenvolvimento. E a realização de investigações qualitativas, por sua vez, permitiria verificar se as crianças apresentam argumentos descentrados por conta própria, ou se há um efeito da apresentação de itens em instrumentos objetivos.

Recomendamos, ainda, que estudos futuros ampliem a testagem empírica da nossa tipologia e do instrumento dela proveniente. Reforçamos a importância da continuidade dos estudos, pois a verificação em diferentes amostras atribuirá maior confiança e representatividade aos resultados obtidos. É também interessante que seja verificada a relação dos tipos de autoperdão com outras variáveis que se relacionam com as proposições teóricas. Avaliar o julgamento moral, por exemplo, possibilitaria testar o argumento de que os tipos de autoperdão estão relacionados ao desenvolvimento moral do ofensor, indo além das reflexões teoricamente estabelecidas.

REFERÊNCIAS

Abreu, G. A., Dutra, M. P., Silva, A. S., Juscilania, M., da Silva, M., & Galvão, L. K. D. S. Questões de gênero e empatia: pesquisa-intervenção. *In IV Congresso Nacional de Educação. João Pessoa-PB. Anais IV CONEDU* (Vol. 1).

Akhtar, S., & Barlow, J. (2018). Forgiveness therapy for the promotion of mental well-being: A systematic review and meta-analysis. *Trauma, Violence, & Abuse*, *19*(1), 107-122. doi: 10.1177/1524838016637079

Alencar, T. F. D., & Rique, J. (2021). O Perdão como Meta de Intervenção com Apenados. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 37, 1 -9. doi: 10.1590/0102.3772e37414

Alencar, T. F., & Abreu, E. L. (2019). O perdão sob a perspectiva do ofensor: uma revisão da sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 1-17. doi: 10.1590/1982-3703003185662

Alexandre, J. R., & de Souza, M. T. C. C. (2011). Cognições espaciais sobre perspectiva em contexto concreto e multimídia. *Psicologia: teoria e prática*, 13(3), 41-54.

Beltrán-Morillas, A. M., & Expósito, F. (2021). Crecimiento personal y satisfacción con la vida durante la COVID-19: perdón a uno mismo y compasión como correlatos. *Escritos De Psicología - Psychological Writings*, 14(2), 107-119. doi:10.24310/espsiescpsi.v14i2.13519

Brodzinsky, D. M. (1980). Cognitive style differences in children's spatial per perspective taking. *Developmental psychology*, 16 (2), 151-152. doi: 10.1037/0012-1649.16.2.151

Byrne, B. M. (2010). Structural equation modeling with AMOS Basic concepts, applications, and programming (Multivariate Applications Series).

Camino, C.P.S., Rique, J., Enright, R.D,; Gouveia, M.L.A., Medeiros, R., & Ribeiro, J. (1996). Dois estudos para o perdão. Relatório de pesquisa entregue ao CNPq, UFPB.

Carpenter, T. P., Pennington, M. L., Seebeck, J., Gomez, D. R., Denman, T. C., Kimbrel, N. A., Cammarata, C. M., Leto, F., Ostiguy, W. J., & Gulliver, S. B. (2020). Dispositional self-forgiveness in firefighters predicts less help-seeking stigma and fewer mental health challenges. *Stigma and Health*, 5(1), 29–37. doi:10.1037/sah0000172

Cheavens, J. S., Cukrowicz, K. C., Hansen, R., & Mitchell, S. M. (2016). Incorporating resilience factors into the interpersonal theory of suicide: The role of hope and self-forgiveness in an older adult sample. *Journal of clinical psychology*, 72(1), 58-69. doi: 10.1002/jclp.22230

Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Second edition. Erlbaum.

Cornish, M. A., & Wade, N. G. (2015). A therapeutic model of self-forgiveness with intervention strategies for counselors. *Journal of Counseling & Development*, *93*(1), 96-104. doi: 10.1002/j.1556-6676.2015.00185.x

Cornish, M. A., Woodyatt, L., Morris, G., Conroy, A., & Townsdin, J. (2018). Self-forgiveness, self-exoneration, and self-condemnation: Individual differences associated with three patterns of responding to interpersonal offenses. *Personality and Individual Differences*, *129*, 43-53. doi: 10.1016/j.paid.2018.03.003

Costa, A., & Pinho, M. (2010). Sugestionabilidade interrogativa em crianças de 8 e 9 anos de idade. *Análise Psicológica*, 28, 193-208.

Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*, 24(4), 349–354. doi: 10.1037/h0047358

Dat, M. C., & Okimoto, T. G. (2018). Exploring new directions in self-forgiveness research: Integrating self and other perspectives on moral repair. *Social Justice Research*, 31(2), 206-217. doi: 10.1007/s11211-018-0308-7

Davis, C. P. R., & Thangal, R. (2021). Influence of rehabilitation on self forgiveness, perceived social support, subjective vitality and personal growth initiation among alcoholics. *International Journal of Management* (IJM), 12(7), 64-75. Doi: 10.34218/IJM.12.7.2021.007

Davis, D. E., Ho, M. Y., Griffin, B. J., Bell, C., Hook, J. N., Van Tongeren, D. R., ... & Westbrook, C. J. (2015). Forgiving the self and physical and mental health correlates: A meta-analytic review. *Journal of counseling psychology*, *62*(2), 329. doi: 10.1037/cou0000063

Davis, M. H. (1983). Measuring individual differences in empathy: Evidence for a multidimensional approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44(1), 113-126. doi: 10.1037/0022-3514.44.1.113

Day, A., Gerace, A., Wilson, C., & Howells, K. (2008). Promoting forgiveness in violent offenders: A more positive approach to offender rehabilitation?. *Aggression and Violent Behavior*, *13*(3), 195-200. doi: 10.1016/j.avb.2008.03.004

Dutra, M. P., dos Santos Bezerra, V. A., Silva, A. S., Abreu, G. A., & de Sousa Galvão, L. K. (2017). Empatia e comportamento pró-social: intervenção educacional na infância. *In IV Congresso Nacional de Educação. João Pessoa-PB. Anais IV CONEDU* (Vol. 1).

Enright, R. D. & The Human Development Study Group (1991). The moral development of forgiveness. In W. Kurtiness & J. Gerwitz (Orgs.), *Handbook of Moral Behavior and Development*, 1, 123-152.

Enright, R. D. & The Human Development Study Group (1996). Counseling within the forgiveness triad: on forgiving, receiving forgiveness, and self-forgiveness. *Counseling and Values*, 40(2), 107-126. doi: 10.1002/j.2161-007X.1996.tb00844.x

Enright, R. D. (2001). *Forgiveness is a choice: A step-by-step process for resolving anger and restoring hope*. American Psychological Association.

Enright, R. D., & Fitzgibbons, R. P. (2015). *[Helping clients forgive] Forgiveness Therapy: An empirical guide for resolving anger and restoring hope*. Washington-DC: American Psychological Association.

Enright, R. D., Gassin, E. A., & Wu, C. (1992). Forgiveness: a developmental view. *Journal of Moral Education*, 21(2), 99-114. doi: 10.1080/03057249 20210202

Enright, R. D., Knuston Enright, J. A., Holter, A. C., Baskin, T., & Knuston, C. (2007). Waging peace through forgiveness in Belfast, Northern Ireland II: Educational programs for mental health improvement of children. *Journal f Research in Education*, 63-78.

Enright, R. D., Santos, M. J. D., & Al-Mabuk, R. (1989). The adolescent as forgiver. *Journal of Adolescence*, 12, 95-110. doi: 10.1016/0140-1971(89)90092-4

Feibelman, J. L., & Turner, L. A. (2015). Relationships between eating disorder symptomology and forgiveness among college students. *Current Psychology*, 34(1), 121-129. doi: 10.1007/s12144-014-9245-2

Field, A. (2009). *Descobrindo a estatística usando o SPSS* (2. ed.); tradução Lorí Viali. Artmed.

Fincham, F. D., & May, R. W. (2019). Self-forgiveness and well-being: Does divine forgiveness matter?. The Journal of Positive Psychology, 14(6), 854-859. doi:10.1080/17439760.2019.1579361

Fincham, F. D., & May, R. W. (2020). Divine, interpersonal and self-forgiveness: Independently related to depressive symptoms?. *The Journal of Positive Psychology*, 15(4), 448-454. doi: 10.1080/17439760.2019.1639798

Fisher, M. L., & Exline, J. J. (2006). Self-forgiveness versus excusing: The roles of remorse, effort, and acceptance of responsibility. Self and Identity, 5 (02), 127-146. doi: 10.1080/15298860600586123

Fisher, M. L., & Exline, J. J. (2010). Moving toward self-forgiveness: Removing barriers related to shame, guilt, and regret. *Social and Personality Psychology Compass*, 4(8), 548-558. doi: 10.1111/j.1751-9004.2010.00276.x

Gençoğlu, C., Şahin, E., & Topkaya, N. (2018). General self-efficacy and forgiveness of self, others and situations as predictors of depression, anxiety and stress in university students. *Educational Sciences: Theory & Practice*, 18, 605–626. doi: 10.12738/estp.2018.3.0128

Gilo, T., Feigelman, W., & Levi-Belz, Y. (2020). Forgive but not forget: From self-forgiveness to posttraumatic growth among suicide-loss survivors. *Death studies*, 1-9. doi: 10.1080/07481187.2020.1864064

Giovannoni, J. (2017). Perspectives: Compassion for others begins with loving-kindness toward self. *Journal of Research in Nursing*, 22, 173–178. doi:10.1177/1744987116685635

Griffin, B. J., Moloney, J. M., Green, J. D., Worthington, Jr, E. L., Cork, B., Tangney, J. P., ... & Hook, J. N. (2016). Perpetrators' reactions to perceived interpersonal wrongdoing: The associations of guilt and shame with forgiving, punishing, and excusing oneself. *Self and Identity*, 15(6), 650-661. doi: 10.1080/15298868.2016.1187669

Griffin, B. J., Worthington Jr, E. L., Davis, D. E., Hook, J. N., & Maguen, S. (2018). Development of the Self-Forgiveness Dual-Process Scale. *Journal of Counseling Psychology*, 65(6), 715. doi: 10.1037/cou0000293

Griffin, B. J., Worthington Jr, E. L., Lavelock, C. R., Greer, C. L., Lin, Y., Davis, D. E., & Hook, J. N. (2015). Efficacy of a self-forgiveness workbook: A randomized controlled trial with interpersonal offenders. *Journal of Counseling Psychology*, 62(2), 124. doi: 10.1037/cou0000060

Hall, J. H., & Fincham, F. D. (2005). Self-forgiveness: The stepchild of forgiveness research. *Journal of social and clinical psychology*, 24(5), 621. doi: 10.1521/jscp.2005.24.5.621

Hall, J. H., & Fincham, F. D. (2008). The temporal course of self-forgiveness. *Journal of social and clinical psychology*, *27*(2), 174. doi: 10.1521/jscp.2008.27.2.174

Hirsch, J. K., Webb, J. R., & Jeglic, E. L. (2011). Forgiveness, depression, and suicidal behavior among a diverse sample of college students. *Journal of clinical psychology*, 67(9), 896-906. doi: 10.1002/jclp.20812

Hirsch, J. K., Webb, J. R., & Jeglic, E. L. (2012). Forgiveness as a moderator of the association between anger expression and suicidal behaviour. *Mental health, religion & culture*, 15(3), 279-300. doi: 10.1080/13674676.2011.571666

Hoffman, M. L. (2001). *Empathy and moral development: Implications for caring and justice*. Cambridge University Press.

Holmgren, M. R. (1998). Self-forgiveness and responsible moral agency. *The Journal of Value Inquiry*, 32(1), 75-91.

Holter, A. C., Magnuson, C., Knutson, C., Knutson Enright, J. A., & Enright, R. D. (2008). The forgiving child: The impact of forgiveness education on excessive anger for elementary aged children in Milwaukee‟s central city. *Journal of Research in Education, 18*, 82-93.

Howell, D. (2002). *Statistical methods for psychology* (5th ed.). Pacifc Grove, CA: Duxbury/Thomson Learning.

Howell, D. C. (2012). *Statistical methods for psychology*. Cengage Learning.

Ianni, P. A., Hart, K. E., Hibbard, S., & Carroll, M. (2010). The association between self-forgiveness and alcohol misuse depends on the severity of drinker's shame: Toward a buffering model. *Addictive Disorders & Their Treatment*, 9(3), 106-111. doi: 10.1097/ADT.0b013e3181f158cd

Jöreskog, K.G. & Sörbom, D. (1989). *LISREL 7 user's reference guide*. Scientific Software.

Jung, M., Park, Y., Baik, S. Y., Kim, C. L., Kim, H. S., & Lee, S. H. (2019). Self-forgiveness moderates the effects of depression on suicidality. Psychiatry investigation, 16(2), 121-129. doi: 10.30773/pi.2018.11.12.1

Kim, J. J. & Enright, R. D. (2014). A theological and psychological defense of selfforgiveness: Implications for counseling. *Journal of Psychology & Theology*, 42(3), 260-268. doi:10.1177/009164711404200303

Kline, R.B. (1998). *Principles and practice of structural equation modeling*. The Guilford Press.

Koller, S. H., Camino, C., & Ribeiro, J. (2001). Adaptação e validação interna de duas escalas de empatia para uso no Brasil. *Estudos de psicologia (Campinas)*, *18*(3), 43-53. doi: 10.1590/S0103-166X2001000300004

Krause, N. (2015). Assessing the relationships among race, religion, humility, and selfforgiveness: A longitudinal investigation. *Advances in life course research*, 24, 66-74. doi: 10.1016/j.alcr.2015.02.003

Law, K. C., & Chapman, A. L. (2015). Borderline personality features as a potential moderator of the effect of anger and depressive rumination on shame, self-blame, and selfforgiveness. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 46, 27-34. doi: 10.1016/j.jbtep.2014.07.008

Lee, Y. R., & Enright, R. D. (2019). A meta-analysis of the association between forgiveness of others and physical health. Psychology & health, 34(5), 626-643. doi: 10.1080/08870446.2018.1554185

Levi-Belz, Y., & Gilo, T. (2020). Emotional distress among suicide survivors: The moderating role of self-forgiveness. *Frontiers in psychiatry*, 11, 341, p 1-8. doi: 10.3389/fpsyt.2020.00341

Macaskill, A. (2012). Differentiating dispositional self-forgiveness from other-forgiveness: associations with mental health and life satisfaction. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 31(1), 28. doi: 10.1521/jscp.2012.31.1.28

Magnuson, C. M., Enright, R. D., Fulmer, B., & Magnuson, K. A. (2009). Waging peace through forgiveness in Belfast, Northern Ireland IV: A parent and child forgiveness education program. *Journal of Research in Education, 19*, 57-66.

Marsh, H. W., Hau, K. T., & Wen, Z. (2004). In search of golden rules: Comment on hypothesis-testing approaches to setting cutoff values for fit indexes and dangers in overgeneralizing Hu and Bentler's (1999) findings. *Structural equation modeling*, *11*(3), 320-341. doi: 10.1207/s15328007sem1103_2

Martinčeková, L., & Enright, R. D. (2020). The effects of self-forgiveness and shame-proneness on procrastination: exploring the mediating role of affect. *Current Psychology*, 39(2), 428-437. doi: 10.1007/s12144-018-9926-3

McElroy-Heltzel, S. E., Davis, D. E., Ordaz, A. C., Griffin, B. J., & Hook, J. N. (2020). Measuring forgiveness and self-forgiveness: descriptions, psychometric support, and recommendations for research and practice. In. E.L. Worthington & N. Wade (Eds.). *Handbook of Forgiveness*, p. 74-84. Second Edition. Routledge.

Mullet, E., Gauché, M., Neto, F., Menezes Fonseca, M. C., & Munoz Sastre, M. T. (2015). Self-forgivingness: Factor structure and relationships with personality, culture, physical symptoms, violent behavior, and sexual abuse during childhood. In E. L. Olsen (Ed.), *Forgiveness: Social significance, health impact and psychological effects*. Nova Science Publishers, Inc.

Muss, R. E. (2006). Robert Selman's theory of interpersonal understanding. In *Theories of Adolescence* (pp. 210-243). McGraw-Hill.

Nkomo, T. S., & Kufankomwe, M. J. (2020). HIV and AIDS and self-forgiveness: The views of a group of people living with HIV and AIDS in Ekurhuleni, Johannesburg, South Africa. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 30(5), 649-665. doi:10.1080/10911359.2020.1736231

Nsamenang, S. A., Webb, J. R., Cukrowicz, K. C., & Hirsch, J. K. (2013). Depressive symptoms and interpersonal needs as mediators of forgiveness and suicidal behavior among rural primary care patients. *Journal of affective disorders*, 149(1), 282-290

Park, J. H., Enright, R. D., Essex, M. J., Zahn-Waxler, C., & Klatt, J. S. (2013). Forgiveness intervention for female South Korean adolescent aggressive victims. *Journal of Applied Developmental Psychology*, *34*(6), 268-276. Doi: 10.1016/j.appdev.2013.06.001

Peterson, S. J., Van Tongeren, D. R., Womack, S. D., Hook, J. N., Davis, D. E., & Griffin, B. J. (2017). The benefits of self-forgiveness on mental health: Evidence from correlational and experimental research. *The Journal of Positive Psychology, 12*(2), 159-168. doi: 10.1080/17439760.2016.1163407

Piaget, J. (1978). A epistemologia genética. In *Os pensadores: Piaget.* Tradução: Nathanael C. Caixeiro. São Paulo: Editora Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1970).

Piaget, J. (1994). *O Juízo Moral da Criança* (A. E. Lenardon, Trans). São Paulo: Editora Summus. (Trabalho original publicado em 1932).

Piaget, J. (2010). *Seis Estudos de Psicologia* (M. A. M. D‟Amorim & P. S. L. Silva, Trans). Rio de Janeiro: Forense Editora Universitária. (Trabalho original publicado em 1964).

Piaget, J. (2014). *Relações entre a afetividade e a inteligência no desenvolvimento mental da criança* (Saltini, C.J.O. & Cavenaghi, D.B., Organização e Tradução). Rio de Janeiro: Wak Editora. (Trabalho original publicado em 1953).

Piaget, J., & Inhelder, B. (1993). *A representação do espaço na criança*. Tradução Bernardina Machado de Albuquerque. Artmed. (Trabalho original publicado em 1948).

Rique Neto, J., & Murta, S. G. (2021). Forgiveness Therapy for Victimized-Offenders: A Systematic Review of Conceptual, Empirical and Clinical Issues [Manuscrito em Preparação]. Departmento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba.

Saraiva, M., & Albuquerque, P. B. (2015). Influência da idade, desejabilidade social e memória na sugestionabilidade infantil. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(2), 356-364. doi: 10.1590/1678-7153.201528216

Selman, R. (1975b). A developmental approach to interpersonal and moral awareness in young children: Some theoretical and educational implications of levels of social perspective taking. *Values education*, 127-139.

Selman, R. L. (1971). The relation of role taking to the development of moral judgment in children. *Child Development*, 79-91.

Selman, R. L. (1975a). Level of social perspective taking and the development of empathy in children: Speculations from a Social-Cognitive viewpoint. *Journal of Moral Education*, *5*(1), 35-43.

Selman, R.L., & Byrne, D.F. (1974). A structural developmental analysis of levels of role taking in middle childhood. *Child Development, 45,* 803-806. doi:10.2307/1127850

Thompson, L. Y., Snyder, C. R., Hoffman, L., Michael, S. T., Rasmussen, H. N., Billings, L. S., Heinze, L., Neufeld, J. E., Shorey, H. S., Roberts, J. C., & Roberts, D. E. (2005). Dispositional forgiveness of self, others and situations. *Journal of Personality,* 73, 313-360. doi: 10.1111/j.1467-6494.2005.00311.x

Toussaint, L. L., Williams, D. R., Musick, M. A., & Everson-Rose, S. A. (2008). Why forgiveness may protect against depression: Hopelessness as an explanatory mechanism. *Personality and Mental Health,* 2(2), 89-103. doi: 10.1002/pmh.35

Uzun, B., Ferrari, J. R., & LeBlanc, S. (2018). Put aside procrastination: positive emotional outcomes from self-forgiveness for delays. *North American Journal of Psychology*, 20 (1).

Vatansever, M., & Ozgur-Ilhan, I. (2021). Forgiveness, guilt, and shame in alcohol dependence: A comparative study in a Turkish sample. *The International Journal of Alcohol and Drug Research,* 9(1), 43-49. doi: 10.7895/ijadr.291

Vitz, P. C., & Meade, J. M. (2011). Self-forgiveness in psychology and psychotherapy: A critique. *Journal of Religion and Health,* 50(2), 248-263. doi: 10.1007/s10943-010-9343-x

Wade, N. G., Hoyt, W. T., Kidwell, J. E., & Worthington Jr, E. L. (2014). Efficacy of psychotherapeutic interventions to promote forgiveness: A meta-analysis. *Journal of consulting and clinical psychology*, *82*(1), 154-170.

Walker, L. D., & Gollin, E. S. (1977). Perspective role-taking in young chindren. *Journal of experimental child psychology*¸ 24, 343-357. doi: 10.1016/0022-0965(77)90012-1

Webb, J. R., & Toussaint, L. L. (2017). Self-forgiveness as a critical factor in addiction and recovery: A 12-step model perspective. *Alcoholism Treatment Quarterly*, *36*(1), 15-31. doi: 10.1080/07347324.2017.1391057

Webb, J. R., & Toussaint, L. L. (2018). Self-forgiveness as a critical factor in addiction and recovery: A 12-step model perspective. *Alcoholism Treatment Quarterly*, 36(1), 15-31. doi:10.1080/07347324.2017.1391057

Webb, J. R., Bumgarner, D. J., Conway-Williams, E., Dangel, T., & Hall, B. B. (2017). A consensus definition of self-forgiveness: Implications for assessment and treatment. *Spirituality in Clinical Practice*, *4*(3), 216-227. doi: 10.1037/scp0000138

Webb, J. R., Hirsch, J. K., Conway-Williams, E., & Brewer, K. G. (2013). Forgiveness and alcohol problems: Indirect associations involving mental health and social support. *Addiction Research & Theory*, 21(2), 141-153. doi: 10.3109/ 16066359.2012.703267

Wenzel, M., Woodyatt, L., & Hedrick, K. (2012). No genuine self-forgiveness without accepting responsibility: Value reaffirmation as a key to maintaining positive self-regard. *European Journal of Social Psychology*, 42, 617–627. doi: 10.1002/ejsp.1873

Wohl, M. J. A., DeShea, L., & Wahkinney, R. L. (2008). Looking within: Measuring state self-forgiveness and its relationship to psychological well-being. Canadian Journal of Behavioural Science / Revue canadienne des sciences du comportement, 40(1), 1–10. doi: 10.1037/0008-400x.40.1.1.1

Wohl, M. J.,& McLaughlin, K. J. (2014). Self-forgiveness: The good, the bad, and the ugly. *Social and Personality Psychology Compass*, 8(8), 422-435. doi: 10.1111/spc3.12119

Woodyatt, L., & Wenzel, M. (2013a). Self-forgiveness and restoration of an offender following an interpersonal transgression. *Journal of Social and Clinical Psychology*, *32*(2), 225. doi: 10.1521/jscp.2013.32.2.225

Woodyatt, L., & Wenzel, M. (2013b). The psychological immune response in the face of transgressions: Pseudo self-forgiveness and threat to belonging. *Journal of Experimental Social Psychology*, 49(6), 951-958. doi: 10.1016/j.jesp.2013.05.016

Woodyatt, L., & Wenzel, M. (2014). A needs-based perspective on self-forgiveness: Addressing threat to moral identity as a means of encouraging interpersonal and

intrapersonal restoration. Journal of Experimental Social Psychology, 50, 125-135. doi: 10.1016/j.jesp.2013.09.012

Woodyatt, L., & Wenzel, M. (2020). The psychology of self-forgiveness. In E. L. Worthington & N. G. Wade (Eds.). *Handbook of forgiveness*, p. 22-32. Second edition. Routledge.

Woodyatt, L., Wenzel, M., & Ferber, M. (2017). Two pathways to self-forgiveness: A hedonic path via self-compassion and a *eudaimonic* path via the reaffirmation of violated values. *British Journal of Social Psychology*. doi: 10.1111/bjso.12194.

Woodyatt, L., Worthington, E. L., Wenzel, M., & Griffin, B. J. (2017). Orientation to the psychology of self-forgiveness. In *Handbook of the psychology of self-forgiveness* (pp. 3-16). Springer, Cham.

Word, M., Cornish, M. A., Coleman, K., & Grey, C. (2021). How does the general public define self-forgiveness? Examination in a college student sample. *Current Psychology*, 1-11. doi: 10.1007/s12144-021-02241-1

Yao, S., Chen, J., Yu, X., & Sang, J. (2017). Mediator roles of interpersonal forgiveness and self-forgiveness between self-esteem and subjective well-being. Current Psychology, 36(3), 585-592. doi: 10.1007/s12144-016-9447

ANEXOS

Anexo A: Questionário do Autoperdão

Algumas vezes agimos injustamente com as pessoas e causamos mágoas. Responda a uma série de itens a pensar nas suas atitudes dessa natureza. Assinale com um X seu grau de concordância para cada item. Observe para não pular nenhum item. Todas as suas respostas serão confidenciais. Por favor, responda honestamente.

01. Sinto-me incapaz de me perdoar pelo mal que causei aos outros mesmo que eu já tenha tentado reparar as consequências negativas.

Nada de acordo o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o *Plenamente de acordo*

02. Sinto-me incapaz de me perdoar pelo mal que causei aos outros mesmo que a vítima tenha me dito que me perdoou.

Nada de acordo o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o *Plenamente de acordo*

03. A maneira como vejo o mundo me leva a não me perdoar pelas minhas más condutas.

Nada de acordo o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o *Plenamente de acordo*

04. Sinto que é mais fácil me perdoar pelo mal que causei aos outros quando me sinto bem e tudo vai bem.

Nada de acordo o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o *Plenamente de acordo*

05. Sinto que é mais fácil me perdoar pelo mal que causei aos outros quando as consequências negativas desaparecerem.

Nada de acordo o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o *Plenamente de acordo*

06. Sinto que é mais fácil me perdoar pelo mal que causei aos outros se minha família e meus amigos me estimulam a fazê-lo.

Nada de acordo o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o *Plenamente de acordo*

07. Não posso me perdoar enquanto não tentar reparar as consequências negativas de meus atos.

Nada de acordo o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o *Plenamente de acordo*

08. Não posso me perdoar enquanto não tiver me desculpado pelo meu mal comportamento.

Nada de acordo o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o *Plenamente de acordo*

09. Não posso me perdoar enquanto o mal que causei aos outros não tiver desaparecido.

Nada de acordo o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o-----o *Plenamente de acordo*

Anexo B: Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal

Subescalas: Consideração Empática (CE) e Tomada de Perspectiva (TP)

As seguintes afirmações questionam os seus sentimentos e pensamentos em diversas situações. Para cada item, indique quanto concorda ou discorda com a afirmação escolhendo a sua posição na escala abaixo (1- Discordo Totalmente; 2- Discordo Parcialmente; 3- Nem Discordo/Nem Concordo; 4- Concordo Parcialmente; 5- Concordo Totalmente). Quando decidir sua resposta assinale com um X no número apropriado ao lado da afirmação. Leia cada item com muito cuidado antes de responder. Responda o mais honestamente possível. Obrigada!

1. Incomodo-me com as coisas ruins que acontecem aos outros. (CE)	1	2	3	4	5
2. Tento compreender a opinião dos outros. (TP)	1	2	3	4	5
3. Sinto compaixão quando alguém é tratado injustamente. (CE)	1	2	3	4	5
4. Quando vejo que se aproveitam de alguém, sinto necessidade de protegê-lo. (CE)	1	2	3	4	5
5. Imagino como as pessoas se sentem quando eu as critico. (TP)	1	2	3	4	5
6. Antes de tomar alguma decisão procuro avaliar todas as perspectivas. (TP)	1	2	3	4	5
7. Tento compreender os meus amigos imaginando como eles veem as coisas. (TP)	1	2	3	4	5
8. Fico comovido com os problemas dos outros. (CE)	1	2	3	4	5
9. Preocupo-me com as pessoas que não têm uma boa qualidade de vida. (CE)	1	2	3	4	5
10. Descrevo-me como uma pessoa de “coração mole” (muito sensível). (CE)	1	2	3	4	5
11. Costumo emocionar-me com as coisas que vejo acontecer aos outros. (CE)	1	2	3	4	5
12. Coloco-me no lugar do outro se eu me preocupo com ele. (TP)	1	2	3	4	5
13. Escuto as opiniões dos outros, mesmo estando convicto da minha opinião. (TP)	1	2	3	4	5
14. Habitualmente vejo as coisas do ponto de vista dos outros. (TP)	1	2	3	4	5

Anexo C: Dilema de João

Uma senhora estava muito doente com um tipo especial de câncer. Seus médicos disseram que existia um remédio que poderia salvar-lhe a vida. Esse remédio era uma espécie de “Radium” que um farmacêutico, que morava na mesma cidade, havia recentemente descoberto. O farmacêutico gastou muito para fazer esse remédio, mas ele estava cobrando dez vezes mais doque o custo da fabricação para comercializar o remédio. Ele pagou R$ 500,00 para fazer o “Radium” e estava cobrando R$ 5.000,00 por uma pequena dose do remédio. O marido da senhora que estava doente, João, procurou junto a todos os seus amigos e pessoas que ele conhecia e usou todos os meios legais que podia para tentar conseguir o dinheiro para comprar o remédio, mas ele só conseguiu R$ 2.500,00 a metade do que o remédio custava. Ele procurou o farmacêutico e disse que a sua esposa estava morrendo. Pediu ao farmacêutico para que ele vendesse o remédio mais barato, ou então, deixá-lo pagar o restante depois. Mas o farmacêutico disse: “Não, eu descobri o remédio e vou ganhar muito dinheiro com ele”. Então João ficou desesperado e começou a pensar em assaltar a farmácia para roubar o remédio para sua mulher. Sabendo do desespero de João, o farmacêutico esperava que ele tentasse roubar o remédio. Então, o farmacêutico escondeu o remédio em um local onde ninguém poderia encontrá-lo. Como resultado, a esposa de João morreu. João sentiu-se profundamente triste e com muita raiva do farmacêutico por ter escondido o remédio e causado a morte de sua esposa.

Anexo D: Escala de Raciocínios sobre o Autoperdão

Suponha que o farmacêutico se sentiu culpado pela morte da esposa de João. Leia cada frase e indique o quanto você concorda que as seguintes condições são **necessárias** para que ele se perdoe. Se você não concorda com a sentença, marque 0. Se você concorda um pouco, marque 1. Se você concorda mais ou menos, marque 2. Se você concorda muito, marque 3, e se concorda totalmente, marque 4.

Responda aos itens completando a seguinte frase: Para se perdoar o farmacêutico deve...

1. Pensar que o que ele fez não foi algo tão ruim assim.

Discordo totalmente 0 1 2 3 4 Concordo totalmente

2. Esquecer esse assunto, já que não há nada que possa ser feito.

Discordo totalmente 0 1 2 3 4 Concordo totalmente

3. Pensar que a mulher de João morreria de toda maneira, já que sua doença era muito grave.

Discordo totalmente 0 1 2 3 4 Concordo totalmente

4. Pensar que não é bom viver com culpa e superar isso.

Discordo totalmente 0 1 2 3 4 Concordo totalmente

5. Mostrar seu arrependimento para João, pedindo desculpas e demonstrando que entende o sofrimento dele

Discordo totalmente 0 1 2 3 4 Concordo totalmente

6. Preocupar-se com João e tentar ajudá-lo de alguma forma.

Discordo totalmente 0 1 2 3 4 Concordo totalmente

7. Aprender com o erro cometido e mudar sua atitude, sendo menos ganancioso e pensando mais nos outros.

Discordo totalmente 0 1 2 3 4 Concordo totalmente

Muito obrigada por sua colaboração!

APÊNDICES

Apêndice A: Consentimento Informado - Portugal (Artigo 1)

Esta é uma pesquisa sobre desenvolvimento moral realizada por Thalita Fernandes de Alencar, aluna de Doutoramento da Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto, sob a orientação do Prof. Dr. Felix Neto. O objetivo do estudo é verificar a adequação empírica de um Modelo Sociocognitivo do Autoperdão e validar um instrumento proveniente desse modelo. O caráter desta pesquisa é estritamente científico e visa contribuir para o avanço nas áreas da Psicologia do Desenvolvimento Humano e da Psicologia Social. Os resultados do estudo poderão auxiliar a implementação de estratégias de intervenção no campo da educação moral.

Caso aceite participar, responderá a seis instrumentos de pesquisa que avaliarão as seguintes variáveis: autoperdão, ansiedade, depressão, stress, autoestima, satisfação com a vida e empatia. Todas os instrumentos são constituídos por itens objetivos e o(a) participante deve indicar o seu grau de concordância com as afirmações.

Pedimos também a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e publicá-los em revistas científicas. Quando os resultados forem publicados, garantimos que o seu nome será mantido anônimo e que será preservada a confidencialidade dos seus dados.

Esclarecemos que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto, não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela investigadora. Caso decida não participar no estudo, ou resolva a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano ou constrangimento.

Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para a sua saúde. Mas garantimos, de antemão, que será acompanhado atentamente pela investigadora responsável caso haja qualquer desconforto emocional ao longo do processo.

Ficaremos à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer momento da investigação.

Então, se concordar com o acima referido, pode declarar:

Eu,_____, aceito participar na investigação e declaro que a investigadora forneceu informações sobre a pesquisa e detalhes dos procedimentos a serem utilizados. Assim sendo, concordo livremente em participar na referida investigação.

____ de_____de 2019.

_____

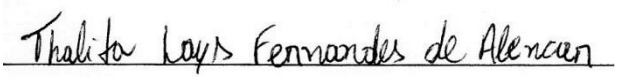
Assinatura do(a) participante

Caso tenha interesse nos resultados da pesquisa, deixe o seu e-mail para que possamos enviar o relatório final do estudo: _____

Caso necessite de maiores informações, favor contatar a investigadora responsável:

Thalita Fernandes de Alencar

E-mail para contato: thalitaalays@hotmail.com



Assinatura da Investigadora Responsável

Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Brasil (Artigo 1)

Esta é uma pesquisa sobre desenvolvimento moral realizada por Thalita Fernandes de Alencar, aluna do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Júlio Rique Neto. O objetivo desse estudo é verificar a adequação empírica de um Modelo Sociocognitivo do Autoperdão e validar um instrumento proveniente desse modelo. O caráter desta pesquisa é estritamente científico e visa contribuir para o avanço nas áreas da Psicologia do Desenvolvimento Humano e da Psicologia Social. Os resultados do estudo poderão auxiliar a implementação de estratégias de intervenção no campo da educação moral.

Caso aceite participar, responderá a seis instrumentos de pesquisa que avaliarão as seguintes variáveis: autoperdão, ansiedade, depressão, stress, autoestima, satisfação com a vida e empatia. Todas os instrumentos são constituídos por itens objetivos e o(a) participante deve indicar o seu grau de concordância com as afirmações.

Pedimos também a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e publicá-los em revistas científicas. Quando os resultados forem publicados, garantimos que o seu nome será mantido anônimo e que será preservada a confidencialidade dos seus dados.

Esclarecemos que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto, não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolva a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano ou constrangimento.

Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para a sua saúde. Mas garantimos, de antemão, que será acompanhado atentamente pelos pesquisadores responsável caso haja qualquer desconforto emocional ao longo do processo.

Ficaremos à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer momento da pesquisa.

Então, se concordar com o acima referido, pode declarar:

Eu,_____, aceito participar da pesquisa e declaro que a pesquisadora forneceu informações sobre a pesquisa e detalhes dos procedimentos a serem utilizados. Assim sendo, concordo livremente em participar na referida pesquisa.

____ de_____de 2019.

_____

Assinatura do(a) participante

Caso tenha interesse nos resultados da pesquisa, deixe o seu e-mail para que possamos enviar o relatório final do estudo: _____

_____

Caso necessite de maiores informações, favor contatar a pesquisadora responsável:

Thalita Fernandes de Alencar

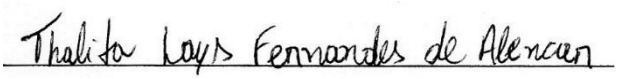
Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sócio-Moral – UFPB

E-mail para contato: thalitaalays@hotmail.com

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba
Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com



Assinatura da Pesquisadora Responsável

Apêndice C: Protocolo - Prova das Três Montanhas

Código da pesquisa: _____ Código do participante:_____

Técnica A

1) Colocar boneco na **posição D**:

Qual dessas fotos poderia ser tirada pelo boneco daquele lugar? _____

2) Colocar boneco na **posição AB**:

Qual dessas fotos poderia ser tirada pelo boneco daquele lugar? _____

3) Colocar boneco na **posição BC**:

Qual dessas fotos poderia ser tirada pelo boneco daquele lugar? _____

Técnica B

1) Entregar foto **CD**: Onde precisamos colocar o boneco para que possa tirar essa foto? _____

a) A foto que o boneco vai tirar dali é exatamente essa foto? _____

2) Entregar foto **C**: Onde precisamos colocar o boneco para que possa tirar essa foto? _____

a) A foto que o boneco vai tirar dali é exatamente essa foto? _____

3) Entregar foto **B**: Onde precisamos colocar o boneco para que possa tirar essa foto? _____

a) Se a gente tira uma foto ou faz um desenho de dois lugares diferentes, vê a mesma coisa? _____

Apêndice D: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Artigo 2)

Esta é uma pesquisa sobre desenvolvimento moral que está sendo realizada por Thalita Fernandes de Alencar, aluna do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Júlio Rique Neto. O objetivo geral do estudo é verificar a adequação empírica de um modelo sociocognitivo do autoperdão, analisando o tipo de raciocínio utilizado no processo de perdoar a si mesmo por estudantes de diferentes grupos de idade. Será também objetivo deste estudo verificar qual tipo de Tomada de Perspectiva (perceptual ou social) discrimina melhor os grupos de idade, verificar a relação do modelo sociocognitivo do autoperdão com a capacidade de tomada de perspectiva e verificar a relação do modelo sociocognitivo do autoperdão com a variável idade.

O caráter desta pesquisa é estritamente científico, visando contribuir para o avanço nas áreas da Psicologia do Desenvolvimento Humano e da Psicologia Social. Caso aceite participar, você responderá a três instrumentos de pesquisa. Em um deles será utilizada uma maquete para que responda questões sobre as mudanças de perspectivas ligadas a deslocamentos em torno da mesma. Os outros dois instrumentos consistem na apresentação de duas histórias seguidas de questões abertas e fechadas que solicitam a sua opinião sobre as possíveis soluções para a mesma.

Pedimos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e publicá-los em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, o seu nome será mantido em sigilo. A coleta dos dados será feita de forma individual, e será realizada em local reservado, livre de interrupções, visando a preservação da confidencialidade das informações.

Esclarecemos que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano ou constrangimento. Não existem benefícios diretos para os participantes da pesquisa, porém os resultados da pesquisa poderão vir a contribuir para a implementação de estratégias de intervenção no campo da educação moral.

Informamos, ainda, que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para sua saúde. Mas garantimos, de antemão, que você será acompanhado atentamente pela pesquisadora responsável caso haja qualquer desconforto emocional ao longo do processo.

Este documento foi elaborado em duas vias de igual teor. Você receberá uma das vias e a outra ficará arquivada com os responsáveis pela pesquisa. Declaramos que o desenvolvimento desta pesquisa seguirá rigorosamente todas as exigências preconizadas pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Ficaremos à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Então, se estiver de acordo pode declarar:

Eu, _____, aceito participar da pesquisa e declaro que a pesquisadora ofereceu informações sobre a pesquisa e detalhes dos procedimentos a serem utilizados. Assim sendo, concordo livremente em participar da referida pesquisa.

Juazeiro do Norte, ____ de_____de 2018.

_____

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Caso necessite de maiores informações, favor contatar a pesquisadora responsável:

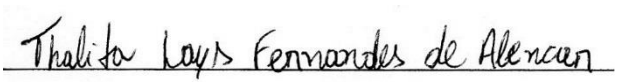
Thalita Fernandes de Alencar

Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sócio-Moral da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB
E-mail para contato: thalitaalays@hotmail.com Telefone: (83) 99630-3076

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com



Assinatura da Pesquisadora Responsável

Apêndice E: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Responsáveis (Artigo 2)

Prezado (a) Senhor (a):

Esta é uma pesquisa sobre desenvolvimento moral que está sendo realizada por Thalita Fernandes de Alencar, aluna do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Júlio Rique Neto. O objetivo geral do estudo é verificar a adequação empírica de um modelo sociocognitivo do autoperdão, analisando o tipo de raciocínio utilizado no processo de perdoar a si mesmo por estudantes de diferentes grupos de idade. Será também objetivo deste estudo verificar qual tipo de Tomada de Perspectiva (perceptual ou social) discrimina melhor os grupos de idade, verificar a relação do modelo sociocognitivo do autoperdão com a capacidade de tomada de perspectiva e verificar a relação do modelo sociocognitivo do autoperdão com a variável idade.

O caráter desta pesquisa é estritamente científico, visando contribuir para o avanço nas áreas da Psicologia do Desenvolvimento Humano e da Psicologia Social. Solicitamos a sua colaboração para que autorize seu/sua filho(a) _____ a responder três instrumentos de pesquisa. Em um deles será utilizada uma maquete para que o participante responda questões sobre as mudanças de perspectivas ligadas a deslocamentos em torno da mesma. Os outros dois instrumentos consistem na apresentação de duas histórias seguidas de questões abertas e fechadas que solicitam a opinião do respondente sobre as possíveis soluções para a mesma.

Pedimos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e publicá-los em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, o nome de seu/suafilho(a) será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para a saúde do participante. Mas garantimos, de antemão, que cada participante será acompanhado atentamente pela pesquisadora responsável caso haja qualquer desconforto emocional ao longo do processo.

Esclarecemos que a participação do seu/ sua filho (a) no estudo é voluntária e, portanto, ele(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso seu/ sua filho (a) decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Não existem benefícios diretos para os participantes da pesquisa, porém os resultados da pesquisa poderão vir a contribuir para a implementação de estratégias de intervenção no campo da educação moral.

Informamos, ainda, que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para saúde de seu/sua filho(a). Mas garantimos, de antemão, que ele(a) será acompanhado(a) atentamente pela pesquisadora responsável caso haja qualquer desconforto emocional ao longo do processo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Ficaremos à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para que meu/ minha filho(a) participe da pesquisa e para publicação dos resultados.

_____

Assinatura do(a) Responsável Legal

Caso necessite de maiores informações, favor contatar a pesquisadora responsável:

Thalita Fernandes de Alencar
Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sócio-Moral da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB
E-mail para contato:thalitaalays@hotmail.com Telefone: (83) 99630-3076

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba
Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB
☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Thalita Lays Fernandes de Alencar

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Apêndice F: Termo de Assentimento (Artigo 2)

Esta é uma pesquisa sobre desenvolvimento moral que está sendo realizada por Thalita Fernandes de Alencar, aluna do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Júlio Rique Neto. O objetivo geral do estudo é verificar a adequação empírica de um modelo sociocognitivo do autoperdão, analisando o tipo de raciocínio utilizado no processo de perdoar a si mesmo por estudantes de diferentes grupos de idade. Será também objetivo deste estudo verificar qual tipo de Tomada de Perspectiva (perceptual ou social) discrimina melhor os grupos de idade, verificar a relação do modelo sociocognitivo do autoperdão com a capacidade de tomada de perspectiva e verificar a relação do modelo sociocognitivo do autoperdão com a variável idade.

Esta pesquisa possui caráter científico e busca contribuir para o avanço nas áreas da Psicologia do Desenvolvimento Humano e da Psicologia Social. Caso aceite participar, você responderá a três instrumentos de pesquisa. Em um deles será utilizada uma maquete para que responda questões sobre as mudanças de perspectivas ligadas a deslocamentos em torno da mesma. Os outros dois instrumentos consistem na apresentação de duas histórias seguidas de questões abertas e fechadas que solicitam a sua opinião sobre as possíveis soluções para a mesma.

Pedimos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e publicá-los em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, o seu nome será mantido em sigilo. A coleta dos dados será feita de forma individual, e será realizada em local reservado, livre de interrupções, visando a preservação da confidencialidade das informações.

Esclarecemos que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano ou constrangimento. Não existem benefícios diretos para os participantes da pesquisa, porém os resultados da pesquisa poderão vir a contribuir para a implementação de estratégias de intervenção no campo da educação moral.

Informamos, ainda, que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para sua saúde. Mas garantimos, de antemão, que você será acompanhado atentamente pela pesquisadora responsável caso haja qualquer desconforto emocional ao longo do processo.

Este documento foi elaborado em duas vias de igual teor. Você receberá uma das vias e a outra ficará arquivada com os responsáveis pela pesquisa. Declaramos que o desenvolvimento desta pesquisa seguirá rigorosamente todas as exigências preconizadas pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Ficaremos à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Então, se estiver de acordo pode declarar:

Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, Eu, _____, aceito participar da pesquisa e declaro que a pesquisadora ofereceu informações sobre a pesquisa e detalhes dos procedimentos a serem utilizados. Assim sendo, concordo livremente em participar da referida pesquisa.

Juazeiro do Norte, ____ de_____de 2018.

_____

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Caso necessite de maiores informações, favor contatar a pesquisadora responsável:

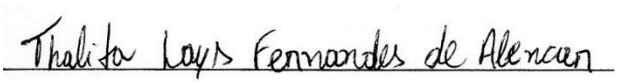
Thalita Fernandes de Alencar

Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sócio-Moral da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB
E-mail para contato: thalitaalays@hotmail.com Telefone: (83) 99630-3076

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com



Assinatura da Pesquisadora Responsável